

**BRUNNA CRISTHIANINI FERREIRA**

**Entre as linhas e os nós da rede: das  
relações de trabalho à subjetividade na  
era digital**

**ASSIS**

**2026**

**BRUNNA CRISTHIANINI FERREIRA**

**Entre as linhas e os nós da rede: das  
relações de trabalho à subjetividade na  
era digital**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Matheus Fernandes de Castro

ASSIS  
2026

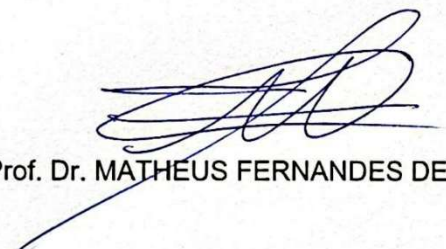
F383e      Ferreira, Brunna Cristhianini  
Entre as linhas e os nós da rede : das relações de trabalho à  
subjetividade na era digital / Brunna Cristhianini Ferreira. -  
Assis, 2026  
118 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Matheus Fernandes de Castro

1. Psicologia Social. 2. Trabalho. 3. Subjetividade. 4.  
Internet. 5. Redes sociais on-line. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BRUNNA CRISTHIANINI FERREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 28 de agosto de 2026, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BRUNNA CRISTHIANINI FERREIRA, intitulada "Entre as linhas e os nós da rede: das relações de trabalho à subjetividade na era digital". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. MATHEUS FERNANDES DE CASTRO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Profa. Dra. DÉBORAH KAROLINA PEREZ (Participação Virtual) do(a) Faculdade Vanguarda de São José dos Campos/SP, Prof. Dr. MATHEUS VIANA BRAZ (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA \_ \_ \_ \_ . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. MATHEUS FERNANDES DE CASTRO

## AGRADECIMENTOS

Mesmo que a escrita pareça, *a priori*, um ato solitário e introspectivo - a qual, por muito tempo foi meu refúgio e a minha principal forma de expressão -, escrever esta dissertação me revelou como sua realização seria impossível sem reconhecer a importância que cada atravessamento representa na construção e no resultado aqui apresentado. Essa pesquisa simboliza cada um que me atravessou e contribuiu para que eu me tornasse pesquisadora. Percebo, hoje, que escrever depende bem mais do que da construção do “eu”, depende, sobretudo, da constituição do “nós”. Essa rede – que está no título -, não apenas demonstra meu objeto de pesquisa, como reflete a rede - composta de afetos e uma diversidade de contribuições - necessária para consecução desse trabalho. Relato, agora, meu profundo agradecimento, repleto de carinho, a cada dos nós sem os quais não seria possível tecer a pesquisa que aqui apresento.

Agradeço, especialmente, ao Prof. Dr. Matheus Fernandes Castro, que acreditou na minha pesquisa, me desafiou a mergulhar em um novo referencial teórico e me provocou, por diversas vezes, a encarar meus receios. Que durante essa jornada de dois anos e meio de Mestrado não mediu esforços para me apoiar e me acolher sempre que necessário e, com muito respeito e afeto, me ajudou a traçar cada pedacinho que culminou nessa pesquisa. Agradeço por todos os ensinamentos e por ter tornado o processo o mais leve possível, mesmo com todos os percalços que enfrentamos pelo caminho.

Também agradeço à banca examinadora. À Prof. Dra. Deborah Karoline Perez e ao Prof. Dr. Matheus Vianna Braz, não apenas pelas contribuições à presente pesquisa – que a enriqueceram de forma assertiva e generosa -, como também pelas trocas e ensinamentos que me acompanham desde a graduação.

Aos meus pais, Reinaldo e Cristina, por todos os anos e esforços dedicados à minha formação. Vocês são minha referência de amor, de cuidado e de resistência. Obrigada por tanto!

À Anne e Anderson por todo o apoio e afeto de sempre. E especialmente à pequena Liz, por todo seu amor e alegria que tornam esse caminho mais fácil.

Ao Matheus, meu amado companheiro, com quem compartilho sonhos e objetivos. Agradeço pelas conversas, apoio, carinho e pelas inúmeras vezes em que leu e releu essa pesquisa. Obrigada por tornar tudo mais leve.

À minha família e amigos por aguentarem minhas ausências. Em especial à Ana Caroline, Gabriely, Kellen, Joyce e Giovani por todas as conversas, todo apoio e acolhimento nos momentos difíceis, por todas as nossas experiências e histórias compartilhadas por todos esses anos. Eu não conseguiria sem a amizade de vocês.

Aos meus amigos e colegas de pós-graduação. Especialmente, Luiz Eduardo, Thiago e Maria Luísa, pela parceria, pelas trocas e risadas compartilhadas semanalmente durante esse percurso. Agradeço também, com carinho, à Camila e à Maria Letícia por dividirmos angústias, inquietações, histórias e, principalmente, por serem minha companhia pelas estradas entre Ourinhos e Assis.

À Marley, Cláudio e Letícia, por me acolherem em sua família e tornarem os finais de semana mais leves e divertidos.

Aos meus amados e companheiros animais de estimação Bidu (*in memoriam*) e Gatita (*in memoriam*) que me acompanharam desde o início dessa trajetória, me deram forças, mas que não puderam estar comigo na conclusão.

Às minhas queridas e saudosas tias e avós que foram e são minha referência para me tornar a mulher que sou hoje.

À Cristhiane Comitre Garcia por todos os momentos de escuta, reflexão e transformação. Obrigada por me ajudar a perceber minhas potencialidades. Nada disso seria possível sem o trabalho que desenvolvemos juntas.

Aos meus professores da graduação, que me ajudaram a trilhar o caminho até aqui. Em especial ao Marcos Casadore (*in memoriam*), Márcia Pigato, Nei Vinicius, Fernando Zanetti e Guilherme Providello.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade da Unesp de Assis/SP, especialmente à Maria Luíza Schmidt, Silvio Yasui, Anacely Guimarães Costa, Gustavo Dionísio e Matheus Fernandes de Castro por todas as trocas ao longo de suas disciplinas.

À minha professora Deusinéia (*in memoriam*), por me permitir descobrir meu amor pela escrita em suas aulas de redação. Por todos os incentivos e as críticas que me conduziram até aqui.

A todos que, embora não citados nominalmente, contribuíram direta ou indiretamente em minha trajetória e no desenvolvimento dessa pesquisa.

À Universidade Estadual Paulista de Assis e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade. A todos os funcionários – dos serviços gerais, da seção técnica, administrativa e corpo docente - que cuidam do campus com tanto zelo, especialmente, os da seção de pós-graduação e da biblioteca, pela disponibilidade e ajuda com informações sobre procedimentos técnicos e demais dúvidas que surgiram ao longo deste trabalho.

Aos membros do Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPA-PET – por todas as trocas realizadas nas supervisões de estágio.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*E na entrelinha*

*há coisa a se*

*perder de vista.*

(Marcos Mariani Casadore)

## RESUMO

Esta pesquisa, de natureza teórica e qualitativa, fundamenta-se na ontologia do ser social de György Lukács (2013) com o objetivo de compreender como as transformações nas relações de trabalho, mediadas pela *internet*, recaem sobre os processos de subjetivação na contemporaneidade. Parte-se do pressuposto de que alterações históricas de nossa sociedade, que incidem sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, têm impactos na subjetividade humana e que devem ser compreendidos teoricamente. Nossa análise inicia ao demonstrar o trabalho enquanto protoforma do ser social, categoria central da existência humana. A partir de um resgate histórico, a investigação desenvolve-se ao explorar como a *internet*, inicialmente concebida como um instrumento voltado à comunicação e à circulação do conhecimento, foi progressivamente incorporada à lógica de valorização do capital, convertendo-se em uma infraestrutura estratégica para a expansão das formas de exploração, vigilância e manipulação da vida social. Nossa discussão pauta-se, principalmente, nos momentos que consolidaram a Web 3.0, enfatizando fenômenos como a plataformação do trabalho, a datificação da vida social, a vigilância e governança algorítmica. Evidencia-se como as tecnologias digitais deixam de operar apenas como instrumentos técnicos para constituírem mediações centrais que reorganizam o trabalho, o cotidiano, a constituição da subjetividade e o desenvolvimento da personalidade. Dialogando com autores clássicos e contemporâneos, discute-se como as novas tecnologias intensificam processos de estranhamento ao transformar experiências, afetos e interações sociais em dados economicamente exploráveis. No que se refere à subjetividade, o estudo procura evidenciar sua interrelação indissolúvel com a objetividade. Neste sentido, pondera-se também como as redes sociais digitais participam da produção de necessidades, desejos, percepções e comportamentos, incidindo diretamente sobre a despersonalização humana. A análise é desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura e interpretação conceitual, pautada no método materialista histórico-dialético, articulando as categorias ontológicas de trabalho, linguagem, mediação, teleologia, individualidade, subjetividade e personalidade às novas dinâmicas do capitalismo na era digital. Espera-se, com isso, contribuir para uma compreensão crítica das relações entre trabalho, tecnologia e constituição do ser social e, ademais, para o avanço da psicologia sob uma perspectiva ontológica.

**Palavras-chave:** trabalho; ontologia; subjetividade; *internet*; redes sociais on-line.

## ABSTRACT

This theoretical and qualitative study is grounded in György Lukács' ontology of social being (2013) and aims to understand how transformations in labor relations, mediated by the *Internet*, shape processes of subject formation in contemporary society. It is based on the assumption that historical changes affecting both productive and reproductive labor have profound implications for human subjectivity and therefore require theoretical examination. The analysis begins by establishing labor as the protoform of social being, the central category of human existence. Through a historical reconstruction, the study explores how the Internet, originally conceived as a tool for communication and the circulation of knowledge, was progressively incorporated into the logic of capital accumulation, becoming a strategic infrastructure for the expansion of exploitation, surveillance, and the manipulation of social life. The discussion focuses primarily on the developments that consolidated Web 3.0, emphasizing phenomena such as the platformization of labor, the datafication of social life, and algorithmic surveillance and governance. The study demonstrates how digital technologies have ceased to function merely as technical instruments and have become central mediations that reorganize labor, everyday life, the constitution of subjectivity, and the development of personality. Drawing on both classical and contemporary authors, it examines how emerging technologies intensify processes of alienation by transforming experiences, emotions, and social interactions into economically exploitable data. Regarding subjectivity, the study highlights its inseparable relationship with objectivity. In this sense, it also examines how digital social networks participate in the production of needs, desires, perceptions, and behaviors, directly impacting human despersonalization. The analysis is conducted through a narrative literature review and conceptual interpretation based on the historical-dialectical materialist method, articulating the ontological categories of labor, language, mediation, teleology, individuality, subjectivity, and personality with the new dynamics of capitalism in the digital age. Ultimately, the study seeks to contribute to a critical understanding of the relationships between labor, technology, and the constitution of social being, while also advancing psychology from an ontological perspective.

**Keywords:** labor; ontology; subjectivity; internet; online social networks.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>PALAVRAS INICIAIS: Entre a pesquisa e os afetos .....</b>                                                       | <b>11</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                            | <b>14</b>  |
| <b>1 (DES)ATANDO OS NÓS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>                                                         | <b>20</b>  |
| 1.1 O trabalho e o ser social .....                                                                                | 20         |
| 1.2 Entre caminhos históricos e as novas configurações do trabalho .....                                           | 26         |
| 1.3 O trabalho na era digital: entre redes, plataformas e precarizações .....                                      | 35         |
| <b>2 NO EMARANHADO DA REDE .....</b>                                                                               | <b>40</b>  |
| 2.1 Entre fios e conexões: a história da <i>internet</i> .....                                                     | 42         |
| 2.2 O tecnocapitalismo: entre os fios da técnica, as tramas do cotidiano e a tessitura da nova sociabilidade ..... | 51         |
| 2.3 Nas entrelinhas da linguagem e do hipertexto .....                                                             | 59         |
| 2.4 Nos entrelaçamentos entre virtual, digital e dataficação .....                                                 | 63         |
| <b>3 TECENDO SUBJETIVIDADES .....</b>                                                                              | <b>71</b>  |
| 3.1 Nos caminhos traçados por Marx para um entendimento da subjetividade .....                                     | 72         |
| 3.2 Nos enlaces da singularidade: subjetivação, subjetividade e personalidade em Lukács .....                      | 79         |
| 3.3 Tecer-se em rede: subjetividade, personalidade e cotidiano sob as mediações digitais .....                     | 89         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                  | <b>101</b> |
| <b>ÚLTIMAS PALAVRAS .....</b>                                                                                      | <b>107</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                            | <b>109</b> |

## **PALAVRAS INICIAIS: Entre a pesquisa e os afetos**

Minha infância foi marcada por acompanhar a trajetória de reinvenção dos meus pais após a falência de seu negócio. Com a mudança de cidade e a procura de novos rumos, cresci vendo muito trabalho e esforço para sobreviver e reconstruir a vida. Desde cedo, passei a perceber o trabalho como uma fonte de sofrimento, mas também de muita potência. Tal contrariedade e complexidade me aguçava a curiosidade – a qual me acompanha até hoje.

Na escola, sempre fui uma aluna aplicada e dedicada que, apesar de muito quieta e tímida, amava aprender coisas novas. Mas foi na escrita que encontrei minha paixão. Nas aulas de redação eu me destacava, encontrava voz, potência e prazer. Adorava e ansiava para escrever sobre os mais variados temas. Até que um dia precisei escrever um dos textos mais difíceis da minha vida. Em 2007, em uma aula de redação, o tema da vez era “sua história de vida”, e escrevi – em detalhes – a experientiação do luto sob a ótica de uma criança de 10 anos. Esse texto percorreu a escola, passou pelas mãos de cada professor, cada funcionário, sempre evocando muitas emoções; e foi nesse momento que percebi o quanto a escrita mobiliza, tanto o leitor quanto o escritor, e para além disso, o quanto cada palavra e cada vivência possui grande força transformadora. Com a escrita, encontrei na dor um ponto de partida para criar, transformar e resistir.

Em 2015, iniciei minha graduação em Psicologia na UNIFIO (Centro Universitário de Ourinhos) e ao longo dos anos me encantei com a Psicologia Social, Filosofia da Diferença e Psicossociologia. Em 2017, optei pela ênfase em Psicologia Organizacional e do Trabalho, dedicando os anos seguintes aos estudos sobre esse campo. Sob supervisão do Prof. Dr. Matheus Viana Braz e do Prof. Dr. Marcos Mariani Casadore (*in memoriam*), realizei estágios dentro da área. Essas experiências me permitiram conhecer o mundo do trabalho para além da teoria e sob outra perspectiva.

Aos poucos, meu encanto pela escrita se transformava e, com o apoio de alguns professores, fui nutrindo o desejo de seguir carreira acadêmica. Em 2019, escrevi meu primeiro artigo, em parceria com algumas amigas da faculdade – Gabriely, Adriana e Franciele -, para o Congresso de Iniciação Científica da UNIFIO. Sob a orientação do Casadore, escrevemos “*As patologias do vazio e a vivência do tédio na clínica contemporânea: atravessamentos sociais e perspectivas*”

*psicanalíticas*". No mesmo ano, participei de um grupo de estudos sobre Filosofia da Diferença, ministrado pelo Prof. Dr. Guilherme Gonzaga Duarte Providello, o qual também foi responsável por orientar minha monografia, com a mesma linha teórica, intitulada "*Cultura do consumo: da manipulação do desejo à produção de subjetividade e descartabilidade das relações*".

Em janeiro de 2020 me formei. Pouco tempo após a colação de grau, o mundo se viu assolado pela pandemia da Covid-19, e meus planos precisaram mudar. Meu desejo de ingressar na carreira acadêmica e trabalhar com pesquisa precisou ser forçadamente adormecido. Acabei me distanciando da Psicologia e comecei a trabalhar com fotografia de alimentos. As redes sociais eram a principal vitrine do meu trabalho, mas também correspondiam ao espaço em que eu podia exercitar minha escrita – com a redação das legendas que ajudavam a ampliar o sentido das imagens.

Contudo, não fui a única em minha família que precisou se reinventar no cenário pandêmico. Uma das principais mudanças em nossa rotina familiar foi a transformação do trabalho do meu pai, de um trabalho prioritariamente externo cheio de viagens, para um trabalho remoto mediado por plataformas e pelas redes sociais digitais. O mundo se viu acometido por medos e inseguranças, a vida cotidiana precisou ser reformulada. Em 2021, em uma das ondas de flexibilização do isolamento, meu pai contraiu o vírus enquanto participava de uma convenção de trabalho. Em poucos dias apresentou uma piora vertiginosa, necessitando ser hospitalizado, entubado, permanecendo em internação por 42 dias. Foram dias de muito sofrimento, angústias incessantes e a sensação de impotência permanente.

Felizmente, ele se recuperou. E logo em seus primeiros contatos conosco, após acordar do coma induzido – ainda sob de *delirium* -, fez sua primeira solicitação: acesso ao celular para trabalhar. Tal qual o protagonista do clássico de Franz Kafka "*A metamorfose*", seu ímpeto foi retornar ao trabalho. Ele temia perder tudo o que custou a conquistar. Sua vida estava em risco não só pela doença, mas também por se deparar com a ameaça de não conseguir realizar sua atividade laboral, de perder sua identidade. Neste momento, fui puxada de volta a refletir sobre o trabalho, mais uma vez fui forçada a transformar minha dor ao esbarrar no sofrer, ao encarar o real.

Algum tempo depois, recebo a notícia do falecimento do meu professor – e referência – Marcos Casadore. Esse fatídico momento me conduz, sob muita dor, a ponderar meu retorno à Psicologia. Ambas as vivências reverberam muito em mim até

se converterem em potência outra vez; até se traduzirem em um projeto que culminou na pesquisa que aqui apresento.

Nesse processo de despedidas e reencontros, me deparei com a possibilidade de cursar a disciplina “*Trabalho, subjetividade e saúde*” ministrada pela Prof. Dra. Maria Luiza Gava Schmidt, o que permitiu a minha reaproximação com a Psicologia e o redespertar dos meus desejos.

Todo esse percurso me traz até esse momento: pesquisando sobre as relações de trabalhos e as subjetividades forjadas na era digital, sob orientação do Prof. Dr. Matheus Fernandes de Castro, na universidade que foi casa de muitos dos meus professores. E o mais curioso: essa rede de afetos que me sustenta e me atravessa encontra, na Unesp e na UNIFIO, a intersecção das relações que me constituem e não terminam em mim, dos encontros e das vivências que nos conectam em um forte laço – *a memória*.

## INTRODUÇÃO

O trabalho - enquanto atividade originária e protoforma do ser social - impõe na vida social uma progressiva diferenciação de complexos heterogêneos – como objetividade e subjetividade. Ao investigar a gênese do ser social, o filósofo húngaro György Lukács (1978; 2013) traça uma análise dos vínculos e das distinções que envolvem o ser meramente orgânico e o ser social. Evidencia-se, neste contexto, como trata-se de um salto ontológico ou, em outras palavras, a transformação qualitativa e estrutural de um ser a outro. Esse salto constitui, essencialmente, em uma ruptura, de modo que a gênese do ser social pressupõe, ao longo de um processo vagaroso e milenar, um recuo das barreiras naturais e uma superação qualitativa da vida orgânica, sem abandoná-la completamente.

Ao longo de suas obras<sup>1</sup>, nota-se como o autor desenvolve seu pensamento a partir do reconhecimento das diferentes formas de ser e, por conseguinte, do caráter dinâmico da realidade e sua permanente transformação. Desta forma, constata a impossibilidade de investigar uma forma de ser sem analisar também as categorias que determinam suas especificidades. Ao identificar o trabalho enquanto categoria central e fundante, Lukács explicita a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho como categorias decisivas, dentro desse complexo. Para o autor, essas categorias só existem e operam mediante a plena constituição do ser social, ou seja, após a efetivação do salto ontológico. Assim, podemos ponderar que, neste salto, o trabalho compreende o momento preeminente entre o mundo natural e a constituição de uma vida fundamentalmente humana.

Baseado na formulação marxiana, Lukács (2013) compreende que o trabalho se realiza a partir da prévia ideação e da realização de um pôr teleológico que culmina em uma nova objetividade. Esse movimento implica em uma tendência de constante desenvolvimento e salienta o caráter não epifenomênico da consciência humana. Desta forma, a partir do trabalho e sua teleologia implicada, se desenvolve uma transformação da prevalência de causalidades puras – dadas e naturais – em causalidades postas – puramente sociais.

---

<sup>1</sup> Lukács escreveu mais de 30 livros em sua trajetória - além de publicações póstumas de compilações de seus manuscritos - e centenas de artigos científicos. Aqui, destacamos sua grande obra da maturidade: "Para uma ontologia do ser social" e os "Prolegômenos para ontologia do ser social".

Essa transformação só se faz possível a partir do estabelecimento da relação sujeito-objeto. Partindo do entendimento de que o sujeito só se torna sujeito ao consumir uma transformação semelhante de sua atitude frente aos objetos do mundo exterior, nota-se como as categorias subjetividade-objetividade e teleologia-causalidade, embora antagônicas e heterogêneas, constituem uma unidade no interior do complexo de complexos da totalidade<sup>2</sup>. O caráter dialético da formação do ser social demonstra a imbricação de categorias distintas e, ademais, a imbricação de sua relação com a materialidade. Neste contexto, o indivíduo é impelido a responder às determinações que o cercam, se constituindo, acima de tudo, como um ser que dá respostas (Lukács, 2013).

A presente pesquisa<sup>3</sup> verte-se sobre uma tentativa de traçar caminhos para a compreensão das relações de trabalho e da subjetividade na era digital por uma perspectiva ontológica, pautando-se, essencialmente, nas obras de György Lukács. Reafirma-se o trabalho, compreendido em sua dimensão ontológica, como a categoria fundante do ser social, pois estabelece a mediação entre o ser humano e a natureza, inaugurando a possibilidade de teleologia, objetivação e sociabilidade. Essa concepção ganha centralidade, nas obras do autor, ao revelar que o trabalho não se reduz à esfera econômica, mas constitui a protoforma da práxis social, base sobre a qual se erguem todos os complexos do ser social: a reprodução social, a ideologia e o estranhamento.

A atualidade dessa reflexão se torna ainda mais evidente no contexto contemporâneo, em que o desenvolvimento tecnológico, a digitalização e dataficação das relações e a atualização do caráter manipulatório do capitalismo (Lukács, 2013; Kofler; Abendroth; Holz, 2014; Alves, 2010; 2015) transformam profundamente as formas de organização do trabalho e da vida social. O avanço das redes sociais e das plataformas digitais, por exemplo, não apenas reconfigura processos produtivos, mas também “captura” subjetividades (Alves, 2011) e reorganiza a própria experiência e

---

<sup>2</sup> O ser social é uma totalidade complexa de complexos em interação.

<sup>3</sup> Para fins de transparência metodológica, relata-se que nenhuma ferramenta de IA generativa foi utilizada na redação ou análise de dados da presente pesquisa. Relata-se o uso da ferramenta Gemini (Google, 2026) como suporte complementar para esclarecimentos de dúvidas teóricas, metodológicas e de estruturação de uma pesquisa científica. Ressalta-se, portanto, que nenhum trecho dessa pesquisa foi escrito integralmente por uma inteligência artificial.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

as práticas cotidianas (Castro, 2010), alterando os modos de sociabilidade e as mediações que estruturam o ser social. A acentuada precarização do trabalho, expressa nas novas formas de exploração e na dissolução das fronteiras entre tempo de vida e tempo de produção, evidencia o quanto as contradições fundamentais do capital se reconfiguram sem perder seu núcleo fulcral. Esse núcleo, cada vez mais desestruturado e permeado por riscos e desigualdades, encontra no trabalho plataformizado (Machado; Zanoni, 2022; Abílio; Santiago, 2024) novas e sutis modalidades de exploração, que simulam a autonomia do trabalhador ao mesmo tempo em que fomentam a precariedade e reforçam a lógica neoliberal (Dardot; Laval, 2016) como aliada central na manutenção dessa estrutura e de seus dispositivos de controle. Nesse cenário, revisitar a ontologia de Lukács oferece ferramentas para analisar as condições históricas que sustentam tanto as possibilidades emancipatórias quanto as formas renovadas de alienação e estranhamento.

Embora o trabalho e a subjetividade na era digital tenham se tornado objeto frequentemente explorado por referenciais da psicologia na atualidade, ainda se faz necessário investigá-los por uma leitura ontológica. Essa pesquisa pretende preencher justamente esta lacuna. Tendo em vista que, na contemporaneidade, a mediação do digital reconfigura as relações de trabalho (Alves, 2013; 2015; Antunes, 2018; 2020; Machado; Zanoni, 2022; Grohmann; Salvagni, 2023; Abílio; Santiago, 2024), transformando a própria subjetividade em mercadoria, convertendo-a em dados para que possa ser gerida e consumida na rede (Couldry; Hepp, 2017; Silveira; Souza; Cassino, 2021; Faustino; Lippold, 2023), evidencia-se um processo de corrosão ontológica impulsionado pelo capital em sua fase digital e dataficada. Neste contexto, presume-se o esvaziamento da práxis emancipadora, reduzindo o ser social à mera engrenagem da reprodução do capital.

Cabe ressaltar a evidente distinção entre a concepção dos marxistas mecanicistas e a concepção lukacsiana da obra de Marx. Enquanto marxistas ortodoxos focam em como as leis do capital estruturam a sociedade a partir da produção material, como uma determinação causal, Lukács (2013) resgata a ontologia na obra de Marx, pautando-se no argumento que o trabalho não é apenas uma categoria econômica, mas o *complexo fundador do próprio ser social*. A perspectiva ontológica lukacsiana permite ir além da análise estritamente econômica para compreender como o trabalho, na era digital - sob as diversas mediações digitais e

algorítmicas -, afeta a constituição da subjetividade que surge e se desenvolve com a evolução histórica da práxis humana.

Esse peculiar, raramente compreendido, paradoxal método dialético baseia-se na já mencionada visão de Marx que o econômico e o extraeconômico se convertem ininterruptamente um no outro no ser social, estão em uma inexorável interação um com o outro, da qual, contudo, como vimos, não se segue nem um único desenvolvimento histórico sem leis nem um domínio »legal«-mecânico do abstrato e puro econômico: ao contrário, segue-se aquela unidade orgânica do ser social, na qual apenas às estritas leis da economia de fato cabe o papel de momento predominante (Lukács, 2018a, p.585).

Salienta-se também o entendimento, nesta pesquisa, da *internet* para além da sua infraestrutura técnica. Optamos por embasar nossa discussão na terminologia da *internet* por compreendermos a ampliada atuação - a qual estrutura o sistema produtivo hodierno - que tal mediação tecnológica permite sobre as práticas cotidianas, especialmente, com o advento das plataformas e redes sociais digitais. Nosso foco recai, contudo, sobre as transformações históricas ocorridas, sobretudo, na passagem da Web 2.0 e na consolidação da Web 3.0. Ao romper com o modelo linear de produção e consumo de informações, a Web 2.0 opera uma inversão de fluxos convertendo o usuário passivo – consumidor – em ativo – produtor - e vice-versa. Esse movimento marca a grande virada da *internet* original para um instrumento integralmente capturado pela lógica do capital. Com a deficiência de processamento e interpretação de dados que caracterizam a versão 2.0 como uma ponte entre emissor e receptor, a Web 3.0 surge com o intuito de ampliar as capacidades de processamento, interpretação e respostas às atividades humanas no digital (DeCarli, 2018). Com essa transformação, a rede se consolida com um território de extração de valor e de acumulação.

Com a ampliação do acesso à *internet* móvel e a popularização dos *smartphones*, se expande a digitalização, plataformização e dataficação da vida social. O ambiente digital passa a engendrar mecanismos que propiciem o processo de unificação da circulação econômica, política, cultural e simbólica que, aliada à financeirização (Paraná, 2016; Grohmann, 2020), converte a experiência humana em dados com valor mercadológico. Com isso, cresce um mercado de preditivos comportamentais que visam prever e modular a ação humana, por meio de uma

governança algorítmica, alinhada aos interesses hegemônicos (Couldry; Hepp, 2017; Silveira; Souza; Cassino, 2021; Lemos, 2021; Zuboff, 2021; Mendonça; Filgueiras; Almeida, 2025; Dias *et al.*, 2025). Portanto, nossa reflexão inicial compreende que o capitalismo, em sua fase digital e informacional, reorganiza historicamente as mediações do trabalho produzindo novas formas de objetivação e estranhamento que incidem diretamente sobre os processos de subjetivação e dificultam a constituição da personalidade. Nessa dinâmica, a linguagem assumiria função central e as interações cotidianas passariam a integrar diretamente os circuitos de valorização do capital.

Isto posto, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico que tem como objetivo compreender como as transformações nas relações de trabalho, mediadas pela *internet*, recaem sobre os processos de subjetivação na contemporaneidade. Nossa hipótese é que as alterações históricas de nossa sociedade, que incidem sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, ou seja, sobre a vida cotidiana *on* e *off-line*, têm impactos na subjetividade humana que devem ser compreendidos teoricamente, pois acreditamos que isso poderia resultar numa contribuição para o avanço da psicologia sob uma perspectiva ontológica. Nossa contribuição reside, exatamente, na análise da subjetivação contemporânea enquanto um processo historicamente mediado pelas transformações do trabalho e pelas formas de reprodução do capital.

Para isso, desenvolvemos uma pesquisa que se fundamenta no materialismo histórico-dialético, tomando como referência a ontologia do ser social em György Lukács, com intuito de apreender as mediações entre as determinações objetivas do trabalho no capitalismo hodierno e os processos de subjetivação, compreendidos como historicamente situados e socialmente produzidos.

A partir de uma revisão narrativa, o estudo realiza uma análise crítica e reflexiva da literatura, mobilizando obras clássicas e contemporâneas que tratam do trabalho, da sociabilidade capitalista, das transformações tecnológicas e dos processos de subjetivação. A investigação prioriza textos de Lukács, especialmente no que se refere às categorias de trabalho, subjetividade e personalidade, articulando-os com autores que contribuem para a compreensão das reconfigurações do trabalho e da vida social no capitalismo contemporâneo, em especial no contexto da crescente governança algorítmica.

A dissertação estrutura-se em três capítulos centrais. O primeiro constrói base teórica acerca do trabalho em sua dimensão ontológica, tomando-o como categoria

fundante do ser social, como propõe Lukács (2013) e, por meio de um resgate histórico, analisa como as relações de trabalho ganham novas formas a partir do acesso à *internet* e às plataformas digitais, discutindo suas implicações na sociabilidade e modos de subjetivação.

O segundo capítulo investiga os caminhos que conduziram a consolidação da noção de rede, bem como ao fortalecimento das plataformas digitais e seus algoritmos, em vista da dataficação de diversos aspectos do cotidiano. Para tanto, abordamos o contexto histórico da emergência dessas tecnologias, o desenvolvimento de uma sociabilidade tecnocapitalista (Suarez-Villa, 2009), além de debater conceitos pertinentes para o entendimento desse processo. Mobilizando autores que vão desde as primeiras interpretações sobre *internet*, representadas por Manuel Castells (1999; 2003; 2013) e Pierre Lévy (1998; 2010; 2011), até referenciais atuais que nos ajudam a compreender um estágio posterior do desenvolvimento da rede, suas transformações e implicações na contemporaneidade.

O terceiro capítulo se desenvolve a partir da análise de conceitos fundamentais, como subjetividade e personalidade, sob a leitura lukacsiana. Este capítulo investiga o processo de subjetivação no contexto histórico inaugurado pelo advento da *internet* e das plataformas e redes sociais digitais, compreendidas como mediações sociais que reconfiguram práticas, vínculos e a experiência humana.

## **1 (DES)ATANDO OS NÓS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

### **1.1 O trabalho e o ser social**

Com base nos pressupostos do pensamento marxista, considerando principalmente as análises de Lukács, nosso ponto de partida se dá ao considerarmos a existência humana intrinsicamente derivada da relação entre o sujeito e a natureza e, principalmente, sua capacidade de transformá-la. Tal articulação simultânea reflete como o ser humano não apenas responde a determinações biológicas, como também históricas e sociais; tendo por fundamento o trabalho. É por meio deste que o humano constrói a sociedade e cria bases para que se constitua enquanto sujeito (Lessa e Tonet, 2008). Para que possamos compreender o surgimento do trabalho enquanto base dinâmico-estruturante do ser humano, é imprescindível dar luz às etapas de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica necessária para tal.

De acordo com Lukács (1978), o processo evolutivo natural para o surgimento do ser social parte do ser inorgânico (matéria não viva), passa pelo ser orgânico (vida biológica) até, por fim, chegar ao ser social (o ser humano na sociedade). O ser inorgânico é a base material da realidade, trata-se de elementos da natureza que não apresentam vida — como minerais, gases, água etc. — e seguem uma regularidade natural, regida por leis físicas e químicas; é ele que promove condições para a surgimento da vida.

Após diversos arranjos e rearranjos dos compostos inorgânicos, o ser orgânico surge deles, porém, com uma diferença qualitativa fundamental: a vida; aqui aparece uma atividade interna orientada para a manutenção do organismo vivo, possuindo metabolismo, adaptação ao ambiente e capacidade reprodutiva — bactérias, plantas, fungos, animais, entre outros, são exemplos de vida orgânica. Em animais mais desenvolvidos, há o incremento de sistema nervoso, percepção sensorial, autonomia funcional e até mesmo formas simples de aprendizado. Neste ponto percebemos uma autorregulação destes organismos, entretanto a nível instintivo, sem consciência ou transformação ativa da natureza de forma intencional (Lukács, 1978).

O humano transcende a natureza biológica, complexificando-a e moldando-a em um nível qualitativamente novo: o ser social. Apesar de originar-se organicamente, compartilhando aspectos biológicos com os outros animais, o ser social rompe com

a mera adaptação instintiva ao meio e passa a agir com consciência, transformando o mundo. Por isso, o filósofo húngaro compreende essa passagem do ser orgânico ao social como uma continuação não-linear, como um salto ontológico, atribuindo ao trabalho função central nesse processo.

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo - ontologicamente - a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário — precisamente no plano ontológico —, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (Lukács, 1978).

O incremento da consciência ao ser que outrora apenas se adaptava ao meio, abre espaço para a teleologia — o agir consciente, a intencionalidade — permitindo que o ser social altere sua relação com o mundo de forma ativa. Enquanto a natureza inorgânica, e até mesmo a vida orgânica, funcionam por leis causais naturais, o ser humano supera, em sua ação, a mera causalidade e passa a orientar sua atividade, também, por posições teleológicas. Para o autor, é justamente a possibilidade teleológica que caracteriza o trabalho humano, uma vez que, diferente de outros animais, trabalhar não será apenas a forma como irá se reproduzir sobre o planeta, e sim a forma *consciente* de como se dará tal reprodução. O ser social possui a capacidade de ideação e planejamento, o que o possibilita projetar mentalmente um resultado futuro antes mesmo de agir. Assim, se torna capaz de responder à uma necessidade ao transformar a realidade por meio de um trabalho intencional, organizando a matéria para que a objetivação ocorra da maneira mais eficaz e satisfatória possível. Portanto, a objetivação é o resultado direto da teleologia.

O processo de objetivação permite concretizar o projeto da prévia-ideação, transformando em algo concreto, objetivo e material o que antes existia apenas na consciência. Em outras palavras, o sujeito olha para a realidade concreta, se depara com uma necessidade, projeta uma solução organizando a matéria previamente em sua consciência, e retorna à realidade transformando-a. Essa transformação, por sua vez, dará origem a novas situações, fomentando novas necessidades, culminando em

outras objetivações, e assim por diante. Os autores Lessa e Tonet (2008) exemplificam a objetivação, partindo da leitura de Marx, ao trazerem a invenção do machado:

[...] o machado é uma transformação de um pedaço da natureza. A madeira e a pedra do machado continuam sendo pedaços da natureza. Se desmanchamos o machado, a pedra e a madeira continuarão pedra e madeira. O machado é a pedra e a madeira organizadas segundo uma determinada forma e um determinado fim – e estes só podem existir como resultado de uma ação conscientemente orientada, isto é, de uma ação que é orientada por um projeto previamente idealizado como resposta a uma necessidade concreta. A objetivação, portanto, não significa o desaparecimento da natureza, mas sua transformação no sentido desejado pelos homens (Lessa e Tonet, 2008, p.11).

Esse processo possibilita a criação de instrumentos que auxiliem na resolução de necessidades concretas. Ao modificar a realidade, unindo elementos diferentes para formar um novo produto, um objeto técnico, o sujeito também se modificará, adquirindo e aprimorando habilidades e conhecimentos. Isso não só afetará o sujeito como ser individual, mas também transformará a sociedade. Cada etapa do processo evolutivo adiciona uma camada de complexidade ao sujeito, enquanto homem inteiro, e ao gênero humano, enquanto espécie, sociedade e coletivo (Lessa e Tonet, 2008; Castro, 2010). Ao sabermos que o sujeito é uma consciência que cria por meio da teleologia e se complexifica a cada criação, Lukács (1978) pontua que é a partir dos modos de realização dos produtos sociais mais diversos e complexos que se tem base para compreender a orientação evolutiva de um período de transformação.

Essa complexificação só é possível através do trabalho. Contudo, para que isso se mantenha, um elemento se apresenta como essencial para a mediação ontológica: a linguagem. Como vimos, na ação teleológica, o sujeito projeta um fim antes mesmo de agir, mas para que essa ação seja socialmente significativa e partilhável é preciso que seja comunicável. Enquanto o trabalho propicia base para que o sujeito produza os meios e condições de satisfação da sua necessidade ontológica primária, a linguagem cumpre uma função para além de um instrumento que fixa conhecimentos, mas como algo fundamental para a reprodução social também complexificada (Andrade, 2016). A linguagem se desenvolve em consequência do trabalho humano, por este permitir que os sujeitos tenham algo a dizer uns aos outros. Assim, para além da criação propiciada pela teleologia de primeira ordem — intencionalidade de ação

sobre o espaço — a linguagem permite que se estabeleçam relações teleológicas de segunda ordem — ação dos homens sobre os outros homens — visando não apenas a transformação de um objeto natural, mas a delegação da execução de uma posição teleológica a outro sujeito. Para Lukács (2018b, p.119)

[...] está claro que um tal *medium* de comunicação é indispensável para cada tipo de divisão do trabalho. Quer se trate de cooperação em geral ou de um trabalho conjunto na fabricação ou utilização de uma ferramenta etc., comunicações dessa espécie são sempre incondicionalmente necessárias, e tanto mais quanto mais desenvolvidos o trabalho e a cooperação. A linguagem, por isso, simultaneamente ao desenvolvimento do trabalho, da divisão de trabalho e da cooperação, tem de ininterruptamente se desenvolver ascendentemente, deve se tornar cada vez mais rica, flexível, diferenciada etc., com isto os novos objetos e relações que emergem podem ser tornados comunicáveis. O crescente domínio do ser humano sobre a natureza se expressa, portanto, imediatamente também em quantos objetos e relações ele é capaz de nomear.

Sem a linguagem não seria possível a continuidade histórica da experiência humana, nem mesmo a constituição efetiva do ser social. Propiciando condições para a cooperação consciente e o trabalho coletivo, a linguagem se apresenta como uma forma simbólica de condensação da experiência ao sistematizar e orientar a prática, permitindo a articulação dos conteúdos da consciência objetiva e a reprodução social. Portanto, pode-se dizer que o trabalho e a linguagem são formas de mediação prática e de objetivação de intencionalidades, concedendo bases para que o saber acumulado com o trabalho seja transmitido, conservando e ampliando as conquistas da práxis. Conforme pontua o autor, é a necessidade de orientar a atividade prática, para além de prever seus fins, como também comunicá-los a outros sujeitos que leva a formação de uma consciência prática e de linguagem.

O agir consciente e a linguagem explicitam como o trabalho humano se difere do que vemos como trabalho animalesco. Mais do que uma simples diferenciação, destaca o trabalho numa ação exclusivamente humana, como pondera Marx (2013, p.327):

[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No

final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.

Assim, ressalta-se que, para além de posições teleológicas de primeira ordem, quanto mais o trabalho se desenvolve, mais a ação do homem sobre o mundo — em sua essência e concretude — se torna insuficiente; fazendo com que o agir sobre a consciência alheia seja cada vez mais proeminente. A divisão do trabalho, quanto mais desenvolve posições teleológicas de segunda ordem, mais as torna um complexo próprio de seu funcionamento. Deste modo, ao passo em que se entrelaçam e se desenvolvem, teleologia e a divisão do trabalho cruzam, socialmente, com o surgimento das classes (Lukács, 2018b). As relações entre os sujeitos passam a exercer forças não só sobre sua vida produtiva e reprodutiva, mas também em sua individualidade.

Nesse movimento contínuo de transformação da realidade objetiva, o sujeito não apenas modifica o mundo externo, como também transforma a si. Esse processo tece uma relação simbiótica entre objetivação e subjetivação, revelando o caráter dialético da práxis humana. O trabalho, como forma ontológica de mediação, é também o fundamento do processo de subjetivação, entendido aqui como a constituição histórica e social da subjetividade (Oldrini, 1995). Logo, podemos presumir que o ser social é aquele que adquire consciência de si em suas mediações com o mundo objetivo, de forma que a subjetividade não é um dado interior, mas uma síntese ativa entre a consciência prática e o mundo objetivo. Assim, a subjetividade emerge das condições concretas da vida social, sendo moldada pelas formas de trabalho, pela linguagem e pelas relações sociais que envolvem o sujeito.

Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Por isso Marx diz com razão: Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem,

independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Lukács, 2018b, p.9-10).

Dada a compreensão sobre o trabalho e o ser social, articula-se a subjetividade como resultado de um processo histórico profundamente enraizado nas condições materiais e nas relações sociais. Marx (2013) destaca que é na prática — especialmente no processo de trabalho — que os homens se tornam capazes de refletir sobre suas necessidades, transformando-se ao mesmo tempo em que transformam a natureza. Heller (2016), por sua vez, reforça essa concepção ao enfatizar a individualidade como um resultado das formas concretas da vida cotidiana, na qual o sujeito age, sofre, pensa e transforma o mundo. Complementarmente, Santos (2006) chama atenção para a maneira como o espaço geográfico, enquanto construção histórica e social, também participa ativamente da constituição da subjetividade, pois é no espaço vivido - permeado por técnicas, normas e relações de poder - que o sujeito experiencia, interpreta e dá sentido à sua existência. Assim, o processo de subjetivação pode ser entendido como uma síntese dialética entre as determinações sociais objetivas, o espaço vivido e a atividade consciente e intencional do sujeito, marcada pela historicidade e pelas condições concretas da existência.

Portanto, o trabalho é, em sua forma ontológica, o ponto central e primordial do complexo concreto da socialidade enquanto forma de ser (Lukács, 2018b). É a mediação da atividade humana com o ambiente, a transformação mútua e incessante que desenvolve base para a constituição do sujeito e de seu mundo, imprescindível para a manutenção da sua existência. Parafraseando Marx (2011), *os homens fazem sua história, mas não sob circunstâncias por eles escolhidas*. Com o trabalho, o sujeito responde às suas necessidades sob determinações da materialidade sócio-histórica, e tais respostas transformam sua realidade. Essas transformações não ocorrem apenas na exterioridade do mundo material, mas operam, de maneira decisiva, na interioridade socialmente engendrada do sujeito. A subjetividade, enquanto dimensão da autoconsciência e da capacidade reflexiva do ser social, é continuamente (re)produzida no interior das práticas sociais, sobretudo no trabalho. Desse modo, o processo de subjetivação é também um processo de historicização do sujeito, uma vez que ele é atravessado e constituído pelas mediações materiais, sociais, simbólicas e intersubjetivas que organizam a vida em sociedade.

## 1.2 Entre caminhos históricos e as novas configurações do trabalho

Ao considerar o trabalho em sua dimensão histórico-social, é fundamental compreender que, embora ele se constitua como atividade fundante da existência humana — como já discutido à luz de Lukács, que o concebe como o princípio ontológico de mediação entre o ser social e a natureza —, suas formas concretas de realização foram profundamente moldadas pelas determinações de cada época histórica. Desde as comunidades primitivas até o capitalismo contemporâneo, o trabalho assumiu feições específicas, atravessadas por relações de dominação, divisão técnica e social, modos de produção e processos ideológicos que condicionaram tanto a materialidade das atividades quanto a subjetividade dos trabalhadores. Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar o trabalho em suas particularidades históricas, considerando como ele se reconfigura continuamente em resposta às transformações nas estruturas econômicas, políticas e culturais, e como essas metamorfoses afetam o modo pelo qual os sujeitos se relacionam com sua atividade produtiva e com os outros. Como apontam Garcia e Moreira (2020), só poderemos entender a distribuição de produtos numa sociedade se antes olharmos para como os membros e seus instrumentos são dispostos pelos gêneros de produção. Compreender a divisão do trabalho em cada formação histórica é, primordialmente, desvelar as relações sociais que a sustentam e como tais se organizam e se articulam. Trata-se de reconhecer e ressaltar o trabalho enquanto eixo central da existência humana e base para toda sociabilidade.

Como vimos, nos primórdios da humanidade enquanto o ser social dava seus primeiros passos para sua constituição, ainda na Era Paleolítica, o trabalho era, substancialmente, a expressão da relação do sujeito com a natureza e a transformação desta com a criação de instrumentos que satisfizessem suas necessidades vitais (Garcia; Moreira, 2020). A ação do homem no mundo era estritamente para sua subsistência; o senso de autopreservação que dita o funcionamento dos animais, no humano se incrementa com a consciência e a teleologia, complexificando e distanciando o homem de suas raízes primárias e puramente biológicas, adquirindo também camadas sociais, psicológicas e históricas.

Aos poucos, a humanidade se desenvolvia com a formação de pequenos grupos e o trabalho coletivo, o que Marx (2011) atribui como o preceito inicial que garantiu a sobrevivência e perpetuação do homem enquanto espécie. Os hominídeos que antes

eram nômades, passam a ser sedentários ao iniciarem a prática da agricultura. Suas ferramentas evoluíam a cada nova descoberta, aprimorando o cultivo e a caça. A exploração das forças naturais, como a descoberta e o controle do fogo, por exemplo, permitiu que esses grupos se mantivessem aquecidos, protegidos dos predadores e mais nutridos a partir da possibilidade de cozinhar os alimentos. Essas primeiras etapas do processo histórico-evolutivo contribuíram para a formação de uma sociedade rudimentar, tendo o trabalho enquanto práxis, e promovendo o salto ontológico do homem animalesco para um sujeito cada vez mais complexo.

Já nessas primeiras civilizações podemos perceber a imbricação entre o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, como categorias fulcrais não apenas para a constituição do ser social, como também para a organização da sociedade (Lukács, 2018b). Marx (2018) aponta que a cooperação no processo de trabalho tem por base a propriedade comum das condições da produção, além de fornecer senso de pertencimento do sujeito ao seu grupo ou comunidade, tal qual uma abelha pertence a sua colmeia. A divisão do trabalho, por sua vez, aparece aos olhos do autor como decisiva para o desenvolvimento das forças produtivas e para o aumento da complexidade do trabalho, se tornando efetiva a partir do momento em que se divide trabalho manual e trabalho intelectual, implicando em uma cisão da sociedade ao separar interesses individuais e comuns, e estabelecendo modos de organização social em classes (Marx; Engels, 2001).

No Ocidente Antigo, por exemplo, vemos tal divisão do trabalho mais claramente. Com a possibilidade de um homem produzir excedente, a escravização torna-se viável, permitindo que uma parte da sociedade se libere das atividades manuais para dedicar-se ao trabalho intelectual, religioso ou militar. Marx (2018) ressalta que no Mundo Antigo, na Idade Média e nas colônias modernas, as relações de trabalho eram estabelecidas e mediadas por domínio e servidão, principalmente na escravidão. Lukács (2018b) pondera que o trabalho permanece enquanto eixo central, fundante e original da prática social mesmo que sob formas alienadas e cruéis, como na escravidão antiga. A divisão social do trabalho, nesta época, refletia uma hierarquia ontológica, na qual o trabalho manual era considerado inferior àquele realizado pelos homens livres, que se dedicavam à vida política e intelectual. Contudo, o autor destaca que tal alienação do trabalho na Antiguidade impedia o pleno desenvolvimento da individualidade humana.

A sociedade escravista da Idade Antiga encontra na barbárie seu apogeu e sua ruína; ao mesmo passo em que a violência e a dominação foram utilizadas para seu desenvolvimento, também foram as responsáveis por gerar caos e findar possibilidades de futuro. A economia escravista se desfez progressivamente ao se deparar com problemas militares e políticos, perdendo força e legitimidade ao tornar-se econômica e socialmente inviável, provocando assim o colapso do Império e requerendo um novo sistema produtivo. O feudalismo surge como alternativa de contingência social, ainda pautada em formas dominais e servis. Enquanto o Estado antigo atuava para controlar os escravizados, o Estado feudal se dava como um órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servis; evidenciando, deste modo, como a representação do poder se altera, seus métodos se atualizam, mas o controle sobre o povo permanece.

A Igreja Medieval surge como um grande controlador social, exercendo influência necessária para a manutenção da ordem e do controle. A divisão do trabalho era bem definida, rígida e hierárquica. O clero se instaura como responsável por demandas intelectuais e espirituais; a nobreza era composta por senhores feudais, detentores das terras e responsáveis por exercer poder político e militar; e os servos - que representavam a maioria da população - eram responsáveis pelo trabalho e manutenção da economia. Com o avanço da ruralização, a agricultura e o trabalho manual e artesanal aparecem como característicos deste período. A maior parte do que era produzido pelos camponeses era dada aos nobres e ao clero, restando aos trabalhadores apenas o necessário para sua subsistência. Este funcionamento começa a se alterar com o excedente produtivo e o início das caravanas dos senhores feudais, nas quais passam a trocar mercadorias entre regiões, reforçando a economia de trocas para além do feudo. Desta forma, surgem os primeiros comércios, caracterizando este como o último período do processo de formação das sociedades pré-capitalistas.

A relação mercantil pressupõe uma divisão de trabalho já relativamente desenvolvida: o fato da troca, ainda que no início se trate de uma — mais ou menos casual — troca entre pequenas comunidades e não entre seus membros singulares, já significa que, por um lado, determinados valores de uso são produzidos para além da necessidade imediata de seus produtores, por outro lado, que eles têm necessidade por produtos que eles próprios não são capazes de produzir através do próprio trabalho. Ambos os fatos apontam

um determinado nível da divisão de trabalho no interior da comunidade; já mostram que determinados seres humanos se especializaram em determinados trabalhos, o que necessariamente pressupõe que outros devem fazer aqueles trabalhos que são indispensáveis para a preservação e reprodução de suas vidas. Essa diferenciação se intensifica, por sua natureza, ao aparecer a troca de mercadorias já no interior de uma comunidade, ao menos como complementação da autossuficiência. O tornar-se-mercadoria do produto do trabalho é, portanto, um patamar mais elevado da socialidade, o tornar-se dominante da sociedade por categorias de movimento sempre mais socialmente puras e não meramente de espécie natural (Lukács, 2018b, p.122).

Com o desenvolvimento mercantilista cada vez mais fortificado nesta nova faceta medieval, a economia à base de trocas entrou em defasagem, levando ao surgimento do dinheiro como medida universal para precificação das mercadorias (Marx, 2011). Com isso, a agricultura perde sua centralidade econômica, o trabalho servil é enfraquecido e a emancipação passa a ser vislumbrada. O declínio do sistema produtivo feudal se dá ao estremecer a relação de servidão. O camponês que estava vinculado à terra, mas não a detinha de fato, afasta-se cada vez mais deste meio de produção, passando a atuar como artífice — migra para pequenos centros urbanos, produz suas próprias mercadorias fomentando o comércio, dando origem as cidades burguesas — até se transformar, por fim, em um trabalhador livre. A partir deste momento, a força de trabalho será vendida, convertida em dinheiro, propiciando um refinamento do sistema econômico, no qual os meios de subsistência derivam da remuneração.

Com o êxodo rural e o movimento de urbanização, a industrialização vai aos poucos se ampliando, compondo as fábricas como espaço de refúgio e de oportunidades de trabalho para o sujeito, fundando um novo tipo de sociedade, industrial e capitalista (Laudares, 2006). Ao se alterar o espaço, surgem novas necessidades e, com elas, novas formas de viver e trabalhar, pautadas em referenciais políticos e técnicos nascentes: o primeiro, predispondo as relações sociais em padrões de classe; e o segundo, definindo como deve-se produzir. Isto significa, como aponta o autor, o surgimento da concepção da hegemonia da indústria sobre o trabalho agrário-rural e artesanal, e da cidade sobre o campo.

Laudares (2006) ainda complementa que o nascimento do capitalismo, a partir da industrialização, consagra a dialética entre trabalho e capital. Nesta nova

configuração de mundo, o trabalhador, que antes era detentor dos seus meios de produção, perde sua autonomia ao serem retiradas as suas possibilidades de planejamento e conhecimento sobre o processo de trabalho, subjugando-as aos domínios do capitalista e da estruturação laboral por este construída.

A vertiginosa expansão capitalista, marcada pela produtividade e competitividade enquanto forças vitais e particulares para acumulação, transforma, substancialmente, a economia, as relações de trabalho e a estrutura ocupacional no interior das fábricas. Define como deve ser a formação e a qualificação do trabalhador, promovendo reestruturações produtivas contínuas, provocando assim mudanças societárias, ou seja, transformações da sociabilidade, que estão para além dos muros das organizações. Surge a necessidade de uma cidade que, em sua infraestrutura básica, comporte a nova dinâmica desse sujeito. Com o aglomerado de trabalhadores em constante expansão, o ambiente urbano precisa dar conta de demandas como moradia, transporte e saúde, além de dar respaldo às relações sociais por meio de um sistema político. Neste contexto, o capital faz o gerenciamento de todo o processo de trabalho, ampliando o espaço de dialética com a venda da força de trabalho e no sistema de valorização do capital (Laudares, 2006). Deste modo, o sistema produtivo capitalista, já em seus primeiros momentos, institui seu funcionamento ao extrapolar as fronteiras da fábrica, expandindo-se e permeando as entranhas do cotidiano do sujeito moderno.

No contexto das transformações impulsionadas pela Revolução Industrial do século XIX — marcadas pela consolidação do capitalismo industrial, pela ampliação da maquinaria, pela urbanização acelerada e pela proletarianização das massas — os primeiros traços dos modelos de produção taylorista e fordista emergem ao final do século e se consolidam no início do século XX. Representando expressões paradigmáticas das novas condições de trabalho e da organização da vida social moderna, esses modelos de produção promovem a racionalização extrema dos processos produtivos, a fragmentação das tarefas e o controle rigoroso dos tempos e gestos do trabalhador. Integrado à lógica de expansão do capital, esse novo arranjo transforma a figura do trabalhador como indissociável a do consumidor, tendo seus comportamentos regulados tanto dentro quanto fora do espaço laboral. Diante dessas transformações produtivas e da dinâmica social que se instaura, Marx (2004, p. 159) pondera:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior o número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Nos modelos de produção taylorista e fordista a divisão social do trabalho é metamorfoseada em uma divisão manufatureira do trabalho; enquanto a primeira “supõe a repartição dos meios de produção entre certo número de produtores independentes uns dos outros” (Marx, 2018, p.61), a segunda garante a concentração dos meios de produção sob os poderes de um capitalista. O operário individual não produz a mercadoria, e isto deve-se a fragmentação característica destes modelos, a qual permite que o produto seja a combinação de diversas forças de trabalho esvaziadas de sentido, consolidando o processo de alienação. Como pontua Neffa (2019), neste momento instaura-se um controle sistêmico sobre o trabalhador ao fragmentar o trabalho, tornando-o repetitivo e uniforme, retirando a autonomia do sujeito ao colocá-lo em uma atividade de produção massificada, diminuindo a complexidade de suas tarefas e seu conhecimento sobre o que produz, a fim de reduzir o tempo do processo produtivo e visando aumentar a produtividade e, conseqüentemente, os lucros. No capitalismo, a alienação do trabalho ocorre ao retirar do trabalhador a teleologia que o guia e colocá-la sobre os domínios do capital.

Ao passo que a divisão do trabalho no conjunto de uma dada sociedade, tendo ou não por intermediário a troca de mercadorias, pertence às mais diversas formas econômicas da sociedade, *a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista* (Marx, 2018 p.62 grifo do autor).

Tais mudanças do sociometabolismo do capital demonstram a manipulação como um traço estrutural que atravessa diversas instâncias da vida social. A reestruturação do trabalho não apenas impacta na atuação laboral, como exerce forças sobre a vida cotidiana, criando, mais do que nunca, formas e situações de vida reificantes (Alves, 2015). A manipulação vincula-se a emergência de uma sociedade do consumo de massa de mercadorias — iniciada nos primeiros sinais da derrocada do modelo taylorista-fordista para dar conta da exacerbação produtiva — levando ao

desenvolvimento de uma sociabilidade fetichizada pelo capital. Intensifica-se, então, a constante tentativa de apagamento da centralidade do trabalho em seu aspecto ontológico e social, ocultando a exploração capitalista na forma-mercadoria, ampliando a alienação (Antunes, 2009; Alves, 2015) e fundando uma sociedade ideal burguesa cada vez mais pautada em uma pseudonecessidade de colecionar mercadorias para preencher a existência esvaziada de sentido, derivada da lógica do capital e sua mais-valia relativa.

Com o aumento da taxa de extração de mais-valia relativa por meio das inovações de maquinários e tecnologias, o potencial da produtividade do trabalho social e o poder do capital se incrementaram, permitindo um aumento relativo do padrão de vida do proletariado, inserindo em sua realidade um vasto arsenal de produtos-mercadorias que visam satisfazer novas necessidades, criadas pelo próprio sistema produtivo, para a manutenção da vida urbana (Alves, 2015). A manipulação capitalista se entranha não apenas nos poros da esfera produtiva, como também se espalha por todos os aspectos de reprodução social, transformando a relação do sujeito com o mundo, impondo uma vivência estranhada para a manutenção do consumo para além da manutenção produtiva.

Em meados do século XX, há o declínio desses modelos de produção e a ascensão de um novo modelo no final da década de 60 e início dos anos 70: o Toyotismo. Após um longo período de acumulação de capital, o taylorismo-fordismo apresentou um esgotamento ao se deparar com uma queda na taxa de lucros, o aumento do preço sobre a força de trabalho e as lutas de classe (Antunes, 2009), apontando para uma crise sistêmica, urgindo a necessidade de uma nova reestruturação produtiva. O Toyotismo surge como uma saída, transformando o processo produtivo “por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico” (Antunes, 2009, p.49), respondendo às demandas suscitadas na crise e permitindo que o capital retomasse as rédeas, mantendo seu controle sobre o trabalhador. Mais do que uma reestruturação produtiva, aqui surge um projeto que visa a soberania absoluta do capitalismo sobre as mais diversas áreas da sociabilidade.

Com essa nova forma de organização laboral, a figura do trabalhador precisou ser remodelada. O que antes demandava um sujeito subserviente, passivo, que apenas executasse tarefas repetitivas e fragmentadas, a lógica toyotista transforma o trabalhador ideal em uma figura polivalente, mais qualificada, participativa e

multifuncional (Antunes, 2009). O controle sobre o sujeito, que antes vinha de fora, hierárquico e rígido, agora é internalizado com base em metas, indicadores e na introjeção da cultura corporativa. A intensificação do trabalho se instaura desde a implementação do sistema *Just in time*<sup>4</sup> e até nas mudanças semânticas, transformando o “trabalhador” em “colaborador”. Como vimos no tópico anterior, a linguagem e suas simbologias são essenciais para a constituição do ser social e para a orientação da prática; deste modo, tal alteração revela a demanda por um sujeito que entenda a empresa como parte fundamental para sua existência e incorpore-a em si; mais do que aparentar dispor de relações horizontais, o intuito é que o sujeito não se veja como apenas uma peça do sistema produtivo, mas como pertencente, comprometido com vínculos emocionais que norteiem sua entrega ao trabalho e mantenha-o sob controle.

Os avanços tecnológicos contribuem para a potencialização do estranhamento<sup>5</sup>. A relação do sujeito com os seus objetos técnicos se altera conforme novas tecnologias são integradas a sua rotina produtiva e reprodutiva. Ao fragmentar ou eliminar o conhecimento sobre o que se produz e como se produz, ocorre o enfraquecimento do saber-fazer do trabalhador e a propriedade sobre o fruto do seu trabalho. Isto alia-se à problemática derivada do novo funcionamento produtivo, o qual pretendia produzir apenas sob demanda, visando uma produção enxuta, mas se depara com a baixa rotatividade de mercadorias e a queda nos lucros. Por tal motivo, passam a reduzir o tempo de vida útil dos produtos para que aumente a velocidade do circuito produtivo e, assim, se amplie a velocidade da produção de valores de troca (Antunes, 2009). Ao reduzir a durabilidade em face da necessidade de diminuir o tempo entre produção e consumo, a relação estabelecida entre o que é produzido e o que é consumido se altera a ponto de fragilizar o entendimento do valor de uso social, impulsionando o uso estranhado e degradando, também, a relação metabólica entre o homem e a natureza.

---

<sup>4</sup> Designa uma estratégia de produção que visa otimizar recursos, produzindo e entregando itens apenas no momento exato de sua necessidade, reduzindo estoques e desperdícios.

<sup>5</sup> Termo ampliado por Lukács com base no conceito de alienação em Marx. Diz respeito a percepção dos produtos do trabalho como algo alheio e independente, fruto da perda da conexão consciente entre o trabalhador e o processo produtivo ao ocultar suas origens sociais, resultante da reificação nas relações sociais capitalistas.

Por se instaurar sob o capitalismo manipulatório<sup>6</sup>, o Toyotismo promove uma inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital, ou seja, cada vez mais o sistema produtivo demandará, a partir deste momento, por uma “captura” da subjetividade operária (Antunes e Alves, 2004; Alves, 2013). O forte disciplinamento da força de trabalho e a necessidade de implementar formas de capital e de trabalho intensivo são impulsionadas pelo processo de liofilização organizacional - o qual faz com que o trabalho humano seja progressivamente substituído pelo maquinário tecnoinformacional, mas sem suprimi-lo completamente – resultando na dilatação da necessidade de interação entre a subjetividade que trabalha e as máquinas inteligentes, ampliando o estranhamento do trabalho e as novas formas de fetichismo a partir desta interatividade (Antunes e Alves, 2004). Isto, além de impulsionar a sensação de ameaça de substituição do trabalho vivo pela maquinaria informatizada, promove ainda mais o distanciamento da “subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada” (Antunes e Alves, 2004, p.347).

Todo esse processo ganha outra dimensão conforme o mercado começa a ampliar suas fronteiras. Com a teleinformática ganhando robustez, a aceleração das atividades transnacionais e a expansão e integração de mercados tornam-se realidade. A mundialização produtiva gera uma classe trabalhadora que entrelaça sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Antunes e Alves (2004) ponderam que, ao passo que o capital se apodera de organismos internacionais, a ação do trabalhador também será afetada, tornando-se cada vez mais internacionalizada. O processo de globalização amplia possibilidades e acarreta novas problemáticas. Com os mercados mais integrados e com tecnologias cada vez mais sofisticadas sendo empregadas no processo de produção, há o aumento da produtividade e uma progressiva redução da força de trabalho e do tempo destinado a fabricação de mercadorias. Neste contexto, o capital reafirma ainda mais sua lucratividade ao caminhar para elaboração de um novo modo de trabalho, dispensando a garantia de direitos ao trabalhador, não fornecendo os meios de

---

<sup>6</sup> Fase do capitalismo em que os mecanismos de dominação e exploração ultrapassam a esfera estritamente econômica, alcançando de modo sistemático a subjetividade por meio de formas sofisticadas de manipulação cultural, ideológica e tecnológica. Nessa etapa, a lógica da acumulação se apoia na produção de necessidades artificiais, no controle simbólico e na captura da experiência social, convertendo a liberdade em fetiche e intensificando o estranhamento (Alves, 2011; 2015; Lukács, 2013).

produção, não arcando com custos e muito menos auxiliando na manutenção dos instrumentos laborais (Pinheiro, Souza e Guimarães, 2018).

### **1.3 O trabalho na era digital: entre redes, plataformas e precarizações**

Com a produção enxuta e mundializada, a fragilização dos direitos trabalhistas e a expansão e fortificação da *internet* para além de uma tecnologia e instrumento de trabalho, mas como a base na qual se assenta o modelo produtivo contemporâneo e a espinha dorsal da sociabilidade global (Castells, 2003), o trabalho mediado pelas plataformas digitais surge como uma nova via. Se opondo à rigidez das organizações clássicas e dos empregos tradicionais, essas plataformas se apresentam como um modo de trabalho mais atrativo, prometendo uma renda extra e uma gestão de tempo mais flexível. Conforme explica Machado (2022), os trabalhadores de plataformas digitais recebem o status de microempreendedor ou trabalhador autônomo informal, contudo, não por uma escolha do sujeito, mas por uma imposição dessas plataformas para viabilizar o modelo de negócio baseado na transferência de risco ao trabalhador. Com o capital provendo uma escassez de empregos formais dignos, com remuneração cada vez mais reduzida e o custo de vida cada vez maior, o discurso de autonomia e a falácia de tornar-se detentor de seus meios de produção — evidenciada por mais uma manobra semântica que transforma o trabalhador em “empreendedor” —, colocam esse sujeito em estado de suscetibilidade. Assim, o trabalhador tem seu trabalho precarizado, estabelece relações de informalidade, semi-informalidade e subemprego para driblar o desemprego, assentando-se em uma vulnerabilização crescente.

Neste contexto, o capitalismo não apenas estimula a flexibilização produtiva, como molda o trabalhador para se ajustar a esta nova lógica de trabalho. O caráter híbrido e flexível do corpo contemporâneo, propiciado pelo crescente uso da *internet*, revela a potência de novos modos de existir, ao passo que também exhibe uma passividade aos investimentos mercantis, revertendo essa flexibilidade para os interesses produtivos. Com incremento das plataformas digitais e mídias sociais, não somente se busca tornar o sujeito útil e produtivo também dentro das redes como, para além disso, pretende-se gerir a personificação do sujeito ideal para capitalismo

pós-moderno. Molda-se um sujeito que esteja além do poder disciplinar, proposto por Foucault (1999), desenvolvendo alguém que se autorregule, se autovigie, se puna incessantemente, na mesma medida em que produza e consuma. Os produtos e serviços também passam por uma desterritorialização e reterritorialização, transformando a esfera do trabalho e do consumo ao imergi-las sob uma inteligência coletiva, em uma economia virtualizada. Aqui, público e privado se fundem e se confundem, não há mais limites, tempos e lugares se misturam, os limiões do trabalho se dissolvem. Exemplificando esse processo, Lévy (2011) aborda a virtualização de uma empresa:

A organização clássica reúne seus empregados no mesmo prédio ou num conjunto de departamentos. Cada empregado ocupa um posto de trabalho precisamente situado e seu livro de ponto especifica os horários de trabalho. Uma empresa virtual, em troca, serve-se principalmente do teletrabalho; tende a substituir a presença física de seus empregados nos mesmos locais pela participação numa rede de comunicação eletrônica e pelo uso de recursos e programas que favoreçam a cooperação. Assim, a virtualização da empresa consiste sobretudo em fazer das coordenadas espaço-temporais do trabalho um problema sempre repensado e não uma solução estável. [...] A empresa virtual não pode ser mais situada precisamente. Seus elementos são nômades, dispersos, e a pertinência de sua posição geográfica decresceu muito. (Lévy, 2011, p.18-19).

Dado o exemplo do autor, direcionaremos nosso olhar para a fluidificação das empresas e a dissolução do trabalho. Nota-se uma transformação, influenciada diretamente pela consolidação das plataformas digitais no mundo do trabalho ao expandir suas fronteiras, dissipar limites e, conseqüentemente, aumentar sua complexidade. O trabalho transborda tempo e espaço, não há mais muros que delimitem onde e quando trabalhar. Tudo é trabalho. Mas, agora, para além de seu sentido ontológico, desprende-se de sua função humanizadora sendo atravessado incessantemente pelo estranhamento, reduzindo-se a produção e consumo com sentidos esvaziados, fragmentando a personalidade humana. E quando isso acontece, as problemáticas e afetações também se expandem e se confundem. Instaura-se uma urgência de sempre produzir e, não obstante, consumir, e para ambos a rede se apresenta como uma solução viável. Srnicek (2017) cunha o termo “capitalismo de plataforma” para descrever esse novo modo de organização operado

pelas tecnologias digitais, instaurando uma economia digital que se alastra por diferentes ramos econômicos e atravessa o estrato social.

A nova face do trabalho exalta e cobiça a flexibilidade em todos os contextos, desterritorializando as formas tradicionais de organização de trabalho ao requerer maior variabilidade e adaptabilidade do trabalhador, redefinindo as relações, identidade e a cultura do trabalho, reterritorializando em novos e dinâmicos arranjos. Sennet (2009) define essa flexibilização como um dos principais traços do capitalismo contemporâneo e, ao ser potencializada pelas novas tecnologias, torna-se base para as estruturas de poder e de controle. O autor ainda aponta que essa desterritorialização do trabalho requer um trabalhador que se submeta a mudanças espaciais, funcionais e de atuação para sobreviver no mercado. A precarização do trabalho aparece como marca ou consequência desse processo. Com jornadas de trabalho prolongadas, ritmo intenso e acelerado, empresas pulverizadas para diminuir os custos e os vínculos, o aumento das políticas de terceirização, informalidade, subemprego, a fragilização da legislação social protetora do trabalho e dos direitos do trabalhador, e com salários cada vez menores, o sujeito é submerso por uma vulnerabilização sistêmica, e acaba por vender sua saúde em troca de um valor a mais no final do mês (Antunes, 2018; Gaulejac, 2007; Neffa, 2019). A oportunidade de trabalho mediado pelas plataformas digitais expressa uma alternativa de sobrevivência e, por vezes, culmina na uberização<sup>7</sup>, resultando em um trabalhador isolado e fragilizado.

O trabalhador flexibilizado é responsabilizado por seu autogerenciamento, de tempo, de recursos e de produtividade (Abílio, 2022). Busca-se desempenho, uma vivência laboral de alta performance, mobilizando o sujeito para que esteja sempre disponível e disposto a se autoempreender; ao colocar seu corpo e subjetividade sob os valores empresariais e da lógica do mercado, dificulta a percepção de autoexploração e internaliza o discurso de liberdade e autonomia alcançados apenas por meio da flexibilização, tornando-os meros produtos do neoliberalismo (Antunes, 2018, 2020; Dardot e Laval, 2016). Com isso, retornamos a Lukács (2018b), destacando como a alienação no trabalho não é ocasional, mas sim a expressão mais

---

<sup>7</sup> O termo diz respeito a prestação de serviço a uma plataforma digital, estando a margem da legislação social protetora, inserindo-se na informalidade, na precariedade, na flexibilização, caracterizando-se de forma mais acentuada no capitalismo periférico (Abílio, 2022; Antunes, 2018; 2020).

desenvolvida da racionalidade do capital, que subjuga a totalidade social à lógica da mercadoria.

Para além da crítica de Srnicek a esses novos modos de trabalho pautados na economia de plataformas, Alves, Gonçalves e Casulo (2020) ressaltam o conceito de tecnocapitalismo como uma síntese de todo este novo funcionamento social. Como vimos, o sistema produtivo do capitalismo global contemporâneo transforma as dinâmicas de consumo, as práticas sociais e os modos de subjetivação. O tecnocapitalismo apropria-se de recursos intangíveis — como criatividade e conhecimento — por meio da propriedade intelectual e da infraestrutura tecnológica, extraíndo dados do sujeito a partir de cada micro movimentação dentro das plataformas, convertendo tais fragmentos de sua subjetividade em mercadoria. Isto reorganiza as formas de poder político, de produção e de acumulação, evidenciando um aprofundamento das assimetrias globais, uma vez que, segundo os autores, países em desenvolvimento estão mais vulneráveis a uma precarização mais agressiva — principalmente pelo histórico de dominação e exploração desses povos que outrora foram colonizados —, ampliando vertiginosamente as desigualdades. Assim, a análise crítica do trabalho no tecnocapitalismo revela não apenas os mecanismos de dominação desempenhados, como os desafios geopolíticos e sociais que emergem da expansão desse sociometabolismo conectado.

A pandemia de Covid-19 evidenciou, de forma incontornável, as contradições e fragilidades do mundo do trabalho sob o tecnocapitalismo. As estratégias de isolamento social e a reconfiguração dos processos produtivos e de consumo colocaram a *internet* e as plataformas digitais como infraestruturas centrais que dão base ao sistema produtivo, ao mesmo tempo em que aprofundaram a precarização e a informalidade das relações laborais. Com o distanciamento social aplicado naquela fatídica realidade, a digitalização do cotidiano se intensificou abruptamente, fazendo da *internet* não apenas uma ferramenta técnica, mas um espaço totalizante de produção, comunicação e sociabilidade. Segundo Zandonadi (2023), esse processo instaurou novas dinâmicas de vigilância e performatividade, nas quais o sujeito é interpelado a estar continuamente disponível, produtivo e visível nas redes, moldando um ambiente de constante autocobrança, insegurança, autogerenciamento exaustivo e exposição constante, catapultando a lógica da excelência também como forma de controle. Assim, a pandemia escancarou o entrelaçamento entre conectividade digital e adoecimento psíquico, tornando visível a face psicopolítica da *internet* enquanto

infraestrutura da nova organização do trabalho. A *internet*, nesse sentido, tornou-se um dispositivo privilegiado do tecnocapitalismo, reconfigurando os modos de viver e trabalhar por meio de uma nova forma de governamentalidade algorítmica que atravessa e modula o espaço, o tempo, os corpos e os afetos, subordinando a vida aos imperativos de produtividade e conexão contínua.

A partir da reconstrução da ontologia do ser social – e a centralidade do trabalho -, realizada neste capítulo, se estabelecem as categorias analíticas que orientarão a compreensão das transformações contemporâneas da subjetividade sob o capitalismo em sua fase digital. O trabalho, ao constituir a categoria fundante do ser social, faz com que dele se originem as objetivações que produzem o mundo humano, as mediações sociais e as possibilidades de constituição da subjetividade. Nesse primeiro momento, a subjetividade pode ser entendida como nos propõe Santos (2006), a intersecção do sujeito e seu território, indissociável da materialidade e de seu espaço geográfico, constituída na relação dialética entre o homem e seu mundo.

Consequentemente, toda transformação histórica nas formas de organização do trabalho implica também em transformações nas formas de subjetivação, da sociabilidade, nas mediações da consciência e no desenvolvimento da personalidade, mas, nunca é demais lembrar, não de forma mecânica, já que os impactos das transformações históricas sobre a subjetividade, retornam sobre o mundo na forma da práxis humana que produz a história em seu movimento. Tendo em vista que o tecnocapitalismo não altera o fundamento ontológico do ser social, mas reorganiza historicamente as mediações pelas quais o trabalho produz e reproduz a vida social, a expansão das mediações pela *internet* – plataformas digitais, mídias sociais e inteligência artificial – intensifica processos de objetivação nos quais a linguagem, a comunicação, a atenção e o cotidiano passam a integrar diretamente os circuitos de valorização do capital. Com isso, as teleologias de segunda ordem assumem função central ao serem progressivamente mediadas por infraestruturas algorítmicas que organizam a circulação da informação e da experiência social. Faz-se necessário compreender como essas novas mediações funcionam e incidem sobre o processo de subjetivação, questões que orientarão os capítulos seguintes dessa dissertação.

## 2 NO EMARANHADO DA REDE

O fato é que uma ferramenta pode, com uma análise correta, não só revelar a história da própria ferramenta, mas também desvendar muitas informações sobre o modo de viver, quem sabe até sobre a visão de mundo etc, daqueles que as usaram (Lukács, 2013, p.59).

Como propõe Lukács, neste trecho de sua ontologia, olhar e compreender as ferramentas humanas, em sua particularidade histórica, revela como o processo da tecnologia e o avanço da técnica se mostram essenciais para o desenvolvimento do espaço e do sujeito. O filósofo ressalta a técnica como a objetivação que, ao se autonomizar frente à totalidade social, pode adquirir formas de independência e poder sobre o sujeito. Em consonância, Santos (2006) explica a técnica como uma expressão histórica do modo de produção, e por tal motivo, eximida de qualquer neutralidade. Ao nascer das necessidades humanas e de sua capacidade criadora e transformadora, é convertida em força de dominação ao estar sob o domínio do capital, o que motiva Weill (2008) a afirmar que não basta os trabalhadores reconquistarem os meios de produção é necessário transformá-los. Trata-se, deste modo, de uma mediação ambivalente: um produto da práxis social, e ao mesmo tempo, um instrumento de reprodução das condições de alienação e estranhamento, ou seja, que atingem o trabalhador objetiva e subjetivamente.

A técnica, enquanto mediação totalizante, imprime um novo ritmo à história; sendo capaz de reordenar o tempo, o trabalho e a vida, produz uma experiencição do mundo cada vez mais mediada por objetos técnicos e sistemas de informação. Como pontua Castells (2003), os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos, e toda produção social é estruturada culturalmente, de modo que a técnica e os objetos técnicos se moldam não apenas pela cultura de seus criadores, como também pela de seus usuários. Para Santos (2003; 2006), toda técnica é portadora de uma intencionalidade social, o que, ao aliarmos a leitura lukacsiana, demonstra a objetivação como mediação entre o reino da necessidade e o da liberdade: a dualidade da técnica como expressão da autonomia humana e como mecanismo de sujeição - uma vez apossada pelo capital e tendo seu uso corporativo acentuado. Santos evidencia como a técnica, mesmo sob essas circunstâncias, é capaz de

propiciar práticas sociais que se apropriem das mesmas ferramentas, usadas por grandes corporações, mas para fins mais solidários e emancipatórios; que taticamente, podem partir de um novo uso, no modelo cooperativo (Dagnino, 2014; 2019), mas que estrategicamente deve ultrapassar o sociometabolismo de nosso modo de produção atual (Mészáros, 2011). Essa dimensão dialética da técnica permite compreendê-la para além de um instrumento de alienação, mas também como campo de luta, onde poder e contrapoder se entrelaçam e, portanto, sujeita a inúmeras e incessantes disputas ideológicas. A tecnologia, para o Santos (2003; 2006), representa uma das mais relevantes formas de expressão cultural da humanidade, capaz de delinear como se dará cada sociabilidade ao longo da história.

Por sua estrutura rizomática, que penetra e se espalha em praticamente todas as esferas da atividade humana, a revolução da tecnologia da informação constitui-se como eixo central para a compreensão da complexidade da nova economia, da subjetividade e da sociedade hodierna e em formação. A *internet*, em sua configuração atual, tem sua gênese em redes idealizadas entre as décadas de 1960 e 1970, vinculadas, preliminarmente, a interesses militares e acadêmicos, e que gradualmente se converteram em um sistema de comunicação global. Mais do que uma simples inovação técnica, seu desenvolvimento expressa um momento histórico de reconfiguração das forças produtivas, no qual o conhecimento e a informação passam a ocupar o núcleo da acumulação capitalista (Castells, 1999; Santos, 2006).

A digitalização e dataficação da vida social, a interconexão em tempo real e a circulação incessante de informações traduzem a transição para uma nova forma de sociabilidade que, embora fundada sobre a promessa de liberdade e interatividade, reflete as contradições do próprio capitalismo em sua etapa informacional – o tecnocapitalismo (Suarez-Villa, 2009). Assim, compreender a origem e a expansão da *internet* implica situá-la não apenas como produto do avanço científico, mas como forma social historicamente determinada, em que técnica e poder se entrelaçam na produção e reprodução das condições materiais e simbólicas da existência, pautando-se na indissociabilidade do avanço fugaz da *internet* e o desenvolvimento das forças produtivas e transformações estruturais do sistema produtivo. Nessa perspectiva, o pensamento de György Lukács (2013), ao conceber o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social e, portanto, como a mediação essencial entre o desenvolvimento técnico e a constituição da subjetividade, oferece uma chave crítica indispensável para a análise desta nova sociabilidade. É a partir dessa relação

dialética entre trabalho, técnica e ser social que se torna possível compreender a internet não apenas como ferramenta ou ciberespaço, mas como expressão concreta das contradições do processo histórico de objetivação humana sob a lógica do capital.

## 2.1 Entre fios e conexões: a história da internet

De origem inglesa, o termo *internet* pode ser compreendido, em uma tradução livre, como uma “rede interconectada” - união de *inter* (entre) e *net* (rede) -, designando um sistema capaz de conectar dispositivos microeletrônicos em uma malha comunicacional distribuída (Perez, 2019). Inicialmente concebida como ferramenta de comunicação de uso militar, a chamada ARPANET foi um projeto desenvolvido em 1969 pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), órgão vinculado ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial e de intensificação das tensões geopolíticas entre Estados Unidos e União Soviética, a criação da ARPANET estava inserida na corrida tecnológica e científica que marcou a Guerra Fria, especialmente após o lançamento do primeiro satélite soviético, o *Sputnik*, em 1957 (Castells, 2003). O objetivo central do projeto era assegurar a superioridade tecnológica e garantir a circulação descentralizada de informações entre centros estratégicos, de modo que a comunicação pudesse ser mantida mesmo se um dos nós dessa rede fosse desatado. Em outras palavras, o sistema deveria resistir a ataques ou falhas localizadas, assegurando a continuidade da troca de dados mesmo que um computador fosse desconectado ou destruído — um princípio que permanece como fundamento estrutural da *internet* contemporânea.

Com o avanço da microinformática e a posterior abertura da rede a universidades e instituições civis, no final da década de 70, inicia-se o processo de criação de redes de computadores pessoais, fundamentais para o desenvolvimento da *internet* que conhecemos hoje. Em Chicago, em 1977, dois estudantes escreveram um programa que permitia a transferência de arquivos entre seus computadores, o qual recebeu o nome de MODEM. No ano seguinte, os mesmos criaram o *Computer Bulletin Board System*, permitindo o armazenamento e a transmissão de mensagens

nos aparelhos computacionais. Os jovens liberaram ambos os programas para domínio público. Tal ato só foi possível uma vez que, em 1974, o sistema operacional UNIX – desenvolvido pelos Laboratórios Bell – foi liberado para universidades, com permissão de acesso ao seu código fonte. Rapidamente o sistema tornou-se base para maior parte dos departamentos de ciência da computação, fomentando a formação de comunidades acadêmicas dedicadas à experimentação tecnológica (Castells, 2003). Para Perez (2019), os movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970 foram essenciais para o desenvolvimento da *internet*, uma vez que os estudos eram motivados pelo ideal libertação, de troca livre de informações e experiências, impulsionando os avanços tecnológicos.

A partir de 1978, começa a ser distribuído um programa que permitia que os computadores da UNIX copiassem arquivos um dos outros, o que serviu de base para que estudantes da Califórnia projetassem um programa para comunicação de computadores com o mesmo sistema operacional, interligando aparelhos de diferentes instituições, culminando na consolidação de redes de comunicação independentes do *backbone*<sup>8</sup> da ARPANET (Castells, 2003). Tal movimento marca a transição da rede como infraestrutura restrita à esfera militar e estatal para um espaço de cooperação civil e acadêmica, tendo o compartilhamento do conhecimento científico como motores da inovação digital. Ao vislumbrarmos este momento de um ponto de vista ontológico, ao transformarem a técnica em campo de experimentação coletiva e de produção de novos modos de sociabilidade, materializa-se uma forma de práxis social que transcende o uso instrumental da tecnologia, revelando seu enraizamento nas necessidades humanas e sociais de comunicação, cooperação e reconhecimento.

Na década de 1980 ocorre o estreitamento entre Arpanet e os demais sistemas de rede. Um grupo de estudantes de pós-graduação da Universidade da Califórnia em Berkeley desenvolveu um programa para vincular as redes. A partir desse momento, várias redes de computadores passaram a se comunicar entre si – partilhando, na maioria das vezes, do mesmo *backbone* – congregando-se, gradualmente em uma rede única: a *internet* (Castells, 2003). Esse foi o pontapé para que outros projetos pudessem se materializar. Ao final da década e início dos anos 90, surge a criação de softwares e protocolos que permitiram obter e acrescentar informação *de e para*

---

<sup>8</sup> Termo para designar o conjunto de infraestruturas centrais que compõe a base de transporte de dados de uma rede – cabos, fibras ópticas, roteadores, estão entre os componentes de um *backbone*.

qualquer computador conectado à *internet*. Os chamados HTTP (HyperText Transfer Protocol), HTML (HyperText Markup Language) e URI (Uniform Resource Identifier) - posteriormente chamado de URL (Uniform Resource Locator) – são os principais exemplos de protocolos criados neste período. A convergência desses elementos derivou em um sistema de hipertexto que viria constituir a *World Wide Web*, um espaço de produção, circulação e consumo da informação multimídia (texto, som, gráficos e vídeo) em escala global por meio da estrutura da *internet* (Castells, 2003; Monteiro, 2001). A Web representou uma ruptura qualitativa, transformando a *internet* em um espaço público e interativo, trilhando caminho para a emergência do que Castells (1999) posteriormente irá chamar de sociedade em rede, a qual pauta-se na reorganização das práticas de comunicação, trabalho e sociabilidade no tecnocapitalismo.

Em meados da década de 1990, a *internet* começa a se popularizar e a perder seu caráter predominantemente cooperativo, de uso acadêmico e institucional, passando a assumir progressivamente sua face privatizada e comercial. Em 1995, a gigante Microsoft lança seu sistema operacional *Windows 95*, juntamente com seu próprio navegador, o *Internet Explore*, que surge baseado em uma tecnologia desenvolvida por uma pequena empresa (Castells, 2003). Assim, se dá o *zeitgeist* para que diversos navegadores e programas fossem desenvolvidos, impulsionando e aquecendo a expansão de um mercado digital emergente, ilustrando a transição de uma *internet* comunitária e experimental para uma infraestrutura submetida à lógica da concorrência e mercado.

Por ser dotada de uma estrutura técnica aberta, a *World Wide Web* podia, então, funcionar com softwares e navegadores cada vez mais inteligíveis e disponíveis ao público geral, se consolidando, gradativamente, como um espaço de circulação econômica, simbólica e comunicacional. O Brasil teve o início de sua participação na rede através de dois *links* da parceira de instituições de ensino brasileiras e estadunidenses: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foram as pioneiras no uso deste novo meio de comunicação (Vieira, 2003). Já a disponibilização pública da *internet*, no país, foi realizada por uma iniciativa conjunta do Ministério da Comunicação e o Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1995. De acordo com Monteiro (2001), tais órgãos governamentais foram responsáveis pela implementação da infraestrutura técnica necessária à conexão nacional, posteriormente concedendo

às empresas privadas a tarefa de prover acesso à rede, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso, rompe com o monopólio estatal e facilita a privatização de todas as empresas de telecomunicações (Vieira, 2003; DeCarli *et al.*, 2018). Tal atitude viabiliza um controle privado da comunicação nacional existente e a fragilização de nossa soberania, bem como, a expansão para uma nova era comunicacional global, que consolidou a reestruturação produtiva de acumulação flexível, iniciada na década de 70, nos países centrais, pois contribuiu para sobrepujar inúmeros empecilhos impostos pelas contingências espaciais à fragmentação das linhas de montagem fordistas.

Em suma, como pontua Castells (2003), todos os desenvolvimentos tecnológicos cruciais para o surgimento da *internet* tiveram suas raízes em instituições governamentais e importantes universidades e centro de pesquisas. O autor aponta para o caráter audacioso e caro que impossibilitava interesse de empresas privadas, por não ter a segurança de uma lucratividade futura. Percebe-se que a *internet* se desenvolveu por pesquisas orientadas com objetivos bem definidos, com recursos públicos e em um ambiente seguro que não sufocava os processos teleológicos, a criatividade e possibilidades de inovação, para depois ser absorvida pelo mercado e por sua lógica invertida que leva ao estranhamento e a degradação da *pessoa humana* (Lukács, 2013).

Ao desatar seus laços com a esfera acadêmica e cada vez mais se entrelaçar nos circuitos de comercialização, a *internet* passa a assumir novas funções e sua expansão ocorre rapidamente. Nos anos 2000 surge a chamada Web 2.0, rompendo com o modelo linear de produção e consumo de informações na qual a primeira Web se pautava. Nesta segunda versão há uma inversão do fluxo de produção – no qual consumidor torna-se produtor e vice-versa – culminando em uma intensificação e ampliação da quantidade de informações geradas. Até esse momento, as máquinas não eram capazes de processar e interpretar tais dados, tornando os computadores e a *internet* apenas uma ponte para conectar a mensagem do usuário emissor ao receptor (DeCarli, 2018). Por depender quase exclusivamente da interpretação humana, essa fase se caracteriza pela interatividade e produção colaborativa de conteúdos, possibilitando que novas formas de sociabilidade emergissem do digital.

Ao transformarem os usuários de receptores passivos em produtores e difusores de informação, há o surgimento de plataformas que, em seu cerne, permitem a criação e compartilhamento de conteúdo, gerando assim, comunidades

virtuais – exemplificam-se nos fóruns, blogs e as primeiras mídias sociais. Aqui surge o que Lévy (1998) considera uma nova ecologia cognitiva, a chamada inteligência coletiva, baseada na conexão, na partilha e na circulação descentralizada de saberes. Contudo, para dar conta da defasagem tecnológica frente ao potencial mercadológico das redes, logo essa dimensão cooperativa e a promessa da democratização do conhecimento foram subsumidas pela lógica do capital, dando origem à Web 3.0.

Também conhecida como Web Semântica, a versão 3.0 surge com o propósito de auxiliar o computador a processar, interpretar, argumentar e responder às atividades humanas no digital, estabelecendo padrões para publicação, armazenamento e recuperação de informações na rede (DeCarli, 2018). Com isso, há a consolidação das grandes corporações tecnológicas - como Google, Apple, Amazon e Meta - dando os primeiros passos para converter a *internet* em um território de acumulação e extração de valor informacional, onde os dados, interações e afetos passaram a constituir mercadorias. Podemos identificar nesse processo a constituição da sociedade em rede (Castells, 1999), uma nova morfologia social estruturada pela comunicação em tempo real e pela interdependência global dos fluxos de informação. A rede torna-se, assim, não apenas um meio técnico, mas uma forma social hegemônica que redefine não só o trabalho, a política, a cultura e a subjetividade, mas a vida cotidiana das pessoas ao redor do mundo, direta ou indiretamente.

Isto é impulsionado por certos fatores econômicos que dão base ao momento em que a *internet* é forjada. O neoliberalismo ganha força com a crise financeira do final da década de 1970 e, ao promover mudanças estruturais no capitalismo, passa a se afirmar como racionalidade social dominante, catapulta ideais neoliberais que entranham na individualidade, ataca as relações de trabalho e colocam em risco o Estado democrático (Dardot; Laval, 2016). Como aponta Carvalho (2019), as primeiras experiências neoliberais, implementadas de modo exemplar no Chile sob a ditadura de Pinochet, evidenciam que a imposição de políticas de desregulamentação, privatização e ataque sistemático ao trabalho exigiu, inicialmente, formas abertas de coerção e violência estatal, uma vez que apenas regimes autoritários poderiam conter as resistências sociais diante da destruição de direitos e garantias históricas. No entanto, à medida que o neoliberalismo se espraia para além desse momento inaugural e busca estabilizar-se como racionalidade hegemônica, torna-se insuficiente o recurso exclusivo à força. Passa a ser necessário o aprimoramento dos mecanismos de manipulação, de “captura da subjetividade” (Alves, 2011) e de gestão do cotidiano,

visando que os sujeitos passem a se entender sob a lógica empresarial, se individualizem e, com isso, esvazie e desmobilize a capacidade de ação coletiva. É nesse contexto que as tecnologias informacionais, a *internet* e, posteriormente, as redes sociais, assumem papel estratégico, funcionando como infraestruturas privilegiadas para a difusão de valores neoliberais e para a administração contínua das opiniões e dos comportamentos sociais, estendendo e sofisticando os dispositivos de vigilância e controle para além das formas clássicas da dominação (Ferreira, 2021; Zuboff, 2021).

Tendo em vista esse contexto, não podemos considerar a extração de dados sem pensar na financeirização do mercado, uma vez que a extração e a acumulação de dados estão estritamente atreladas à extração de valor, de recursos e à uma nova lógica de acumulação do capital (Grohmann, 2020), impulsionada pela desregulamentação e flexibilização do espaço financeiro mundial, potencializada pela disseminação do modelo econômico Neoliberal. Conforme aponta Paraná (2016), a financeirização representa a reordenação da acumulação de capital em favor do setor financeiro, assumindo, gradativamente, o controle sobre o processo produtivo, culminando em uma maior abstração e ficticidade, além de ampliar as desigualdades e potencializar as crises econômicas. Em termos de Marx (2017, p.500), podemos considerar a financeirização como o “mais puro e colossal sistema de jogo e fraude” que possibilita cada vez mais a centralização de poder em poucos indivíduos que exploram a riqueza social, e desta maneira, representa um componente estrutural do modo de produção capitalista hodierno (Grohmann; Salvagni, 2023). Com a globalização financeira, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) auxilia na compressão do espaço e do tempo, propiciando que os mercados globais operem continuamente e que a circulação do capital seja acelerada, aumentando a velocidade em que as negociações especulativas são estabelecidas e, conseqüentemente, expandindo essa lógica de funcionamento pela economia como um todo (Paraná, 2016).

Mesmo que constitua um processo valorativo abstrato e dependa inevitavelmente da economia produtiva, os novos moldes econômicos permitem que a financeirização se estabeleça como lógica econômica dominante. O acelerado desenvolvimento tecnológico, entretanto, representa riscos aos investidores, colocando os atores com menor poder inovativo em desvantagem, enquanto pressionam os de médio porte por essa incessante necessidade de inovação,

reconfigurando e atualizando a “valorização do valor” (Marx, 2015). Essa “finança digitalizada” descrita por Paraná (2016) demonstra a desigualdade dentro do mercado de preditivos, uma vez que as informações e oportunidades ficam limitadas ao desfrute das maiores instituições financeiras e das corporações que detenham mais recursos. O oligopólio financeiro contemporâneo exerce influência sobre a política econômica dos governos e bancos centrais, construindo uma aparente subjunção da lógica financeira sobre a produtiva. Contudo, mesmo com o estabelecimento de sua hegemonia atrelada a sua compatibilidade com o aparato informacional-datafocado, não há uma independência efetiva para com a produção industrial de mercadorias, no qual o capital ainda se sustenta (Paraná, 2016).

A partir da década de 2010, com a expansão do acesso à *internet* móvel e a popularização dos *smartphones* no cenário brasileiro, fortemente impactado pelo avanço neoliberal sobre a economia global, ocorre a intensificação do movimento de plataformização, digitalização e dataficação da vida social. O ambiente digital passa a ser um espaço central de circulação simbólica, econômica e política, ampliando as problemáticas oriundas de seu novo funcionamento e novos mecanismos. Neste contexto, o acesso e o uso da *internet* não estão mais restritos a uma máquina estática, e se pulveriza por aparelhos que possam acompanhar o sujeito aonde quer que ele vá. Essa nova possibilidade impacta significativamente as relações de trabalho, dando origem a novas categorias laborais e a novas figuras de trabalhador - o trabalho sob demanda mediado por aplicativos e o trabalhador *just in time* são exemplos disso. Cada vez mais se espera que o sujeito se submeta à lógica neoliberal, se entenda e se autorregule, colocando seu corpo e sua vida sob as regras de funcionamento empresariais (Antunes, 2018). O *smartphone* se apresenta como um grande aliado nesse movimento, servindo como uma extensão do corpo (Faustino; Lippold, 2023), uma prótese robótica que une o homem e a máquina (Haraway, 2009), o *offline* e o *online*, instaurando consigo novas modalidades de controle, baseadas na vigilância algorítmica (Zuboff, 2021) e na quantificação da performance.

Nessa conjuntura, marcada por muitos debates e controvérsias acerca de sua existência, delimitação teórica e operacional, surge os primeiros indícios do que seria uma *Web 4.0* (Almeida, 2017). Essa etapa - também chamada de Web Pragmática - é compreendida como um movimento que busca articular o legado estrutural das versões antecessoras com sistemas capazes de produzir, interpretar e ajustar significados a partir da experiência situada do sujeito, em diferentes contextos

sociotécnicos (DeCarli, 2018). Tal orientação apontaria para o desenvolvimento de tecnologias e aplicações sensíveis às variáveis ambientais, comportamentais e performativas dos usuários, deslocando a *internet* de um meio apenas informacional para um ecossistema preditivo, responsivo e adaptativo. Nesse percurso, as inteligências artificiais (IA) passam a ocupar posição estratégica, recebendo robustos investimentos, ampliando sua capacidade de aprendizagem e tornando-se núcleo operacional das plataformas digitais (Alves; Maurente, 2023). Contudo, para não cairmos em armadilhas de promessas futuristas e do imaginário criado pelo *marketing* das *Big Techs*, é preciso considerar a IA realmente existente.

Assim, faz-se desenhado o nosso mais elementar argumento, mas não por isso, sempre merecedor de lembrança: a inteligência artificial realmente existente não é capaz de *entender* a realidade assim como um humano, mas apenas reconhece funções matemáticas em dados massivos, possibilitando a criação de modelos a partir deles. Só conseguiríamos afirmar que a IA pode pensar se considerássemos uma noção muito limitada do que seja o pensamento (Dias *et al.*, 2025, p.78).

Com isso em vista, nesse momento que os algoritmos<sup>9</sup> deixam de ser apenas procedimentos computacionais invisíveis e se convertem em dispositivos centrais de organização, filtragem, previsão e governança do comportamento humano em ambientes digitais (Lemos, 2021), constituindo, assim, a infraestrutura cognitiva e política da nova era da *internet*. Além disso, cabe ressaltar que tal operacionalidade requer uma nova base material altamente intensiva em energia, processamento e armazenamento, demandando a proliferação de grandes complexos computacionais – os *data centers* –, resultando em novos custos econômicos, ambientais e geopolíticos associados à manutenção e expansão desse sistema tecnológico.

Na década de 2020, vemos mais claramente como a *internet* expande sua atuação, deixando de ser apenas um veículo de comunicação e se torna a espinha

---

<sup>9</sup> Os algoritmos podem ser descritos como sequências finitas de instruções ou passos bem-definidos com a finalidade de resolver um problema, uma tarefa ou um cálculo específico. [...] O desenvolvimento de algoritmos avançados está associado à evolução da capacidade computacional e à proliferação de *big data*. Em vez de especificar as regras e o passo a passo dos trajetos a serem seguidos, como ocorre com algoritmos tradicionais, os algoritmos de aprendizagem [*machine learning*] são softwares que aprendem a partir de exemplos, de dados e da experiência. Eles fazem parte de uma família de inteligência artificial que inclui aprendizado profundo [*deep learning*] e aprendizado por reforço [*reinforcement learning*]. Esses algoritmos são o motor de softwares modernos incorporados a assistentes pessoais virtuais, veículos autônomos, sistemas de recomendação, ferramentas de reconhecimento de voz e de imagem e serviços de tradução (Mendonça; Filgueiras; Almeida, 2025, p. 32-34).

dorsal da sociabilidade capitalista (Castells, 2003), ou seja, é neste momento que os impactos reprodutivos do modelo produtivo emergente se mostram claramente, revelando os inúmeros desafios e riscos sociais e ambientais de nossas escolhas técnicas para o desenvolvimento de nossas forças produtivas. A Internet das Coisas - do inglês *Internet of Things* (IoT) - emerge já na década anterior com os avanços de várias áreas como sistemas embarcados, microeletrônica, comunicação e sensoriamento (Santos *et al.*, 2016). Percebe-se um potencial do uso da *internet* nas mais diversas áreas das atividades humanas e, para que isso se efetivasse, seria necessário ampliar sua aplicação para além do computador convencional. Assim, intensificam a produção de eletroeletrônicos inteligentes e com conectividade Wi-Fi, viabilizando que o usuário controle remotamente tais objetos, além de que os próprios objetos sejam acessados como provedores de serviços e se comuniquem entre si, ampliando a interconectividade e, conseqüentemente, o monitoramento do comportamento humano ou então a colonização da vida pelas máquinas (Faustino; Lippold, 2023).

Especialmente após a pandemia de COVID-19, esse processo se ampliou, intensificando a digitalização e dataficação das relações sociais e laborais de modo inédito. O isolamento social acelerou a integração das plataformas às práticas cotidianas, dissolvendo ainda mais as fronteiras entre o público e o privado, o produtivo e o afetivo (Zadornadi, 2023). Sob essa perspectiva, pode-se compreender a história da *internet* não apenas como a trajetória de uma inovação tecnológica, mas como a expressão material das transformações ontológicas do ser social no contexto do capitalismo contemporâneo. Em diálogo com Lukács (2013), pondera-se que tais transformações não dizem respeito apenas a mudanças instrumentais, mas à reconfiguração das mediações que estruturam a relação entre o ser humano e o mundo - mediações agora atravessadas por algoritmos, fluxos informacionais e processos de fetichização da tecnologia e mercantilização da experiência.

Nesse contexto, se desenvolve um terreno fértil para a proliferação de radicalismos, irracionalismos e formas renovadas de autoritarismo, como exemplifica, Max Fisher (2023) em sua análise jornalística, no livro “A máquina do caos”. A arquitetura das plataformas digitais tende a privilegiar conteúdos capazes de mobilizar afetos, que deixem o usuário motivado a reagir e engajar, transformando o medo, o ódio e o ressentimento em artifícios essenciais para impulsionar a retenção da atenção, e conseqüentemente, a rentabilidade das plataformas, em detrimento da

mediação racional e do debate crítico. Assim, narrativas simplificadoras, teorias conspiratórias e discursos extremistas não emergem como desvios ocasionais, mas como produtos funcionais de um ecossistema comunicacional que recompensa a polarização e o fortalecimento do conflito. Isto revela que, como argumenta Sposito (2023, p.5), a história da *internet* “vai além de sua própria constituição como rede porque, além da vontade humana, há a interferência da inteligência artificial na produção e manipulação da informação”.

Além da corrosão do espaço público, este cenário é sustentado por uma base material frequentemente invisibilizada. As infraestruturas digitais que possibilitam o funcionamento contínuo dessa economia da atenção operam às custas da intensificação da degradação ambiental e da exploração social, corroborando com o processo de falência hídrica<sup>10</sup> e de uma vida cada vez mais precarizada. Como expõe Sposito (2023), a promessa de imaterialidade do digital encobre, assim, um metabolismo social profundamente destrutivo, no qual territórios periféricos, corpos subalternizados e ecossistemas inteiros são sacrificados para garantir a fluidez aparentemente etérea da informação. Desse modo, a esfera simbólica e comunicacional é reorganizada, aprofundando contradições históricas do capitalismo, articulando irracionalismo ideológico à reificação da subjetividade e devastação material como dimensões inseparáveis de um mesmo processo.

## **2.2 O tecnocapitalismo: entre os fios da técnica, as tramas do cotidiano e a tessitura da nova sociabilidade**

Castells (1999) atrela a rápida expansão da *internet* à época, ao processo de reestruturação capitalista, o qual incorporou as novas tecnologias em benefício próprio, dando pontapé ao capitalismo informacional, globalizando a produção, intensificando a demanda por produtividade, integrando os mercados e elevando a

---

<sup>10</sup> Pesquisa da ONU revela que mundo entrou em falência hídrica, com territórios incapazes de reverter o abastecimento de água (Portal G1, 2026). Disponível em: <[https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/01/25/mundo-entrou-em-estado-de-falencia-hidrica-alertam-pesquisadores-da-onu.ghtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/01/25/mundo-entrou-em-estado-de-falencia-hidrica-alertam-pesquisadores-da-onu.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1)>

concorrência a nível global. Para além disso, desencadeou transformações ao sistematizar os modos de produção, de experiências e de poder sob esta nova ótica, reorganizando a esfera social, com impactos para além dos económicos, alterando aspectos da organização laboral e da sociabilidade, assegurando a perpetuação do controle, pelas relações de saber-poder, adequando as subjetividades às demandas e metamorfoses do novo sistema produtivo. Sendo assim, em sua materialidade, esse sistema produtivo se expressa em um conjunto de ações e resistências provenientes da sociabilidade manifestada no cotidiano, dentro e fora do trabalho; ou seja, há um processo dialético entre instituições locais, que operam em escala mais restrita – como família, escola, órgãos municipais etc. - e instituições globais – como as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entre outros – que compõe a sociabilidade, dentro de sua particularidade histórica, exercendo controle sobre os corpos, sobre a vida, conduzindo e produzindo subjetividades.

Todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder e seus limites tal como negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende da constante interação entre poder e contrapoder (Castells, 2013, p. 10).

Ao compreendermos as relações de poder como elementos constitutivos da sociedade, deparamo-nos com instituições - criadas pelos detentores do poder - que absorvem e atuam a favor de seus interesses e valores. Em contrapartida, o contrapoder atua desafiando e reivindicando a representação da oposição ao poder maciço e monopolizado (Castells, 2013). O poder é microfísico, exercido nas relações e práticas sociais, desiguais e móveis, dispondo de intencionalidade, alvo e estratégias, além de difundir mecanismos de disciplina, controle e vigilância que permeiam todas as estruturas sociais e moldam pensamentos e comportamentos; já o contrapoder se manifesta como parte integrante da dinâmica social, na qual há diferentes formas de poder e resistência coexistindo e interagindo constantemente. Essa dança entre poder e contrapoder coreografa a dinâmica entre as subjetividades e os atravessamentos oriundos desse sistema, utilizando de artifícios que fortaleçam e articulem poderes - o que o autor chama de interruptores de rede -, orquestrando uma sociedade que corresponda a tais conexões. Deste ponto de vista, a *internet* se manifesta como um condutor de transformações do meio, dispondo ações coletivas

para além dos limiares institucionais clássicos, demandando a renovação do exercício dos poderes para que se adaptem e apropriem-se desse espaço.

Com a introdução da *internet* no cotidiano, não apenas a comunicação se altera, mas também os modos de como se busca e se produz informação. Ademais, ao tornar-se a espinha dorsal do sistema produtivo, como pontua Castells (2003), inaugura um regime sociotécnico caracterizado pela fusão entre a inovação tecnológica ascendente e a lógica de acumulação capitalista. Lévy (2010) reforça, nesse contexto, a técnica como um dos principais agentes de transformação das sociedades atuais. Santos (2006), por sua vez, compreende a estrutura social como a força motriz de transformação do espaço, e assinala essa nova forma de organização espacial como um *meio técnico-científico-informacional*. Para o autor, esse meio inaugura concomitantemente ao surgimento da *internet* após a Segunda Guerra Mundial, e tem sua afirmação - inclusive no Sul Global - na década de 1970. Aqui, os objetos técnicos tendem a ser técnicos e informacionais simultaneamente, uma vez que, com a extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, além disso, têm a informação como o núcleo de seu funcionamento (Santos, 2006).

Se, por um lado, neste contexto, há uma cientificização e uma tecnicização da paisagem, por outro, podemos perceber a informação expandindo-se para além dos objetos técnicos que formam o espaço, mas se tornando o vetor fundamental do processo social. Com isso, os territórios são requalificados e passam a ser equipados para facilitar a sua circulação. Santos (2006, p. 161) ressalta que “quanto mais “tecnicamente” contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais”, apontando para uma indissociação entre os objetos modernos e a busca pela satisfação dos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, o que demonstra o processo de globalização como derivado dessa interrelação, e expresso num espaço geográfico reconfigurado.

O meio técnico-científico-informacional de Santos (2006), constitui o solo histórico sobre o qual a sociedade em rede, descrita por Castells (1999), e o tecnocapitalismo de Suarez-Villa (2009) se tornam possíveis. Não se trata apenas de um avanço tecnológico, mas de uma nova ecologia do espaço: um ambiente no qual técnica, ciência e informação se integram de modo sistêmico, conferindo às ações humanas um grau inédito de velocidade, interconexão e automatização. A técnica deixa de ser objeto isolado e se transforma em meio, em atmosfera que envolve e

orienta a vida cotidiana, definindo ritmos, acessos, formas de trabalho e possibilidades de sociabilidade. O ponto central é perceber como a ciência e a tecnologia se alinham à informação para instaurar uma nova era do capitalismo, a qual não apenas utiliza destes mecanismos para fundir os mercados nacionais ao internacional, como também desenvolve uma soberania de grandes corporações sobre os Estados - especialmente os do Sul Global - promovendo uma nova onda de colonização, agora, tecnológica e digital (Silveira; Souza; Cassino, 2021; Faustino; Lippold, 2023).

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle (Santos, 2003, p.39).

Ponderando sobre a perspectiva de um novo modo colonizatório, podemos direcionar o olhar para Fanon (1968), que argumenta como a lógica de expansão de mercados, acumulação de riquezas e exploração de recursos e mão de obra foi um legado do período colonial para o nosso atual sistema produtivo. O autor aborda como a sociedade colonial foi constituída sobre a divisão rígida entre colonizados e colonizadores. Tal divisão não se limita a questões econômicas e sociais, mas está intrinsicamente expressa nos aspectos físicos e espaciais, demarcando uma segregação geográfica onde o colonizado vive em condições de miséria e o colonizador ocupa espaços luxuosos. O colonizado é visto como um sub-humano, reduzido a um objeto que serve aos interesses do colonizador; nesta relação não há diálogo, a comunicação é unilateral, e a linguagem é atravessada por violência. Mesmo sem a figura do colonizador, as estruturas se mantêm como uma herança passada à burguesia, a qual será responsável por assumir o papel de mantenedor da ordem econômica colonial, perpetuando a desigualdade e exploração. Deste modo, há uma imitação do modelo colonial mesmo após a independência, na qual as elites nacionais das ex-colônias adotam práticas que sustentam o subdesenvolvimento econômico e a dependência em relação às antigas metrópoles ou ao sistema capitalista global, consolidando uma relação neocolonial (Fanon, 1968).

Essa relação é atualizada com as novas tecnologias digitais, as quais passam a operar como vetores contemporâneos de dominação, reorganizando antigas hierarquias coloniais sob a aparência de neutralidade técnica e inovação. Neste

contexto, o tecnocapitalismo ganha robustez ao criar uma força de trabalho que inverte a consciência e o consentimento do ser social. Ocorre um mascaramento da mobilização das atividades cotidianas como força de trabalho, retirando a visibilidade de seu sentido real, isto é, capturando e convertendo essas atividades como trabalho para produzir mercadorias que não necessariamente resultem em um produto físico, mas em informação e controle (Maranhão; Alves; Rodrigues, 2023). Trocamos a força de trabalho por “*internet grátis*” (Gonçalves, 2023), sem custos palpáveis, mas que se alimenta dos fragmentos da nossa existência dentro e fora das redes. A exploração deixa de se apoiar exclusivamente na ocupação territorial direta e passa a incidir sobre fluxos informacionais, infraestruturas digitais e regimes de dados, aprofundando assimetrias entre centros e periferias. O trabalho invade a vida reprodutiva sem que nos demos conta. As plataformas digitais - majoritariamente controladas por corporações sediadas no Norte Global - reproduzem uma lógica extrativa que transforma territórios periféricos em fornecedores de dados, atenção, trabalho precarizado e mercados consumidores, ao passo que concentram capital, tecnologia e poder decisório nos antigos polos hegemônicos (Faustino; Lippold, 2023).

Desse modo, a colonialidade não desaparece, mas se reconfigura: já não se impõe apenas pela força física, mas por meio de arquiteturas digitais que modulam comportamentos, impõem padrões culturais, linguagens e formas de sociabilidade, e capturam o possível antes mesmo de sua atualização, como veremos à frente. Assim como na ordem colonial descrita por Fanon (1968), a comunicação permanece assimétrica e unilateral, agora mediada por algoritmos e sistemas de recomendação que silenciam vozes, hierarquizam visibilidades e naturalizam desigualdades. Se, por um lado, as redes podem atuar como uma ferramenta de contrapoder, ao lançar espaço para que se possa ter acesso ao diferente, por outro, reforça as estruturas de poder ao ter seu controle restrito a corporações monopolistas que, por vezes, pautam-se em práticas hegemônicas e de homogeneização. E o sujeito periférico, embora formalmente incluído na rede, ocupa uma posição subalterna no interior do sistema, tornando-se objeto de extração de valor e governança algorítmica (Zuboff, 2021; Faustino; Lippold, 2023).

Nesse sentido, as tecnologias digitais atualizam o colonialismo em neocolonial e informacional, reafirmando a dependência estrutural e a subordinação dos países periféricos no capitalismo global. A promessa de conectividade e democratização encobre, assim, a persistência de relações coloniais reconfiguradas, nas quais a

dominação se exerce de forma difusa, contínua e invisibilizada, incidindo diretamente sobre o cotidiano, a subjetividade e os horizontes de futuro. Esse “sociometabolismo digital” (Alves; Gonçalves; Casulo, 2020) - novo espaço de sociabilidade no qual a troca metabólica entre os sujeitos é dada por meio de dispositivos informacionais – expressa uma reestruturação da vida produtiva e reprodutiva, ampliando as problemáticas para além dos espaços físicos e palpáveis, instaurando um processo de virtualização, digitalização e dataficação da vida. Os dados e algoritmos se apresentam como o cerne da chamada dataficação da sociedade (Couldry; Hepp, 2017), que colocam os dados no centro do modo de produção capitalista atualizado pela *internet*, sendo uma nova faceta da expropriação analisada por Marx (2013).

Todavia, essa dinâmica não deve conduzir à compreensão do Sul Global apenas como espaço passivo de espoliação tecnológica. Ainda que permaneçam profundas assimetrias na produção, circulação e controle dos dados, esses territórios também constituem espaços de disputa política, tecnológica e epistemológica, nos quais emergem iniciativas de desenvolvimento tecnológico local, medidas de regulação das plataformas e formas coletivas de resistência à captura permanente da vida social (Grohmann; Burity; Vilarins, 2025). As contradições do capital, em sua fase digital e neocolonial expressam, portanto, a abertura de novos campos de conflito em torno do controle das infraestruturas digitais, dos dados e do próprio conhecimento (Couldry; Mejias, 2021). Dessa maneira, a economia dos dados ao reproduzir mecanismos históricos de dependência, acaba produzindo condições favoráveis para sua própria contradição, ou seja, para o aumento das capacidades de ação e de resistência dos territórios explorados.

Como já apresentado, a centralidade dos dados se expande pela vida cotidiana e reprodutiva, impressa também nas redes sociais, culminando em interações mediatizadas e um capital cada vez mais financeirizado (Grohmann, 2020). Os membros da sociedade tecnocapitalista são colocados em estado de constante vigilância (Zuboff, 2021), atualizando a lógica da acumulação a partir de práticas de rastreamento e da utilização de excedentes comportamentais para quantificação, análise e perfilamento dos usuários das plataformas digitais. Assim, no âmbito fenomênicos, o panóptico de Foucault (1999) ganha uma versão *high-tech*, com os *smartphones* e objetos interconectados - que popularizam a coleta de dados ao se multiplicarem no dia a dia - e, agora, desempenhando um monitoramento que ocorre de maneira “voluntária”.

Não se deve, jamais, perder de vista a materialidade concreta desses fenômenos. Na base do funcionamento das inteligências artificiais encontram-se vastas infraestruturas físicas que demandam enormes quantidades de energia, recursos minerais e consumo intensivo de água, frequentemente instaladas em territórios periféricos e ambientalmente vulneráveis (Faustino; Lippold, 2023). Do mesmo modo, na base do funcionamento das mídias sociais e das plataformas digitais há uma massa de microtrabalhadores, muitas vezes invisibilizados, sub-remunerados e submetidos a trabalho precarizado, responsáveis por tarefas de moderação de conteúdo, rotulagem de dados e treinamento algorítmico (Viana Braz; Turbaro; Casilli, 2023). Soma-se a isso a permanente centralidade da extração mineral, condição indispensável para a manutenção e produção de semicondutores, chips e demais componentes que viabilizam elevados níveis de processamento e armazenamento de dados, mantendo as raízes coloniais do extrativismo como núcleo dos investimentos capitalistas também no contemporâneo (Maranhão; Alves; Rodrigues, 2023). Assim, por trás da aparência imaterial, automática e inteligente do digital, persiste o trabalho humano, ainda que fragmentado, oculto e desvalorizado. O trabalho invisível continua sendo trabalho - e sua ocultação constitui parte fundamental da racionalidade tecnocapitalista.

Tendo em vista o percurso histórico discutido ao longo deste capítulo, ressalta-se como a digitalização e dataficação da vida social e a platformização das relações econômicas representam mediações historicamente determinadas pelas necessidades de valorização do capital (Marx, 2015) e reorganizam os processos de produção, circulação e apropriação da riqueza social. Nesse sentido, a extração de valor – impulsionada pela extração de dados - passa a incorporar, incisivamente, as múltiplas dimensões da vida cotidiana, provocando um deslocamento dos aparatos manipulatórios para além do consumo, transformando a vida social em matéria-prima para os novos processos de acumulação. Sob uma perspectiva ontológica, essa transformação constitui objetivações sociais derivadas da atividade humana que, com a infraestrutura digital e os modelos algorítmicos, engendram novas necessidades de reprodução social. Em consonância ao argumento de Pasquinelli (2025), nota-se como o capital utiliza das plataformas como uma forma de automação que governa e multiplica os trabalhadores, ou seja, não se finda em uma automação do trabalho, mas compreende uma automação da gestão. Neste sentido, esta emerge precisamente da captura, formalização e reorganização das capacidades coletivas

produzidas pela divisão social do trabalho, evidenciando que as chamadas “máquinas inteligentes” possuem uma história profundamente enraizada nas relações sociais de produção e nos processos de racionalização do trabalho.

Emerge desta lógica tecnocapitalista - da naturalização das novas tecnologias e seus mecanismos inerentes e da fetichização da tecnologia - uma onda de “neurofacismo digital” (Millones, 2025). Ao redefinir a reprodução social e agregar às necessidades humanas as necessidades informacionais, o tecnocapitalismo não se restringe a capturar subjetividades e atua na reorganização das formas de sociabilidade, atingindo o núcleo cognitivo da individualidade e promovendo corrosão do espaço público, o que abre margem para irracionalismos, autoritarismos, ressentimentos e a intensiva propagação de *fake news* (Alves; Gonçalves; Casulo, 2020; Milones, 2025). Ainda mais arraigada pelo neoliberalismo, a manipulação não só opera no âmbito da opinião individual e começa a condicionar o próprio horizonte de sentido, trilhando caminho para um destroçar do simbólico. Não há espaço para dubiedades, para o contraditório, para a metáfora; tudo se torna literal e opaco, verdade e falsificação se confundem, radicalizações e polarizações se intensificam, tensionando o debate público dentro e fora das redes.

Neste contexto, nota-se como os sistemas algorítmicos das *Big Techs* atuam como agentes e assumem crescente força institucional (Mendonça; Filgueiras; Almeida, 2025) ao mediar processos de circulação da informação e de produção do conhecimento, agindo diretamente na constituição da consciência e da racionalidade humana. Inseridos na lógica do tecnocapitalismo, esses algoritmos exercem papel central na governança das práticas sociais e cotidianas, convertendo critérios técnicos – sob aparência de neutralidade - em mecanismos de regulação da experiência humana. A governança algorítmica representa, assim, uma nova forma de mediação social, na qual as teleologias de segunda ordem — compreendidas por Lukács (2013) como ações voltadas a influenciar a consciência de outros indivíduos — se hipertrofiam e tornam-se progressivamente subordinadas às novas métricas do capital, guiam os sujeitos à conteúdos que gerem mais engajamento, personalizando as recomendações e propiciando uma maior previsibilidade comportamental. Desse modo, a linguagem, a comunicação e a própria produção de sentido são reorganizadas seguindo imperativos de extração de valor e valorização do capital, incidindo sobre as formas pelas quais os indivíduos se apropriam da realidade, organizam seu cotidiano e constituem sua individualidade.

### 2.3 Nas entrelinhas da linguagem e do hipertexto

A extração de valor, nesta nova sociabilidade capitalista, ocorre não apenas do tempo de trabalho materialmente mensurável, mas da circulação contínua de signos, afetos, informações e performances comunicacionais, transformando a própria linguagem em força produtiva central. Berardi (2017) cunha o termo “semiocapitalismo” para denominar a conjunção entre linguagem e economia. O autor pondera que

Nessa configuração, a produção de qualquer bem, material ou imaterial, pode ser traduzida em uma combinação e recombinação de informações (algoritmos, figuras, diferenças digitais). A semiotização da produção social e do intercâmbio econômico implica uma profunda transformação no processo de subjetivação. A infosfera atua diretamente no sistema nervoso da sociedade, afetando a psicosfera e a sensibilidade em particular. Por esse motivo, a relação entre economia e estética é crucial para entender a atual transformação cultural (Berardi, 2017, p. 127-128).

A mediação técnica da vida cotidiana assumiria, deste modo, uma dimensão semiótica ampliada. O processo de coisificação que, em Lukács (2018b), representa como as relações sociais mediadas pelo trabalho assumem a forma de coisas e passam a se impor aos sujeitos como forças autônomas, no semiocapitalismo de Berardi (2017), se desloca e se intensifica no plano da linguagem, dos signos e da comunicação. A linguagem é então mercantilizada e valorizada como desempenho, submetida a critérios de eficácia, mensurabilidade e impacto, uma vez que, agora, não exerce apenas sua função ontológica, mas também é orientada para uma comunicação social que amplie sua capacidade de produzir efeitos imediatos - engajamento, adesão, visibilidade e circulação; nortes de uma linguagem que não se objetiva apenas em comunicar, mas em operacionalizar um fluxo informacional contínuo que sustenta a comunicação na era das mídias sociais (Berardi, 2017).

Ao considerarmos a linguagem como uma mediação ontológica fundamental, inseparável da práxis humana, como propõe Lukács (2013; 2018b), notamos como esta não se limita a um simples instrumento de comunicação, mas é parte do próprio processo de objetivação, responsável por viabilizar a produção de sentidos, orientar ações e permitir o reconhecimento do ser humano como pertencente a um mundo

socialmente constituído. De tal modo, a linguagem guarda uma relação direta com a totalidade concreta da vida social, sendo produção e expressão das formas históricas da sociabilidade. Assim, quando submetida à lógica mercantil, e colocada à prova com a ascendente coisificação, é cooptada e passa a exercer outras funções. Santaella (2005) confere às tecnologias da linguagem, trazidas pela revolução industrial, o papel de alicerçar um ecossistema semiótico complexo, no qual a comunicação passa a depender de operações híbridas entre humano e máquina.

A autora pontua que o metabolismo das linguagens se assemelha ao dos seres vivos, estando em permanente crescimento e mutação. Escrita, desenho, fotografia, música, cinema, televisão, rádio, se transmutam ao adentrarem a era digital. O meio pelo qual uma linguagem é veiculada é imprescindível para compreender como suas mensagens são produzidas, transmitidas e recebidas (Santaella, 2005). As metamorfoses da técnica – especialmente as de transmissão e de tratamento das mensagens – transformam não apenas as modalidades de comunicação, como determinam o ritmo de processamento e redefinem as organizações, o que impacta diretamente na interpretação e construção da realidade (Lévy, 2010).

Santaella (2004) ressalta que a hibridização de tecnologias e linguagens culminam numa convergência das mídias e permite a organização reticular dos fluxos informacionais em arquiteturas hipertextuais. A hipermídia e o hipertexto traçam uma enorme malha de informações interconectadas, na qual textos, imagens, sons e vídeos se articulam em múltiplos percursos possíveis, configurando uma rede comunicacional não linear, rizomática e aberta à interação do usuário. Nessa perspectiva, ao ter sua experiência habitual alterada, competências cognitivas específicas passam a ser exigidas do sujeito - como busca, seleção, associação e recomposição de sentidos - instaurando em um regime de circulação simbólica marcado por dinamismo, fragmentação e interatividade. O hipertexto, então, não apenas reconfigura tecnicamente as formas de organização do conhecimento, mas redefine as práticas de interpretação e entendimento, os modos de atenção e as próprias formas de subjetivação na cultura digital contemporânea.

Para Lévy (2010), o hipertexto expressa uma mutação mais ampla das tecnologias da inteligência, ao romper com o modelo de transmissão unidirecional do saber, aproximando-se de um paradigma cooperativo, em que os sujeitos se tornam coautores de sentido. Ao mesmo tempo, o hipertexto materializa uma mudança cultural ao transformar a relação do sujeito com o mundo simbólico, favorecendo, na

visão otimista do autor, formas de pensamento mais abertas e plurais. Contudo, essa potência não é neutra. Ao ampliar possibilidades de circulação do conhecimento e de participação intelectual, também insere o pensamento em uma lógica de aceleração, fragmentação e permanente atualização, que pode tanto enriquecer quanto empobrecer a experiência cognitiva, dependendo das condições sociais e políticas que a estruturam, ou seja, dependendo da base material que estrutura a ideologia, que organiza o conflito entre as classes sociais e determina o metabolismo social, agora atravessado pela virtualidade.

Se, num primeiro momento, a *internet* e as redes sociais consolidaram-se sobretudo como dispositivos de *infotainment*, como afirma Santaella (2023) - ampliando o consumo de informação lúdica, que entretém por meio de interatividade e compartilhamento -, o avanço da inteligência artificial marca um novo patamar dessa dinâmica tecnocultural. A autora pontua que as chamadas “máquinas cerebrais” atingem um grau de complexidade tal que passam a simular e emular atributos constitutivos da própria inteligência, como aprendizagem, tomada de decisão e elaboração simbólica. Articulada à lógica tecnocapitalista, essa evolução não apenas intensifica a convergência das mídias e a expansão dessa malha informacional, mas também aprofunda a reconfiguração dos modos de conhecer, comunicar e subjetivar. Torna-se difícil negar que tais transformações expressam um vetor de ampliação e reorientação das capacidades intelectivas humanas - ainda que essa ampliação venha acompanhada de tensões éticas, políticas e ideológicas quanto ao controle, à autonomia e ao lugar do humano frente às tecnologias inteligentes, pois, como vimos acima, elas são marcadas por profundas alterações na materialidade da existência, já que produziram profundas alterações objetivas e subjetivas no âmbito produtivo e reprodutivo de nossa sociabilidade.

Vale ressaltar que a infosfera tecnocapitalista atua, concomitantemente, como meio de comunicação, dispositivo de poder e ambiente de subjetivação. Ela não apenas veicula a ideologia dominante, mas a performa, naturaliza e materializa em formas de vida (Berardi, 2017; Alves; Gonçalves; Casulo, 2020). Se Baudrillard (1991) argumenta que vivemos em uma ordem de simulacros em que o signo antecede o real, a infosfera seria, então, o espaço em que esse processo se consolida e se torna cotidiano. A subjetivação - que passa a ocorrer também no interior das plataformas digitais - se realiza predominantemente sob a lógica dos simulacros. Identidades, vínculos afetivos, percepções políticas e imaginários coletivos tornam-se

programáveis, moduláveis e performáticos. Não se trata apenas de mediação tecnológica, mas de uma produção de mundos possíveis que funcionam como realidade vivida, como produtores de uma teleologia transcendente que impede os sujeitos de compreenderem a inversão vivida como estranhamento e fetiche nas relações cotidianas atravessadas pelo virtual e digital, materializada nos algoritmos, nos cabos, nos dispositivos eletrônicos, em suma, materializado nas relações sociais ocultadas por um mercado *on* e *offline*. Se, antes, as instituições tradicionais contribuíam para estruturar a experiência social a partir de mediações relativamente estáveis, agora, com a infosfera tecnocapitalista, institui-se um campo de hiper-realidade no qual a verdade pouco importa, o que vale é a eficácia simbólica do signo - sua capacidade de circular, mobilizar afetos e gerar adesão. E é aqui que a inteligência artificial intensifica ainda mais esse processo: ao simular atributos da inteligência humana, participa não apenas da organização informacional, como passa a integrar a própria produção de sentido, intervindo na realidade socialmente partilhada.

Nota-se como o campo da linguagem se mostra como um terreno privilegiado para compreender a esfera digital e o seu alcance. Ao entendermos a linguagem como uma categoria importante da constituição do ser social (Lukács, 2013), composta por um sistema de signos em que o homem expressa e registra a relação com seu mundo e seus iguais, percebe-se que também “modela pensamentos, sentimentos, emoções, esforços, vontade e seus atos, e simultaneamente, é modelada, influencia e é influenciada na base última e mais profunda da sociedade humana” (Bentz, 2013, p.20). Com a digitalização, a linguagem se multiplica, de códigos binários até processos culturais, desencadeiam processos de sentido e significação. As interações estabelecidas entre humanos e máquinas, com suas respectivas linguagens, implicam em especificidades que complexificam o espaço digital (Abs, 2022). Deste modo, a *internet* como campo de fluxo de linguagem só pode ser entendida a partir da compreensão dos processos que lhe envolvem e que dela derivam. Os processos de passagem de uma linguagem a outra traduzem - em múltiplos níveis de complexidade - a conversão do binarismo maquínico em processamento da cultura, revelando assim, aspectos subjetivos das individualidades e do gênero humano.

A linguagem, ao ser plataformizada e incorporada aos processos de valorização do capital, faz com que as atividades que antes eram orientadas por necessidades comunicativas sejam ainda mais moduladas pela lógica do capital e utilizadas pelo

novo modo de governança capitalista pautada nos algoritmos. Se a linguagem, na leitura lukacsiana, constitui uma mediação social pela qual os sujeitos influenciam reciprocamente suas consciências, mediando a práxis humana, com as plataformas digitais essa capacidade passa a ser crescentemente organizada por métricas de visibilidade, engajamento e circulação, convertendo, de forma ainda mais efetiva, as interações ordinárias em fontes permanentes de produção de dados e de valor (Castro, 2021). Neste sentido, caminharíamos, então, para um cotidiano cada vez mais coisificado, no qual virtualidades, digitalização e dataficação não apenas representariam o real, mas passariam a disputá-lo, conformá-lo e, em muitos casos, substituí-lo como referência última da experiência.

## **2.4 Nos entrelaçamentos entre virtual, digital e dataficação**

Dada a centralidade da linguagem e de suas transformações no contexto de um mundo profundamente digitalizado - compreendendo, à luz de Lukács (2013), que a linguagem se estabelece como uma mediação ontológica fundamental do ser social - impõe-se uma análise rigorosa das palavras e dos conceitos que atravessam a sociabilidade hiperconectada e, de modo decisivo, a própria constituição da subjetividade. A linguagem, enquanto forma histórica de objetivação e comunicação socialmente produzida, não reside apenas nos sujeitos, como também os constitui, atravessando suas práticas, percepções e modos de apreensão da realidade. Nesse sentido, as transformações contemporâneas da linguagem, mediadas pelas tecnologias digitais, reconfiguram as formas de significação, interação e consciência social. Torna-se, assim, imprescindível distinguir e analisar os conceitos de virtual e digital - frequentemente utilizados como sinônimos -, uma vez que operam em camadas distintas do real e cumprem funções diferenciadas no processo de mediação entre linguagem, técnica e vida social.

Os novos arranjos da sociedade tecnocapitalista, informatizada e em rede, trazem consigo multiplicidades imanentes no *online* e no *offline*. Se aplicarmos a

lógica do virtual, proposta por Deleuze<sup>11</sup> (1998; 2009), à vida dentro e fora da *internet*, podemos vislumbrar um rompimento da dicotomia real vs virtual, ou, então, *offline* vs *online*, respectivamente. O virtual deleuziano mergulha na filosofia e se distancia de uma abordagem tecnicista, uma vez que antecede as tecnologias atuais, dissociando os parâmetros binários e de reprodução; entretanto, possibilita refletir sobre a virtualidade, sob a perspectiva ontológica deleuziana, ao considerá-la como um campo de possibilidades, que possui uma realidade própria que pode ou não se manifestar no mundo concreto, sendo vital para o processo de devir. O virtual proporciona fluxos dinâmicos e transformação contínua, uma fonte de potencialidades, não se opondo à realidade, e sim também a compondo. Deste modo, ao olharmos para o *online* e o *offline* - aspectos tecnológicos - pela ótica filosófica, podemos compreendê-los como complementares, não opostos, uma vez que, embora sejam de naturezas distintas, coexistem, se influenciam e transformam um ao outro. Contudo, a partir de uma perspectiva lukacsiana, é necessário tensionar essa potência criadora do virtual com as mediações históricas concretas nas quais ela se atualiza. Podemos pensar que toda virtualidade só se realiza por meio da objetivação, então sua atualização ocorre, inelutavelmente, no interior de uma totalidade social determinada - no caso contemporâneo, marcada pela lógica do capital e atravessada pelas novas tecnologias.

É nesse ponto que a ontologia do ser social de Lukács (2013) permite um deslocamento crítico. O virtual, enquanto campo de possibilidades, pode ser aproximado do momento teleológico da práxis humana: uma prévia ideação, uma intencionalidade que orienta a ação e que se realiza na objetivação. Entretanto, no capitalismo, essa objetivação tende a assumir formas alienadas e reificadas, de modo que as virtualidades humanas - longe de se atualizarem livremente, visto que sempre são orientadas por determinações sociais - são canalizadas, organizadas e capturadas segundo as necessidades da valorização do valor. Assim, o que se apresenta como abertura ilimitada de possibilidades pode, paradoxalmente, converter-se em restrição estrutural da experiência. Enquanto o virtual da filosofia deleuziana se encontra no campo da incerteza, das inconstâncias e da

---

<sup>11</sup> Não se pretende desenvolver uma interlocução sistemática com a ontologia deleuziana. A referência é utilizada apenas para contextualizar historicamente uma importante interpretação da cibercultura, sendo a análise conduzida prioritariamente a partir da ontologia do ser social de Lukács.

movimentação, evocando possibilidades e, portanto, criação; por uma leitura lukacsiana, não pode ser compreendido como um plano indeterminado de devires, mas como momento imanente do processo teleológico que funda o ser social. De fato, tal potência - transformadora de tempo, espaço e realidade - recai também sobre as subjetividades que compõem a sociabilidade, no entanto, não pode ser pensada como um processo neutro ou homogêneo, uma vez que sua atualização se dá sempre sob condições históricas determinadas, mediadas pelo trabalho, pela técnica e pelas relações sociais.

Lévy (2011) traz outra perspectiva, mais alinhada ao desenvolvimento das tecnologias digitais atuais, materializando o conceito de virtual em sua particularidade histórica, deixando o conceito deleuziano em estado de latência, sem abandoná-lo completamente. Para o autor, o intenso processo de virtualização perpassa não apenas o âmbito da comunicação e informação, mas atravessa os corpos, a economia, o funcionamento coletivo e estrutural da sociedade. Desempenha uma força capaz de ressignificar todos os meandros da existência ao desenraizar o que já era conhecido e abrir espaço para o novo, influenciando sobre as noções de tempo e espaço, alterando dimensões e velocidades.

Assim que a subjetividade, a significação e a pertinência entram em jogo, não se pode mais considerar uma única extensão ou uma cronologia uniforme, mas uma quantidade de tipos de espacialidade e de duração. *Cada forma de vida inventa seu mundo* [...] O universo cultural, próprio aos humanos, estende ainda mais essa variabilidade dos espaços e temporalidades. Por exemplo, cada novo sistema de comunicação e de transporte modifica o sistema das proximidades práticas, isto é, o espaço pertinente para as comunidades humanas. [...] Cria-se, portanto, uma situação em que vários sistemas de proximidades e vários espaços práticos coexistem (Lévy, 2011, p. 22 – grifo do autor).

As constantes e acentuadas remodelações da espacialidade e temporalidade no cotidiano contemporâneo nos conduzem o olhar ao corpo dentro deste contexto, virtualizado. Ao adquirir novas velocidades e ganhar novos espaços, o corpo sai de si e se expande: torna-se público, coletivo e original, o que o autor chama de hiper corpo, híbrido e mundializado (Lévy, 2011).

Verte-se no exterior e reverte a exterioridade técnica ou a alteridade biológica em subjetividade concreta. Ao se virtualizar, o corpo se multiplica. Criamos

para nós mesmos organismos virtuais que enriquecem nosso universo sensível sem nos impor dor. [...] A virtualização do corpo não é uma desencarnação, mas uma multiplicação. [...] Meu corpo pessoal é a atualização temporária de um enorme hipercorpo híbrido, social e tecnobiológico. (Lévy, 2011, p. 32).

O autor propõe que o virtual não deve ser compreendido como o oposto do real<sup>12</sup>, tampouco como simples ilusão ou ficção. O virtual seria, então, o plano de potência, aquilo que *pode vir a ser*, mas ainda não se encontra concretizado plenamente em forma e matéria. Ele contém direções possíveis, mas não escolhidas; caminhos latentes, mas não manifestos; estruturas de sentido ainda não fixadas na objetividade. O virtual é, portanto, para Lévy (2011), real enquanto potência, ainda que não atual enquanto forma. O atual refere-se, então, a essa concretização histórica e situada de uma possibilidade dentre muitas. É transformar virtualidade em objetivação. Essa distinção é central para compreender que a *internet* não cria um “mundo irreal”, mas um campo no qual virtualidades se atualizam continuamente, produzindo efeitos concretos na economia, na política, na experiência corporal, no cotidiano e na subjetividade.

No entanto, sob uma análise crítica inspirada em Lukács, é preciso questionar: quem controla essas temporalidades, essas velocidades e essas espacialidades? Se a virtualização amplia as possibilidades de ação e percepção, ela também se insere em uma racionalidade técnica que tende à abstração e à funcionalização da vida. O corpo virtualizado, que Lévy (2011) denomina hipercorpo - híbrido, social e mundializado -, pode ser compreendido simultaneamente como ampliação sensível, - uma vez que está no campo das possibilidades, como o próprio sugere -, e como expressão de um processo de estranhamento, no qual o corpo se exterioriza, se fragmenta e se reinscreve em circuitos técnicos e informacionais que escapam ao controle consciente do sujeito. Deste modo, embora Lévy afirme que a virtualização do corpo não implica desencarnação, mas multiplicação; essa, por sua vez, ocorre em um contexto histórico no qual a técnica se autonomiza frente à práxis humana. Em termos lukacsianos, o risco não está na virtualização em si, mas na sua atualização

---

<sup>12</sup> Hoje, com plataformas, algoritmos e infraestruturas de dados totalmente imbricados na materialidade do mundo social, econômico e político, a oposição entre “virtual” e “real” perde seu poder explicativo. Vale ressaltar que essa formulação de Lévy está vinculada a um momento em que a *internet* ainda era frequentemente pensada como um “espaço” próprio de interação, relativamente separado da vida social cotidiana. Nossas reflexões, a partir de suas ponderações, servem como ponte para a compreensão das transformações acerca das conceituações que envolvem este instrumento.

reificada: quando o corpo, os afetos e a subjetividade passam a ser mediados por dispositivos que operam segundo uma lógica alheia às necessidades humanas concretas. O virtual, então, deixa de ser apenas potência criadora e passa a integrar o processo de reprodução social do capital. E o corpo tecnobiológico, por esta ótica, compreendido como corpo consciente - aquele que transforma a natureza por meio de ferramentas que não existiam antes e são criadas articulando elementos e práticas já existentes - se encontra, na sociabilidade tecnocapitalista, cada vez mais subsumido a formas intensificadas de estranhamento, contínuas e imperiosas. Diante disso, a capacidade consciente diminui, a possibilidade teleológica – essencial no processo de humanização - passa a objetivar produtos sem valor de uso, que se voltam contra os sujeitos, contribuindo para operar sua manipulação e a “captura” da subjetividade (Alves, 2011).

A digitalização, por sua vez, é o processo técnico, iniciado no século XX, que converte fenômenos do mundo - sons, imagens, documentos, movimentos, linguagem, corpos, emoções - em dados quantificáveis, manipuláveis e transmissíveis (Santaella, 2023; 2024). Diferente do virtual, o digital é uma gramática numérica do real, um regime de representação que permite sua circulação e reconfiguração. O digital não é potência, mas forma codificada; não é latência, mas inscrição - condição de possibilidade para que virtual e atual se interpenetrem nas redes. Entretanto, esta fase está gradativamente sendo absorvida pela dataficação, como pontua Lemos (2021), uma vez que esta

possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios [...] Com a dataficação, não se trata apenas da conversão de um objeto analógico em digital, mas da modificação de ações, comportamentos e conhecimentos baseados na performance dos dados elaborada por sistemas de inteligência algorítmica. Esta deve ser pensada como um conjunto de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados para realizar predições. Não se trata apenas de procedimentos com dados demográficos ou perfis socioeconômicos, por exemplo, mas de análise dinâmica a partir de metadados comportamentais (Lemos, 2021, p.194).

Assim, podemos dizer que a digitalização é o que dá corpo operacional - no contexto tecnocapitalista - às virtualidades, permitindo que se atualizem em escalas antes improváveis - na memória, na atenção, no consumo, na política, no afeto –

enquanto a dataficação opera como tradução do mundo em dados e informação quantificável, que não se limita a registrar aquilo que é, mas tem seu poder mais profundo na capacidade de modelar o que pode ser, antecipar condutas, prever caminhos e induzir atualizações preferenciais dentro do campo de virtualidades. É esse movimento que permite compreender por que o tecnocapitalismo se estrutura sobre o campo do virtual: ele opera explorando potenciais de ação, antecipando o que ainda não aconteceu, convertendo futuro em valor econômico através de predição comportamental.

O virtual, que em Lévy (2011) e Deleuze (1998; 2009), constituía um espaço amplo de potência inventiva, torna-se terreno estratégico de disputa. O que poderia ser múltiplo e aberto, sob o tecnocapitalismo, tende a ser orientado por plataformas que buscam reduzir a incerteza e administrar o risco - econômico, político, afetivo. A atualização das virtualidades - que já estava longe de ser livre - passa a ser guiada por mecanismos de otimização, ranqueamento, recomendação e filtragem, que definem qual possibilidade se atualiza e qual permanece invisível. É nesse ponto que o virtual se converte em digital e revela seu caráter político. Ao vislumbrarmos que também não há neutralidade no campo das potências, uma vez que este pode ser tanto um campo de dominação, quando sua atualização é administrada por sistemas centralizados de cálculo – controlado por monopolistas -, quanto um campo de emancipação, quando reapropriado como espaço de criação e decisão humana. A dataficação, ao permitir que previsões se tornem intervenções e que tendências se tornem diretrizes, pode tanto estreitar o imaginário social quanto expandi-lo. A disputa não se dá apenas sobre o que é verdadeiro - como já discutido no tópico anterior - mas sobre o que é possível, sobre *quais mundos podem existir*.

Com a consolidação das plataformas digitais, da economia de dados e da governança algorítmica, é fundamental esse deslocamento analítico para as formas concretas pelas quais infraestruturas computacionais passam a mediar a produção de mercadorias e sua circulação, bem como a apropriação da vida cotidiana, tanto em seu aspecto objetivo, quanto subjetivo. Nesta perspectiva, a discussão sobre o virtual permanece como pano de fundo e se atualiza ao nos distanciarmos de interpretações idealistas e passarmos a compreender a *internet* como parte constitutiva das mediações materiais do capitalismo contemporâneo. Suas potencialidades outrora atribuídas ao virtual são, na verdade, produtos do trabalho humano que, progressivamente foram reorganizadas pela lógica do capital. A expansão da

plataformização e das mídias e redes sociais converte as interações e relações sociais em fluxos de dados, ao serem pautados na financeirização, servem como imperativos de acumulação, tornando o mercado de dados um dos principais mercados hodiernos (Silveira; Souza; Cassino, 2021; Grohmann; Salvagni, 2023). Nessa realidade dataficação, os algoritmos se institucionalizam (Mendonça; Filgueiras; Almeida, 2025), desempenhando poder sobre os indivíduos e atuando diretamente na formação de uma nova forma de conexão com seu mundo.

Deste modo, as transformações analisadas ao longo deste capítulo - desde a história da ferramenta, à noção de virtual, até a dataficação - evidenciam que a *internet*, as plataformas digitais e a inteligência artificial, se analisadas por um viés ontológico, pautado no materialismo histórico-dialético, representam novas mediações históricas por meio das quais o capital reorganiza os processos de trabalho, de comunicação e de reprodução social. A digitalização da vida cotidiana, a centralidade da linguagem enquanto força produtiva e a dataficação permanente das práticas sociais alteram não apenas as formas de produção da riqueza, como também atualizam as condições objetivas nas quais os indivíduos se relacionam com o mundo e entre si. Sob uma interpretação lukacsiana, essas transformações incidem diretamente sobre a totalidade do ser social, reorganizando o movimento dos complexos em imbricação, atingindo as teleologias secundárias, reorganizando os processos de influência recíproca entre os sujeitos e ampliando a capacidade de direcionamento, modulação e captura da consciência pelas infraestruturas algorítmicas. Em consequência, modificam-se as próprias condições de subjetivação e de formação da personalidade, uma vez que as objetivações produzidas historicamente pelo ser social passam a mediar de novas maneiras a constituição das necessidades, das capacidades humanas e da vida cotidiana, como causalidades postas<sup>13</sup>. É precisamente essa relação entre as transformações objetivas do tecnocapitalismo e seus desdobramentos sobre a subjetividade, a individualidade e a

---

<sup>13</sup> Para Lukács, apesar da articulação dialética entre teleologia e causalidade, o princípio fundamental de movimento da realidade continua sendo a causalidade. Neste sentido, toda objetificação humana põe em movimento nexos causais que podem ser totalmente inesperados para o sujeito da objetificação; ela se tornou, dessa forma, uma causalidade posta, pois foi escolhida como uma das alternativas, no momento em que o sujeito foi compelido a agir e escolher, uma alternativa, diante das determinações impostas pela realidade. Esta última, cada vez mais, torna-se social, ou seja, os sujeitos, durante o processo histórico, cada vez mais realizam suas práticas ante determinações decorrentes de causalidades postas.

personalidade que será aprofundada em nossa análise, no próximo capítulo, mantendo como eixo interpretativo a ontologia do ser social.

### 3 TECENDO SUBJETIVIDADES

Muitas vezes desprezada por parte dos marxistas, a questão da individualidade e da subjetividade acaba por receber uma posição subalterna nos estudos e interpretações das obras de Marx. Em oposição a isso, Lukács (2013) resgata em seus textos a dimensão ontológica da obra marxiana, estruturando a base para uma complexa análise da interação dialética entre o homem e a sociedade, onde a passagem da simples singularidade natural para a individualidade é um processo complexo do desenvolvimento ontológico do ser social. Nossas reflexões, propõem demonstrar como a problemática da personalidade, exposta pelo autor, tem relevância científica tanto para o marxismo como para o entendimento da constituição da sociabilidade hodierna, objeto de muitas disciplinas científicas, dentre elas a Psicologia Social. Daqui em diante, direcionaremos nossos esforços a fim de construir um entendimento sobre os processos de subjetivação que decorrem de uma teoria ontológica do desenvolvimento do ser social, considerando, em primazia, o contexto em que essas subjetividades são forjadas, visando analisar, por fim, tais processos na era digital.

A leitura lukacsiana nos permite um distanciamento de noções psicologizantes da realidade. Ao conduzir o olhar aos processos de individuação, de individualidade e de subjetividade, o pensamento de Marx e Lukács, nos impõe a necessidade de sempre considerar o contexto histórico-social no qual o sujeito está inserido e do qual é também ente motor e movido. O que pode parecer um determinismo mecânico da sociedade sobre a individualidade, diz respeito, na verdade, a uma compreensão de que um indivíduo apenas se constitui em uma relação com o seu mundo e nas relações sociais que este estabelece dentro de um determinado tempo. Devemos nos ater, então, a esta perspectiva para não cairmos em análises que tendem a exacerbar a questão da subjetividade em detrimento da relação com a objetividade.

[...] é tão falso pensar que há uma substância não espacial e não temporal da individualidade humana, que pode ser modificada apenas superficialmente pelas circunstâncias da vida, quanto é errôneo conceber o indivíduo como um simples produto do seu meio (Lukács, 2013, p. 284).

O resgate da dimensão ontológica marxiana realizado por Lukács (2013) contribui para a compreensão da relação entre o complexo da subjetividade numa unidade dialética com o complexo da objetividade, de modo que o ser social se afirma como um complexo objetivo e específico do ser em geral, com a história sendo resultante das posições teleológicas dos homens e a totalidade configurada como um complexo de complexos dinamicamente singulares e imbricados (Costa, 2015). Tal compreensão distancia-se de um entendimento de que a função da socialidade na constituição da subjetividade estaria em exercer uma constante pressão sobre esta, deixando a autenticidade à mercê de um mundo quebrado, no qual o sujeito precisaria se livrar das determinações postas a ele. No caso da ontologia de Lukács (2013), este sujeito é, de imediato, o ser social, sendo assim, só há individuação e individualidade em sociedade. Desta forma, não há como pensar o indivíduo para alguém do mundo; não há subjetividade que se faça sem considerar sua espacialidade, sua temporalidade, sua objetividade.

### **3.1 Nos caminhos traçados por Marx para um entendimento da subjetividade**

Apesar de Lukács ser o principal autor a dar luz à subjetividade dentro do espectro marxista – em breve nos aprofundaremos em suas análises –, devemos esclarecer a presença de tal questão também nas obras de Marx. Para algumas correntes do marxismo, uma “teoria da subjetividade” seria inconcebível em Marx, levantando debates de como a temática pode ser entendida erroneamente como uma questão de menor importância, o que indicaria um problema epistemológico. De acordo com Chagas (2013), tal perspectiva deriva de uma leitura equivocada de que, nos textos do filósofo alemão, o caráter economicista e determinista prevaleceria em detrimento da compreensão dos mecanismos internos e da consciência em si, considerando-os como apenas reflexos das determinações materiais, sem exercer peso significativo para as discussões propostas ao longo de sua obra. O próprio Lukács (2003; 2013), em seus textos e entrevistas (Kofler; Abendroth; Holz, 2014), tece críticas contundentes a negligência em relação ao problema da individualidade por parte da tradição marxista, expondo como parte dos sucessores de Marx trazem

leituras que expressam certa reificação e fetichização das leis econômicas ao ponto de o indivíduo singular tornar-se completamente passivo, transformando a legalidade objetiva da economia em uma ciência natural especial (Costa, 2015). Não se pretende aqui, entretanto, empenhar esforços em comprovar uma teoria da subjetividade em Marx, e sim demonstrar os aparatos teóricos presentes nos estudos de Lukács, nos quais nos baseamos para estruturar a presente pesquisa.

De fato, não há uma obra específica de Marx que se proponha tratar diretamente da subjetividade, entretanto, desde suas primeiras reflexões até o amadurecimento de suas análises, percebe-se como essa questão não é ignorada pelo autor. Como aponta Chagas (2013), Marx desenvolve, em sua teoria, elementos constitutivos para a compreensão da subjetividade humana, tais como a negativa da subjetividade como autônoma, abstrata, ou como inata e a-histórica; e o entendimento de uma subjetividade constituída socialmente e historicamente, com forte impacto na “construção, na transformação, na apreensão e na interpretação cognitiva do real, da realidade” (Chagas, 2013, p.66).

Em “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”, Marx (2010, p.145) demonstra sua perspectiva de uma subjetividade para além da ótica idealista de um abstracionismo e autonomia ao afirmar que “o homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade”, ressaltando a base material e social do processo de individuação e sua mútua relação enquanto gênero. Em outro momento, em suas “Teses sobre Feuerbach”, o filósofo alemão pondera: “[...] a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais. [...] A vida social é essencialmente *prática*” (Marx, 2005, p.6-7). Ao refutar Feuerbach por sua filosofia que fragmenta o homem em subjetividade e objetividade, Marx evidencia uma concepção de subjetividade humana que considera o homem em sua totalidade, estando intrinsecamente vinculado a sua realidade material, política e histórica, implicado em seus aspectos genéricos e universais, tem suas relações sociais como essenciais para o processo de constituição do ser. Assim, nota-se como o homem, para o autor, não se desvincula, em nenhuma instância, de sua forma social de vida, de modo que, tudo o que envolve passa pelas relações dos sujeitos entre si, em um processo ininterrupto, mútuo e simultâneo entre aspectos objetivos e subjetivos.

Muito se fala, por exemplo, da célebre frase presente em “A ideologia alemã” “não é a consciência que define a vida, mas a vida que define a consciência” (Marx;

Engels, 2007, p.94) a fim de comprovar uma lacuna no pensamento de Marx sobre o entendimento de uma interioridade humana, pautando suas obras de forma deficitária acerca da subjetividade, a qual ignoraria a participação do sujeito no processo de subjetivação, limitando-se a uma perspectiva estritamente voltada à objetividade. Não devemos, de tal modo, nos limitar a uma interpretação que se feche em uma compreensão de uma passividade da consciência como mero e exclusivo resultado das condições materiais. A materialidade compõe a subjetividade, da mesma forma como o sujeito compõe a realidade material. Há uma relação dialética entre objeto e sujeito, uma relação recíproca entre objetividade e subjetividade, configurando, assim, momentos constitutivos da totalidade. A consciência, nesta perspectiva, provém do trabalho e exerce impacto na realidade por meio deste.

Em “Os manuscritos econômicos-filosófico de 1884”, Marx (2004) expõe tal relação entre a subjetividade e a objetividade, ressaltando a primazia do trabalho enquanto elemento central para a constituição humana. Em algumas passagens podemos encontrar uma reflexão sobre como até mesmo a percepção humana é socialmente produzida por meio da ação do homem sobre a natureza.

[...] Ao *olho* um objeto se torna diferente do que ao *ouvido*, e o objeto do olho é um outro que o do *ouvido*. A peculiaridade de cada força essencial é precisamente a sua *essência peculiar*, portanto também o modo peculiar da sua objetivação, do seu ser vivo *objetivo-efetivo* (*gegenstandliches wirkliches lebendiges Sein*). Não só no pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo (Marx, 2004, p. 110, grifos do autor).

Marx demonstra nesse trecho como o ser humano se afirma no mundo objetivo por meio de diversas formas de objetivação, que envolvem o seu corpo, pensamento e sentidos. Evidencia como a relação do sujeito com a realidade material não ocorre apenas por meio de uma consciência abstrata, expressando-se através da totalidade de suas capacidades sensíveis, de seu corpo, em que cada sentido estabelece uma forma particular de apreensão do mundo.

Por outro lado, subjetivamente apreendido: assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai

precisamente tão longe quanto vai o *meu* sentido, por causa disso é que os *sentidos* do homem social são sentidos *outros* que não os do não social; [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza *humanizada* (Marx, 2004, p.110, grifos do autor).

Nota-se como Marx expressa aqui a interrelação indissolúvel entre objetividade e subjetividade. Uma depende da outra. A subjetividade precisa de uma base material para que possa se realizar. O homem se humaniza quando objetiva seu mundo, e suas objetivações só ganham sentido ao serem experienciadas por ele. O autor rompe com a concepção de que os sentidos são apenas faculdades biológicas naturais e de que a consciência seria o único fundamento da experiência humana. A capacidade humana de perceber, sentir, desejar, amar, odiar e apreciar é social, produzida e transformada historicamente. Não existe música sem um ouvido para ouvir; mas não qualquer ouvido, é preciso de uma consciência que dê sentido ao som emitido. Tal interpretação é reafirmada em “Grundrisses”: “O objeto de arte – tal como qualquer outro produto – cria um público sensível à arte e capaz de desfrutar a beleza” (Marx, 2011, p.66). O mundo é apreendido e interpretado a partir da mediação da subjetividade. Com cada determinação social e histórica de cada sociabilidade e o espírito de seu tempo, tal mediação ganha ainda mais camadas de complexificação, a julgar pelas transformações nas formas de produção e consumo de cada criação humana.

A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a *disposição* do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade (Marx, 2011, p.66).

A realidade é construída e transformada pela mediação da subjetividade, e esta última por sua vez, também é transformada sob certas determinações sociais e em sua particularidade histórica. Ou seja, a subjetividade é construída pela mediação da realidade da qual ela surge e também ajuda a construir. Percebe-se que a subjetividade descrita por Marx não se fecha em seu interior, mas extravasa. Não está circunscrita no interior da consciência, se realiza com o contato com a materialidade através do trabalho, em seu sentido ontológico, enquanto práxis humana e humanizadora. Como vimos no primeiro capítulo, na perspectiva ontológica, o trabalho é a protoforma do ser social. É com o trabalho – enquanto ação consciente do homem sobre a natureza – que o homem se distingue dos outros seres orgânicos, se humaniza e se torna sujeito de sua existência. Em uma dupla relação, mútua e simultânea, o sujeito se constitui ao passo em que constitui o mundo.

*A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O sentido constrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido tacanho. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural (Marx, 2004, p.110-111, grifos do autor).*

O humano se distingue dos animais quando começa a produzir seus meios de vida e, para além disso, quando desenvolve também a sensibilidade, essa, por sua vez, incrementada pela subjetividade. A forma de perceber e sentir o mundo se constitui para além de suas bases biológicas, assim como suas necessidades que, embora possuam uma base natural, são historicamente mediadas pelas formas sociais de produção, portanto, os sentidos descritos são mutuamente fisiológicos, naturais e sociais. Quando Marx (2011) diz que a fome é a fome, mas que esta se difere pela forma como a se satisfaz, nota-se como a produção da vida material engendra não apenas objetos de consumo, como também a forma como o sujeito irá

experenciar a realidade; a partir do contato com uma sociabilidade posta e suas determinações sociais, as necessidades e a sensibilidade ganham nuances que são continuamente transformadas pelas condições históricas e pelas relações sociais em que aquela subjetividade se constituiu; desta forma, sua percepção, seus desejos, hábitos e capacidades são socialmente produzidos e determinados. Em outro momento, Marx e Engels (2007) reafirmam tal compreensão ao criticar Feuerbach por entender a sensibilidade de forma passiva e contemplativa, propondo, então, a sensibilidade como atividade prática, compondo a subjetividade para além da percepção, tendo a práxis como fundamental para seu desenvolvimento. Deste modo, para o autor, a constituição da subjetividade e tudo o que a envolve encontra-se, portanto, vinculada ao desenvolvimento histórico das formas de produção e reprodução da vida social.

[...] Cada uma das relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana*; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana* (por isso ela é precisamente tão múltiplice (*veilfach*) quanto múltiplas são *determinações essenciais e atividades humanas*), *eficiência* humana e o *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente aprendido, é uma autofruição do ser humano (Marx, 2004, p.108, grifos do autor).

A relação do sujeito com o mundo realiza-se por meio da totalidade de suas capacidades sensíveis, cognitivas, afetivas e práticas, as quais se desenvolvem no interior da vida social e em sua particularidade histórica. A apropriação da realidade, portanto, envolve o conjunto de determinações essenciais do ser humano. A forma como cada sujeito se apropria e experiencia o mundo depende de quais determinações estarão dispostas ao decorrer do desenvolvimento histórico das formas de sociabilidade. De tal forma, a riqueza da subjetividade humana depende da riqueza objetiva produzida pela própria humanidade e, além disso, depende da forma como nos é permitido produzir e consumir – sob liberdade ou sob alienação e estranhamento –, pois “quando o trabalho estranhado reduz a auto-atividade, a

atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (Marx, 2004, p.85).

Compreender a subjetividade de forma dialética, como processual e inseparável da produção e reprodução da vida social é uma das bases mais importantes para o entendimento da concepção lukacsiana de personalidade. Ademais, compreender a alienação com função e atuação para além da economia, atingindo diretamente a formação humana - a qual não somente restringe o desenvolvimento das capacidades que constituem o ser social e o gênero humano, mas expressa forte contradição em seu cerne, ao ser parte significativa do processo histórico de formação (Marx, 2011). Marx demonstra que os atributos da subjetividade se transformam, se desenvolvem no decorrer da trajetória humana da construção de si mesmo; o homem enquanto um ser que se autoconstrói. Essa leitura é aprofundada por Lukács (2013) ao analisar, a partir de seu entendimento sobre o ser social, como as determinações sociais da sociabilidade capitalista afetam a constituição da personalidade e individualidade.

O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal* [...] O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo particular, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-individual (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida (Marx, 2004, p.107-108).

### **3.2 Nos enlaces da singularidade: individuação, subjetividade e personalidade em Lukács**

Como visto anteriormente – no tópico sobre Marx e no primeiro capítulo da presente pesquisa sobre o trabalho –, o trabalho constitui a categoria central da gênese humana, pois é dele que se deriva todo o processo de desenvolvimento do ser social. Partimos do entendimento de que, em linhas gerais, a subjetividade é constituída a partir das relações sociais e a personalidade resultaria, então, da elevação das capacidades humanas como consequência direta e/ou indireta do desenvolvimento do processo de trabalho, sendo o trabalho a base ontológica fundamental, a protoforma do ser social. O pensamento lukacsiano resgata vários elementos que, de certa forma, ficaram obscuros nas obras de Marx e não foram tratados pela tradição marxiana. Propomos, aqui, mostrar a complexidade<sup>14</sup> do pensamento de Lukács, a fim de fornecer aparatos que nos ajudem a compreender a realidade da sociabilidade capitalista na era digital.

Como discutido nos capítulos anteriores, o aprimoramento do processo de trabalho ocorre mutuamente ao do refinamento da consciência do ser social, sendo indispensável tal interrelação para a evolução de ambos. É a partir disso que o dever-ser para Lukács (2013, p.104) “[...] apela a determinados aspectos da interioridade do sujeito”, fazendo necessário direcionarmos nosso olhar para como as mudanças de tal interioridade, uma vez que “proporcionam um veículo para o melhor domínio do metabolismo com a natureza” (Lukács, 2013, p.104). A subjetividade, portanto, está intrinsecamente envolvida na constituição de um sociometabolismo que a constitui. Desta forma, ressaltamos que não podem existir atos sociometabólicos “[...] – do trabalho originário até a produção social pura – privados de uma intenção, a eles ontologicamente imanente, voltada à humanização do homem no sentido mais lato, que diz respeito tanto a sua gênese quanto a seu desenvolvimento” (Lukács, 2013, p. 86).

Quando Lukács (2013) pensa o trabalho em sua ontologia, evidencia-se que é por meio deste que se estabelece uma relação entre o homem e as leis da natureza

---

<sup>14</sup> Não pretendemos esgotar, definir ou sintetizar os complexos conceitos lukacsianos de individualidade, subjetividade e personalidade, de modo a evitar reducionismos analíticos. Tais delimitações conceituais, contudo, permanecem como horizonte para pesquisas futuras.

- a causalidade natural que existe independentemente da consciência e da vontade dos sujeitos. Estes, por sua vez, se submetem a tais leis, explorando-as ao passo de se tornarem capazes de engendrar novos objetos, descobrindo novos arranjos possíveis que a natureza, por si só, jamais chegaria; colocando novas causalidades em movimento – causalidade posta - e, a partir disso, construindo o próprio mundo. Assim, o trabalho é forjado por um arranjo entre a objetivação e a exteriorização, do objeto e do sujeito, respectivamente, compondo como processo unitário a base da práxis e da subjetividade humana (Lukács, 1978). E, desta forma, o caráter ativo do ser social frente as determinações, sejam estas naturais e/ou sociais, permite que o sujeito desenvolva também sua racionalidade.

Quando o homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais apropriada aos seus fins e deixa outras de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa. E no exato sentido de que a pedra, enquanto objeto em si existente da natureza inorgânica, não estava, de modo nenhum, formada de antemão a tornar-se instrumento desse pôr. [...] A pedra escolhida como instrumento é um ato de consciência que não possui mais caráter biológico. Mediante a observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida (Lukács, 2013, p. 70-71).

Ao trazer o exemplo da escolha de uma pedra, o filósofo húngaro reflete a escolha entre alternativas, demonstrando o impacto que um simples ato de observação desempenha na transformação da realidade material - uma vez que o ser social, a partir desse momento, passa a guardar o objeto e/ou transforma-o em outro, inserindo uma nova ferramenta na história -, e, principalmente, sobre a formação da consciência humana. É aqui que começa a gênese do pensamento conceitual humano. Ao escolher a pedra para um determinado fim, o sujeito passa a conseguir identificar nesse objeto da natureza propriedades que o permitem chegar ao sucesso da atividade que se pretende realizar. Ao perceber tal elemento da natureza, este passa a adquirir uma representação em sua consciência – o espelhamento -, uma abstração da realidade que se desenvolve também como um pensamento conceitual. Assim, nesta relação subjetiva de reprodução da sua existência física, o ser social dá os primeiros passos de desenvolvimento de propriedades autenticamente humanas (Lukács, 2013).

Quando o ser social passa a espelhar a realidade em sua consciência, desenvolvendo o pensamento conceitual ao identificar e nomear os atributos dos objetos, está desenvolvendo, concomitantemente, a linguagem. Ao perceber que uma propriedade de um determinado objeto da natureza pode ser encontrada em outro objeto distinto, surge a noção de conceito (Lukács, 2013). É nessa relação com o seu mundo, ao conhecer e se apropriar dele, que o homem não apenas transforma sua realidade, como cria bases para constituir a si mesmo.

Nesse sentido, o espelhamento tem uma natureza peculiar contraditória: por um lado, ele é o exato oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é espelhamento, não é ser; por outro lado, e ao mesmo tempo, é o veículo através do qual surgem novas objetividades no ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto. Desse modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidade (Lukács, 2013, p.67).

Vale ressaltar o desenvolvimento da linguagem e do pensamento conceitual enquanto geneticamente derivados do trabalho, uma vez que é no processo de trabalho que surgem as exigências que impulsionam o desenvolvimento dessas capacidades, demandando formas cada vez mais complexas de comunicação, abstração e planejamento. Desta maneira, a linguagem e o pensamento conceitual emergem como respostas às necessidades postas pela práxis social, reestruturando progressivamente as capacidades psicofísicas humanas. Mesmo que o trabalho permaneça como categoria ontologicamente fundante do ser social, a linguagem e o pensamento assumem relativa autonomia funcional. É indiscutível que, tendo nascido para dar vazão as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se demonstra “como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica” (Lukács, 2013, p.85). Assim, Lukács evidencia que a formação da consciência, da capacidade simbólica e a constituição da subjetividade encontram seu fundamento último no trabalho, em um processo dialético de determinações recíprocas no interior da totalidade do ser social que ampliam sua complexidade e o amarram ao seu gênero. Portanto, essa é uma imbricação essencial para o desenvolvimento humano enquanto gênero e enquanto ser singular.

Se retornarmos ao pensamento de Marx (2004), sobre a formação dos sentidos humanos como uma constituição histórica, podemos pensar em como os atributos psicológicos também se formam a partir da relação entre o sujeito e a objetividade. Quando o sujeito tem em sua consciência um conceito formado, como, por exemplo, caracterizar uma pedra por sua dureza, passa a dispor de um entendimento – nesse caso, adquirido através do tato - que elimina a necessidade de experimentar várias pedras para que se saiba que todas são e permanecem duras. Com o pensamento conceitual constituído, os sentidos também se aprimoram, de modo que, apenas ao olhar uma pedra, o sujeito logo identifica sua propriedade - a dureza -, elevando, neste caso, o *status* da visão. Como o próprio autor propõe, o olho humano deixa, assim, de ser apenas um olho meramente animal e seu funcionamento passa a ser mediado por um atributo propriamente social.

Deste modo, frente às necessidades postas e suas determinações, o sujeito coloca-se em caráter ativo, capaz de manipular e transformar a natureza, e, por meio do trabalho, desenvolve mecanismos que lhe permitem ser ele, também sujeito de seu psiquismo, apesar da causalidade continuar como o princípio fundamental do movimento da totalidade (Lukács, 2013). Faz-se valer, a partir de então, a força de seu objetivo, de sua teleologia, como necessidade de reprodução de sua própria existência, moldando os primeiros traços de seus aparatos psicológicos, diante de determinações que não conhece em sua totalidade e que jamais conhecerá. O ser humano deixa de ser um animal que age e reage impulsivamente e torna-se um ser que planeja, capaz de autocontrolar, mesmo que parcialmente, suas emoções, dando forma aos atributos para a constituição da própria individualidade.

[...] aos efeitos que o trabalho produz no próprio homem que trabalha: a necessidade de seu domínio sobre si mesmo, a luta constante contra os próprios instintos, afetos etc. Já dissemos, mas é preciso repetir, aqui com particular ênfase, que o homem se tornou homem exatamente nessa luta, por meio dessa luta contra a própria constituição naturalmente dada, e que o seu desenvolvimento ulterior, o seu aperfeiçoamento, só pode seguir se realizando por esse caminho e com esses meios. [...] De fato, no trabalho trata-se ainda apenas de uma simples questão de finalidade; ele pode ter sucesso, pode produzir valores de uso, algo de útil, somente na medida em que se completa, durante o processo de trabalho, esse permanente autocontrole do sujeito; e isso vale também para qualquer outro pôr prático de um fim (Lukács. 2013, p.155).

Deve-se ressaltar que as condições históricas e a trajetória humana constituem individualidades completamente distintas. Suas capacidades são criadas e desenvolvidas ao passo que a humanidade também se desenvolve. O homem que outrora precisou se alimentar de restos da carcaça de animais mortos se difere infinitamente do homem que dominou o fogo e desenvolveu a culinária. São suas capacidades desenvolvidas ao longo da história que transformam sua existência enquanto ser. As formas de individuação decorrem das potências humanas que se desdobram, avançam e se transformam ao longo do tempo; de modo que o desenvolvimento de uma depende do desenvolvimento da outra. Como vimos no capítulo anterior, a criação de uma ferramenta pode mudar toda a história e o modo como o sujeito existe no mundo. Por trás de cada objeto tem-se um processo civilizatório e social que origina um campo de possibilidades completamente distinto dos anteriores, o que implica em novas formas de constituir as individualidades (Lukács, 2013).

o trabalho é capaz de despertar novas capacidades e necessidades no homem, as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de modo imediato e consciente, elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçados - dentro das possibilidades objetivas de cada formação bem determinada - quaisquer limites apriorísticos para esse crescimento na "natureza humana" (Lukács, 2013, p.302-303).

Como supracitado, a pessoa humana, do ponto de vista da ontologia do ser social, empenha um caráter ativo face às determinações, sejam elas naturais ou sociais. O entendimento da lógica de formação do ser social enquanto gênero humano nos permite compreender a constituição singular de cada indivíduo. No decorrer de seu capítulo sobre a reprodução, Lukács (2013) expressa que o desenvolvimento do complexo da subjetividade, na relação com a objetividade da natureza, desloca-se e amplia-se ao aglutinar-se à esfera social. Com o desenvolvimento de sua relação com a objetividade, o ser social não apenas exerce as teleologias de primeira ordem, como passa a desempenhar teleologias de segunda ordem, exercendo influência sobre outras consciências. O campo social se constitui com novas causalidades que impactam na formação de cada homem singular. As leis, as tradições, as instituições sociais, o Estado, a religião etc., se manifestam frente a esse indivíduo em forma de determinações. Ao nascer em meio a um processo social,

o sujeito em si não molda esses elementos, uma vez que estes se instauram e existem independentemente de sua consciência. Entretanto, assim como a humanidade em seu conjunto não é passiva frente às determinações, as individualidades também não são. É possível que o indivíduo tenha um caráter ativo frente a essas formações sociais.

Assim como o ser social se constrói de encadeamentos dessas decisões alternativas que se cruzam de muitas maneiras, assim também a vida humana singular se constrói de sua sequência e de sua separação. Desde o primeiro trabalho enquanto gênese do devir homem do homem até as resoluções psíquico-espirituais mais sutis, o homem confere forma ao seu meio ambiente, contribui para construí-lo e aprimorá-lo e, concomitantemente com essas suas ações bem próprias, partindo da condição de singularidade meramente natural, confere a si mesmo a forma de individualidade dentro de uma sociedade (Lukács, 2013, p.284).

A primazia do pensamento de Lukács (2013) sobre a individualidade parte sempre da concepção do ser social. Ao compreender que o sujeito se constitui a partir de seu contexto social, em uma determinada sociedade, vemos que, desde seu nascimento, este estará envolto em especificidades – nasce em determinada classe social, aprende o idioma específico de sua localidade, está sob determinada ideologia<sup>15</sup>, seguindo determinadas tradições, hábitos, religião etc. Contudo, todo este conjunto de determinações sociais não implica em um determinismo. Essa individualidade pode, perante as relações sociais que lhe envolvem, tomar caminhos que questionem sua realidade e possa se opor às condições que lhe parecem, *a priori*, inexoráveis. Assim, deve-se ressaltar que o processo de subjetivação sempre ocorrerá em sociedade, sob as condições desse campo de possibilidades. Lukács (2013, p.286) afirma: “o homem é o resultado de sua própria práxis”, demonstrando que, ao ser imposta a condição de sempre precisar dar respostas sob quaisquer circunstâncias, o sujeito garante a manutenção de seu caráter ativo frente às determinações sociais. Estas, por mais que possam se modificar, sempre irão existir; o sujeito precisa, então, compreender o seu próprio mundo para que sua posição ativa tenha efetividade. Desta forma, podemos pensar também a questão da liberdade que,

---

<sup>15</sup> Consideramos aqui a concepção ampliada de ideologia. Distanciamos-nos de um entendimento puramente pautando em uma falsa consciência – debatido em A ideologia alemã (Marx; Engels, 2007) -, e nos aproximamos de uma compressão da ideologia enquanto um complexo de ideias e valores que orienta a ação de sujeitos e grupos na resolução dos conflitos da vida social (Lukács, 2013).

na visão ontológica do autor, não é a ausência de determinações, e sim, por meio delas – sejam naturais ou sociais -, poder escolher, entre alternativas, o que pode ser feito para resolver determinado problema. Ao compreender e se apropriar do mundo, suas respostas, então, podem servir para manter ou romper com o *status quo*.

Quando nos propomos a pensar o processo de individuação humana pela ótica materialista histórico-dialética, é preciso sempre ter em vista o processo da ontologia do ser social. Essa caracterização geral, que descreve a atividade humana em seu conjunto, enquanto gênero, conseqüentemente, descreve a atividade das próprias individualidades, em seu ser singular. Por isso, o que vale, do ponto de vista do ser social em seu conjunto - da trajetória humana da constituição de si mesma -, também é válido e deve ser considerado para cada singularidade, para cada indivíduo e seu próprio mundo. Mesmo que, em um dado contexto histórico, essas possibilidades sejam extremamente restritivas e tacanhas, há sempre alternativas colocadas frente ao sujeito para com que este possa se posicionar.

Podemos começar a conceber o conceito de personalidade para Lukács (1978; 2013) a partir desse conjunto de perguntas e de respostas que o indivíduo constitui ao longo de sua existência. Como supracitado, os condicionantes sociais, seu tempo, seu mundo, apresentam-se ao sujeito como um campo de possibilidades e, sobre esse campo, os indivíduos tentam compreender as determinações e respondem a elas. É esse processo contínuo de perguntas e respostas, ação e reação, sua relação constante e imbricada com a natureza, que origina a personalidade humana. O autor compreende o desenvolvimento humano como um processo no qual os polos da sociabilidade e da individuação, embora imbricados, apresentam certa oposição ao integrarem momentos efetivamente distintos. Com isso, há uma certa inviabilidade ontológica para uma concepção de uma personalidade que desconsidere a mútua relação entre o complexo da subjetividade e o da objetividade, tendo em vista que o desenvolvimento do processo de trabalho - resultante da objetivação - é fundamental para a expansão das capacidades humanas. Assim, como uma consequência indireta, há o surgimento e a explicitação da personalidade que, por sua vez, tem sua contradição imanente evidenciada ao possuir

como base, inevitável, a elevação das capacidades, mas não é sua simples e linear consecução. [...] Hoje, o desenvolvimento das capacidades, que vão se diferenciando cada vez mais nitidamente, aparece inclusive como um

obstáculo para o devir da personalidade, como um veículo para a alienação da personalidade humana (Lukács, 1978, p.15).

A complexidade do pensamento de Lukács está em aplicar essa abstração inicial – constituição do ser social enquanto um complexo de complexos, tendo o trabalho como ato fundador, no qual o complexo da subjetividade e o complexo da objetividade se cruzam e se relacionam – à discussão de como se dão os processos da individuação humana no interior da sociabilidade do capital. Se retomarmos o trecho em que Marx (2004) aborda as sensibilidades, podemos observar como o homem tacanho, envolto à sociabilidade do capital, alienado, não consegue ter uma exata apropriação de suas capacidades, das potências humanas. Tal sujeito, que tem como potencialidade um ouvido capaz de apreciar uma bela sinfonia, estará limitado - considerando as condições sociais e a realidade do capital - a ouvir apenas a sirene de início e fim de sua jornada de trabalho. Neste contexto, ao estar imerso em uma sociabilidade sob a condição de uma alienação posta e um estranhamento massivo desde o trabalho até sua vida cotidiana, perde-se a capacidade de constituir sua personalidade em conformidade às potencialidades do gênero.

A problemática do estranhamento ampliada por Lukács (2013) reflete como a personalidade, no mundo dominado pela sociabilidade do capital, não consegue se estabelecer em consonância com a riqueza do gênero. Toda potência humana é construída historicamente, ao longo da trajetória de constituição de si da humanidade. Para que as potências se desenvolvam é preciso de um contexto e condições favoráveis que permitam que isso aconteça. Em um mundo do capital, que comumente engendra na realidade individualidades tacanhas, dificilmente será possível que essas se apropriem das condições geradas em vista de suas potencialidades. Desta forma, instaura-se uma nova forma de conexão entre sujeito e seu mundo, precária e fragmentária, na qual sua apropriação da realidade se enfraquece e seu senso de pertencimento ao gênero humano se fragmenta, propiciando uma relação desmantelada com seus objetos técnicos, com a linguagem, com a cultura e com sua corporeidade. Assim, “o homem torna-se personalidade mediante o desenvolvimento das forças produtivas sociais, mas pode também ser estranhado de si mesmo por força desse mesmo movimento” (Lukács, 2013, p.743).

No último capítulo de sua ontologia, Lukács (2013) reflete sobre a constituição desse mundo esvaziado de sentido pelo estranhamento crescente. Com ressalvas, o

autor traz Schopenhauer à discussão. O filósofo alemão pensa o tédio como uma consequência da própria condição humana, argumentando que, uma vez satisfeitas as necessidades imediatas, os sujeitos se deparam com o vazio inerente à sua existência; o que, nesta perspectiva, representaria uma vida continuamente orientada pela alternância entre carência, ilusão e enfado, expressando certo limite da realização humana. Lukács utiliza tal formulação para realizar uma constatação da realidade. Em contraste ao argumento do pensador alemão, o filósofo húngaro pondera essa tendência como algo historicamente posto.

A dogmática equivocada em Schopenhauer consiste em negar ao próprio ser qualquer significância, valorando-o *a priori*, sem perceber que o ser na natureza não tem como ser significativo nem privado de sentido, visto que nela o sentido nem pode emergir ontologicamente, que, só no âmbito do ser social, nos pores teleológicos, em suas combinações e sequências, podem crescer formações, às quais - sobretudo à vida humana - podem ser aplicadas de modo correspondente as categorias da significância, enquanto peculiaridade desse ser. A generalização abstrata e inadmissível de Schopenhauer enfraquece a correção de sua observação de que o tédio tem de surgir no homem, sobre um terreno vital destituído de sentido, necessariamente como emoção dominante, mais precisamente - nesse ponto, Schopenhauer mostra grande discernimento - como produto necessário do ser particular, assim que cessa sua condição de ser ameaçado, ou seja, como consequência de uma constelação sócio-ontológica concreta e não como propriedade meramente psicológica dos homens ou de certos tipos de homens (Lukács, 2013, p.802-803).

Percebe-se, em sua crítica, como Lukács demonstra que o tédio não deve ser compreendido como uma consequência inevitável ou como um próprio atributo humano, salientando a historicidade das formas de vida e as condições postas pela sociabilidade capitalista que criam uma atmosfera de uma existência esvaziada de sentido – estranhada. O ponto central não estaria propriamente na ausência ontológica de sentido, como propôs o filósofo alemão, mas no fato de que determinadas formas sociais restringem a capacidade dos indivíduos de reconhecerem sentido em suas próprias objetivações e atividades. Tal necessidade de sentido deriva exatamente do desenvolvimento do ser social enquanto portador da linguagem – que justamente atua no distanciamento entre o sujeito e o objeto -, tendo o simbólico como um dos alicerces de sua individualidade. O tédio seria, então, uma

manifestação de condições sociais concretas atuantes através da ação da alienação e do estranhamento sobre os sujeitos, o que poderia resultar, inclusive, em uma ética hedonista e atos misantrópicos.

Um ser social sintonizado predominantemente, e potencialmente muitas vezes de modo exclusivo, com as carências da particularidade necessariamente produzirá o tédio maciçamente por necessidade ontológica, exatamente quando parecer que suas carências estão supridas. Inquestionavelmente, esse é um dos fenômenos ideologicamente mais importantes da vida atual nos países capitalistas desenvolvidos. A sede insaciável de sensações, que passa pela moda dos *happenings*, do voyeurismo sexual etc. e leva ao culto às drogas, à admiração e mesmo à prática de assassinatos "imotivados" etc, indubitavelmente constitui um produto da vida cotidiana manipulada do começo ao fim, de sua aparente despreocupação, do tédio que necessariamente decorre desse modo de vida e é sentido de modo cada vez mais opressivo. Esse estado de coisas, por sua natureza, só pode aparecer no plano imediato e precipuamente como fator determinante da vida individual. Por essa razão, embora poucas vezes seja corretamente identificado, ele desempenha um papel importante nas revoltas individualmente imediatas contra o próprio estranhamento pessoal (Lukács, 2013, p.803).

Considerando tudo o que foi visto até aqui, essa interpretação do tédio nos possibilita compreendê-lo não como uma condição particular de um indivíduo, mas resultante de uma determinação histórica. As emoções humanas são constituídas pelo campo de possibilidades. São os sujeitos que as sentem, porém, são socialmente postas pela realidade em que este se insere. A relação dialética entre o complexo da subjetividade e o complexo da objetividade é determinante para o sentir. As emoções e sensações provocadas socialmente não se limitam a uma tentativa de induzir o sujeito a sucumbir; ao serem produzidas, também exercem função de mediação para a compreensão do mundo e, conseqüentemente, a possibilidade de ação frente às determinações. Sendo assim, é esse campo de possibilidades e determinações sociais que provoca a formação da personalidade dos indivíduos. Tal provocação culmina em sentimentos próprios de sua época, que refletem seu tempo. O tédio, a angústia, a depressão e a ansiedade, comuns em nossos tempos, representam a realidade hodierna pautada na manipulação e no estranhamento. A individualidade que, na falta de sentido da humanidade em seu conjunto, esfarela a perspectiva futura

do mundo como ele se coloca, tratando como natural o sentimento de tédio e a inautenticidade frente à própria vida, mina a possibilidade de realizar-se em sua plenitude. Há um deslocamento da individualidade perante seu gênero, impulsionado pelo estranhamento, que intensifica esse processo e impede o desenvolvimento da personalidade humana, uma vez que esta se encontra na exata intersecção entre o sujeito, seu gênero e o mundo.

### **3.3 Tecer-se em rede - subjetividade, personalidade e cotidiano sob as mediações digitais**

Com o mundo capitalista, a relação entre o sujeito e a objetividade ganha novas camadas de complexificação, que não analisaremos a partir da crítica da economia política de Marx, mas pelo viés ontológico de sua obra, destacado por Lukács. Junto à consolidação deste sistema econômico, se estabelecem novos modos de interação do indivíduo na sociedade, derivados das condições de vida neste criados, tendo como principal marca o predomínio das classes sobre o sujeito. Ao constituir um dos momentos da reprodução social, a subjetividade também se converte em objeto da luta de classes. Como pondera Marx (2007, p.47) “a classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual”, demonstrando que a disputa não se limita ao plano econômico, estende-se no plano da produção da consciência, dos valores, das representações e das formas de perceber o mundo.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx, 2007, p.47).

A formação de cada individualidade e da sociedade a que pertence depende das determinações presentes nessa sociabilidade. Em uma realidade na qual há o predomínio das classes, nota-se a força influente e cada vez mais expansiva de mecanismos que corroborem a ordem social e o poder da classe dominante. Ao extravasarem a esfera produtiva e permearem a produção intelectual e cultural, as

ideias dominantes cumprem função de reproduzir, no plano da consciência, as condições necessárias à manutenção das relações materiais de dominação. A ideologia, neste contexto, atua como mediação social pela qual as relações de classe são legitimadas e naturalizadas.

Se olharmos para esse movimento pelo prisma ontológico de Lukács (2013), podemos traçar um paralelo com a atuação das teleologias de segunda ordem. Tendo em vista que estas atuam a fim de orientar a consciência e ação de outros indivíduos – influência de um sujeito sobre o outro -, podemos ponderar a ideologia enquanto uma expressão particularmente desenvolvida dessa teleologia. Sua influência incide sobre os valores, necessidades, crenças e guia o sujeito a interpretar a realidade em consonância com os interesses da classe dominante. Assim, a subjetividade permanece em caráter de disputa cada vez mais ampliado.

No capitalismo tardio, essa disputa assume um caráter manipulatório. Com a crescente complexificação dos mecanismos de reprodução social, a dominação tende a adotar formas cada vez mais mediadas pela manipulação da vida cotidiana. O caráter manipulatório, atribuído por Lukács (2013) a forma social capitalista do século XX, se apropria do aparato tecnológico-organizacional para constituir uma vida orientada ao consumo, direcionando - a partir da universalização dos interesses particulares da classe dominante - uma cultura cuja base é o consumo massificado das mercadorias produzidas pela grande indústria. Assim, se consolida um sofisticado aparato publicitário que desempenha função para além da divulgação da mercadoria e visa orientar comportamentos, atuando como um mecanismo de controle de consciência, produzindo necessidades artificialmente (Kofler; Abendroth; Holz, 2014). Ao aliar tal concepção ao conceito marxiano de fetichismo da mercadoria, Lukács (2013) demonstra que a incorporação das mercadorias às mais diversas esferas da vida cotidiana intensifica o ocultamento das relações sociais que fundamentam sua produção, obscurece a centralidade do trabalho e naturaliza as relações pautadas no interesse do capital, elevando o fetichismo a outros níveis.

Coutinho (2010) nos ajuda a expandir essa perspectiva. O autor compreende que o caráter manipulatório, exposto pelo filósofo húngaro, não se limita a um mecanismo utilizado pelo capitalismo, mas corresponde ao sistema em si. O desenvolvimento das forças produtivas – o qual possibilita a transição da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa – dilata a capacidade produtiva e, concomitantemente, as possibilidades de consumo da classe trabalhadora. Isto se

alinha à formação do aparato ideológico voltado à manipulação dos desejos, atuando sobre a individualidade ao inserir necessidades ilusórias que supram as novas demandas do capital. Tal movimento, intensificado pelo estranhamento, leva a uma reificação maciça e consolidada das relações sociais, impedindo, ainda mais, a autodeterminação do ser social. Lukács reflete sobre isso em entrevista a Kofler, Abendroth e Holz (2014, p.67):

Ora, o que daí decorre? Que um novo problema surge no horizonte dos trabalhadores, isto é, o problema de uma vida plena de sentido. A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exhaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência.

Considerando as particularidades históricas da análise lukacsiana, faz-se necessário atualizá-la em vista às transformações históricas que reconfiguraram a dinâmica da acumulação capitalista nas últimas décadas do século XXI. O diagnóstico de Lukács, embora forneça relevantes contribuições para a compreensão da manipulação do capital, corresponde a uma elaboração a partir da experiência das sociedades centrais do pós-Segunda Guerra Mundial, de tal modo que não representam certa universalidade e não podem ser aplicadas plenamente aos países capitalistas do Sul Global – especialmente pela coexistência da mais-valia relativa com a predominância de formas persistentes de extração de mais-valia absoluta e superexploração neste cenário. Além disso, ressalta-se o forte impacto do processo de reestruturação produtiva - derivado da crise estrutural do capital – engendrado ao avanço neoliberal para o enraizamento das formas de subordinação do trabalho à lógica do capital (Alves, 2008; 2015). A flexibilização, precarização e intensificação da exploração do trabalho aparecem como marca deste processo inclusive em países centrais. Deste modo, a manipulação descrita pelo autor não desaparece no novo

século e passa a assumir novos mecanismos, reconfigurados e potencializados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

A análise de Lukács converge, de certo modo, com as análises de Adam Farr (2013), nos permitindo ponderar sobre o papel da Psicologia Social enquanto instrumento da manipulação. Tendo suas raízes europeias e fundamentos arraigados nos Estados Unidos – pela migração de cientistas gestaltistas da Áustria e Alemanha – a Psicologia Social é forjada como ciência experimental através da fusão entre fenomenologia e positivismo. Um grande marco da psicologia social experimental se dá com a publicação da série de livros *“The American Soldier”* em 1949, derivada de um estudo sociológico, realizado durante a guerra, que analisava a adequação dos soldados e a eficácia dos treinamentos comportamentais (Silva; Lima, 2011). A importância dessa obra, para Farr (2013), reside na formação de grupos de pesquisadores que continuaram contribuindo às pesquisas mesmo após o fim da guerra, culminando em um núcleo do programa de pesquisa em Yale sobre comunicação e mudança de atitude. Liderado pelo psicólogo Carl Hovland, os experimentos investigavam principalmente em que condições um sujeito resiste ou aceita uma mensagem persuasiva, quais características precisam ter para uma maior persuasão e quais fontes geram maior credibilidade. As experimentações dessa nova ciência cognitiva – desenvolvidas a partir de uma colaboração entre psicólogos, engenheiros de telecomunicação e cientistas da comunicação – foram essenciais para que, posteriormente, passassem a fundamentar estratégias de publicidade, marketing, comunicação de massa e campanhas políticas.

Antes desse foco experimental, a comunicação de massas já havia sido objeto de estudo da sociologia norte-americana. No início do século XX, Lippman (2008) defendeu que os indivíduos não respondem diretamente à realidade objetiva, mas às “imagens em suas cabeças”, construídas a partir das informações oferecidas pela imprensa; enquanto Robert Park (*apud* Simões, 2015) compreendeu a comunicação como elemento constitutivo da vida social, caracterizando o público como um conjunto de indivíduos dispersos que se tornam relacionados por responderem simultaneamente a eventos comuns, mesmo que estejam separados geograficamente. Para o estudioso da Escola de Chicago, a opinião pública emerge como um fenômeno significativo na comunicação social, especialmente quando os grupos respondem coletivamente a situações ou discursos, ressaltando seu aspecto racional, diferentemente do proposto pelos estudos pioneiros do francês Gustave Le

Bon (2019) em “Psicologia das multidões”, que entende as multidões com sugestionáveis e facilmente manipuláveis através da mobilização de emoções e mitos. A integração entre as contribuições sociológicas clássicas e os avanços experimentais - como os do programa de Yale - propiciou uma maior compreensão sobre a comunicação de massas, vislumbrando não apenas os efeitos psicológicos individuais, como as dimensões sociais e culturais das opiniões e atitudes coletivas. O *zeitgeist* da época fez com que esse percurso analítico criasse possibilidades para o desenvolvimento dos aparatos manipulatórios mais sofisticados os quais denuncia Lukács.

Nota-se, a partir dessas diferentes ponderações, como os veículos de comunicação em massa agem diretamente sobre a percepção, atuando, por vezes, sobre os indivíduos a partir da repetição e enquadramento, o que nos possibilita trazer Butler (2015) à discussão. A autora traz enfoque em como narrativas midiáticas, discursos políticos e normas culturais definem o que é visível e legítimo. O enquadramento atua como uma ferramenta de poder e de exclusão que reflete e reforça valores dominantes, usada para desumanizar aqueles que estão fora dos limites do reconhecimento ético. Ao organizarem a percepção coletiva ao estabelecer quais vidas, sujeitos e acontecimentos serão considerados relevantes, dignos de atenção ou passíveis de reconhecimento, e quais devem ser relegados à invisibilidade, é responsável por controlar nossa empatia, direcionando-a e hierarquizando-a. As imagens e narrativas midiáticas frequentemente guiam a comoção pública, selecionando quais vidas se encaixam nas normas dominantes e como devem ser encaradas. Deste modo, a mídia tradicional intui manter uma realidade que lhe é benéfica e lucrativa.

Se, no século passado, a manipulação atuava de maneira mais crua e explícita através da publicidade e os meios de comunicação de massa, veiculando nas mídias as ideias dominantes e condicionando necessidades para o consumo; hoje, assume métodos mais sofisticados por meio das plataformas digitais, através dos algoritmos e extração massiva de dados. A publicidade ganha aspecto de proximidade entre emissor e receptor, ao ser confundida com cotidiano. Os enquadramentos deixam de ser exclusivamente definidos pela mídia tradicional e passam a ser organizados também por sistemas algorítmicos que selecionam e hierarquizam conteúdos segundo critérios de engajamento e rentabilidade, de acordo com os interesses de grandes corporações. A disputa pela subjetividade desloca-se, desta forma, para um

ambiente propício à manipulação, o qual permite que esta opere predominantemente pela difusão homogênea de mensagens e, o mais perigoso, mensagens personalizadas a cada usuário, efetivadas pela vigilância incisiva das *Big Techs*. Isto nos permite traçar um paralelo entre Lukács e a recente obra da psicóloga e filósofa Shoshana Zuboff.

Enquanto Lukács (2013) ressalta como o capital organiza a vida cotidiana por meio da manipulação, produzindo necessidades e formatando a consciência, Zuboff (2021) expõe como as plataformas digitais acrescentam a esse processo um aparato tecnológico capaz de monitorar continuamente as ações dos sujeitos, prevendo seus comportamentos e interferindo sobre eles em tempo real. Desta maneira, podemos compreender como a vigilância potencializa a manipulação, incorporando estratégias que ampliam a reprodução do capital e tornam o caráter manipulatório mais preciso e personalizado.

Elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos, homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo “calculável” e previsível; tão somente essa homogeneização e previsibilidade garantem a segurança econômica da produção através de “padrões” estáveis de consumo. O homem, para a manipulação, converte-se num simples dado, em uma coisa passiva (Coutinho, 2010, p.71).

Percebe-se como não existe capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021) sem antes existir o manipulatório. A manipulação é o cerne da estrutura do capital e a vigilância funciona como a manutenção. O aparato tecnológico manipulatório entranha pelas formas mais precarizadas da vida laboral e cotidiana, assumindo contornos cada vez mais sofisticados com o avanço fugaz das tecnologias informacionais. Os *smartphones* se apresentam como uma tecnologia embarcada (Alves, 2011), assumindo papel central na mediação da reprodução do capital na vida cotidiana e, conseqüentemente, nos processos de subjetivação da nova era. Sob aspecto inicial de um simples dispositivo de comunicação, desempenha mediação pertinente entre os sujeitos e os múltiplos eixos da sociabilidade – trabalho, lazer, interações sociais, saúde, informação, consumo etc. – em uma mesma infraestrutura tecnológica que, aos poucos, fluidifica os limites entre o que é corpo e o que é tecnologia (Haraway, 2009; Faustino; Lippold, 2023).

Os aplicativos monitoram nossa saúde - quando nos exercitamos, com o que e como nos alimentamos; registram nossos passos - aonde vamos, aonde estamos, os percursos que costumamos fazer; documentam nossas interações sociais – com quem conversamos, sobre o que falamos, o que sentimos, como reagimos; mapeiam nossa rotina, nosso trabalho, nossos gostos, nossa subjetividade. Há uma crescente e massiva privatização de todas as esferas da vida a partir dessa coleta e processamento incessante de dados promovidos pelas tecnologias digitais e seus sistemas algorítmicos. Esse movimento, especialmente sobre a saúde, é definido pelo Fórum Econômico Mundial (FEM) como a criação de “eus quantificados”, no qual o próprio sujeito submete seu corpo a medições sobre si, em um automonitoramento digital, sob o pretexto de transformar os registros em metas de desempenho físico e bem-estar (Dias et. al, 2025).

Neste contexto, as redes e mídias sociais, além de se configurarem como espaços privilegiados do que Alves (2010) atribui como pedagogia da mercadoria, estruturando-se como *shopping centers* digitais, nos quais se exhibe, promove e se vende mercadorias, estilos de vida, valores e reconhecimento (Faustino; Lippold, 2023), também servem como espaço no qual - influenciado e impulsionado pelos algoritmos e os interesses dominantes - se permite privatizar questões sociais disfarçando-as como escolha individual – como, por exemplo, o crescente movimento antivacina (Dias et al., 2025). Deste modo, os sujeitos “são educados, subrepticamente a *reduzirem* a fruição da vida ao deleite do consumismo” (Alves, 2010, p.73, grifo do autor). Sob um aspecto gamificado – presente na composição de praticamente todas as plataformas digitais – transformam atividades cotidianas em experiências com maior atratividade e potencial de retenção da atenção ao inserir elementos de recompensa imediata. A vivência do tédio se torna uma ameaça a ser evitada a qualquer custo, a fim de ocultar o esvaziamento de sentido intensificado na contemporaneidade. Neste ambiente em que tudo se potencializa e está ao alcance das mãos a qualquer momento, esse processo não se findará no consumo em si. Com o acesso às preferências e à rotina dos usuários, camadas mais profundas podem ser acessadas: o desejo e o simbólico.

Por se tratar de um produto humano, um objeto técnico que, ademais, se torna uma mediação que atinge diretamente a esfera da linguagem e do trabalho, atua exatamente na formação da subjetividade. Alves (2010) pondera que, quando a fruição da vida é reduzida ao gozo do consumo alienado, se instaura no interior dos

sujeitos uma profunda e aguda frustração pela satisfação impotente de carecimentos postos por essa nova etapa civilizatória, ampliada pelo digital. Neste contexto, o fetiche da “máquina complexa” ou “máquina de inteligência artificial” contribui para que a dimensão estranhada da sociabilidade permaneça velada (Alves, 2008) e o controle sobre as consciências permaneça ativo.

Há, então, um processo de abstração do indivíduo (Santos, 2021); ao passo em que se conectam em uma relação homem-máquina-homem, sem perceber, são guiados ao consumo, se fecham em si, se desconectam de sua essência humana e se prendem a uma falsa percepção de liberdade. O algoritmo ganha *status* de Deus e as IA generativas tornam-se os oráculos da atualidade, originando o que Van Dijck (2014) denomina de dataísmo. Ocorre uma humanização da inteligência artificial ao mesmo tempo em que se intensifica a desumanização do ser humano. Assim, o processo de subjetivação do capital neoliberal digital passa, inevitavelmente, pela modulação de comportamentos advindos da manipulação pregressa e sua vigilância imanente, alterando noções de produção, produtividade, consumo e existência - de si e do outro. Instaure-se então, uma psicofera (Santos, 2006) digital dataficada forjada no estranhamento e na manipulação. Aqui, a atenção é capturada e direcionada a banalidades para ocultar a falência do sistema produtivo. O coletivo é fragmentado e desmobilizado, ao mesmo tempo em que se criam bolhas e que se fortifica o “pertencimento” a comunidades virtuais – pertencimento tal fetichizado, sem sentido real ou lastro na realidade, reorganizado pelos enquadramentos e, por vezes, orientado ao ódio e a barbárie. Levando-nos a ponderar que a contradição presente entre tecnosfera e psicofera (Santos, 2006), entre objetividade e subjetividade do mundo digital se alimenta e se espalha por um sistema que é fundamentalmente pautado na linguagem no trabalho e, portanto, se estabelece como mais do que uma mediação tecnológica, firmando-se como uma mediação ontológica e social.

Um ponto crucial para a compreensão desse movimento está no conceito de inversão de Marx (2004), o qual trata a transformação do sujeito em objeto e vice-versa. Os objetos, enquanto mercadorias fetichizadas, tornam-se os sujeitos ativos da economia, à medida em que os indivíduos assumem função de uma extensão do processo produtivo, tomando aspecto de objeto, de instrumento do capital. As novas tecnologias digitais elevam esse processo à última potência. As relações sociais reais – de trabalho, cooperação, e até mesmo de exploração – passam a ser mediadas por coisas. Enquanto o sujeito se coisifica ao perder suas potencialidades, sua

subjetividade e ser reduzido a mercadoria, o objeto se personifica ao assumir posição privilegiada na ordem social. O processo de dataficação atua, sobretudo, ao incorporar os algoritmos como agentes normativos às práticas do cotidiano, o que para Mendonça, Figueiras e Almeida (2025) exerce influência equiparável à de instituições tradicionais – Estado, tribunais, escolas. O poder exercido pelas plataformas e seus algoritmos sobre as subjetividades transforma as relações estabelecidas a partir de sua mediação. O monopólio das *Big Techs* e de seus *big datas* representa um novo modo de governança do capital.

Neste cenário, desenvolve-se um novo sociometabolismo pautado nas novas demandas do capital e em suas subjetividades emergentes. Aqui, não apenas suas capacidades produtivas são desenvolvidas como também suas capacidades destrutivas. Com o excesso de informação – e de desinformação –, irracionalismos se tornam frequentes e o risco da barbárie nunca foi tão ativo e presente. Com a tecnologia informacional e o uso indiscriminado e estranhado da *internet*, das redes sociais, dos *smartphones* e das mais variadas telas, temos subjetividades cada vez mais obsoletizadas em suas capacidades cognitivas. Há, de tal modo, uma tentativa de bloquear as forças subjetivas para que se impeça de desenvolver uma subjetividade e uma personalidade para além do capital. A disputa e a tensão provenientes do novo funcionamento do sistema capitalista transbordam as telas e estão refletidas nos conflitos políticos, nas violências crescentes, nas guerras, no colapso ambiental, na degradação da relação do sujeito e seu mundo.

Na verdade, o sociometabolismo da barbárie que emerge com a crise estrutural do capital significa a corrosão paulatina das capacidades humanas no sentido de efetivá-las em sua dimensão humanogenérico. Eis a “raiz” da crise de sociabilidade. O paradoxo da “captura” da subjetividade do trabalho é que efetivamente a subjetividade não se “captura”. Nesse caso, existe uma contradição *perversa* entre capacidades humanas objetivamente efetivadas, no plano da base técnica e científica; e subjetivamente desefetivadas, no sentido de apropriação prático-sensível delas pelos homens que trabalham (Alves, 2010, p.82).

Ao submergir nesse mundo em que a alienação e o estranhamento se elevam a patamares jamais vistos, o ser social tem o desenvolvimento pleno de sua personalidade impedido pelas forças do capital. Esse sociometabolismo da barbárie (Mészáros, 2003; 2011; Alves, 2010; 2022) implica na descapacitação atroz do

homem como ser genérico, desfigurando-o enquanto ser social. Assim se explicita mais uma contradição do capital: quanto mais o indivíduo socializa em rede e tem suas capacidades singulares reconstituídas nessa realidade material socializada, o desenvolvimento omnilateral das potencialidades humanas é desfavorecido e os espaços públicos e coletividades são degradados e desmobilizados. Quanto mais individualizados, mais emergem problemáticas sociais e coletivas. Portanto, o enfrentamento jamais será individual e dependerá do resgate da coletividade. Retornando ao “Grundrisse” de Marx (2011), podemos conceber tal movimento como provenientes da alienação que não representa apenas a perda da humanidade e, sim, constitui, de forma contraditória e dolorosa, uma nova humanidade.

A contradição dialética está em perceber potencialidade para além da destruição. O capitalismo que, em sua origem, ao mesmo tempo em que desumanizava, também universalizava, socializava, coletivizava forças materiais, produtivas e sociais que permitiam criar condições materiais para uma futura emancipação social, após a crise estrutural do capital da década de 70, se reestrutura eliminando essa dimensão e elevando a desumanização - visto o sociometabolismo da barbárie (Mészáros, 2003; Alves, 2010; 2022). Se faz possível refletir, a partir do pensamento do filósofo alemão sobre as possibilidades de emancipação (Marx, 2010; 2011) que, do mesmo modo com que nos tornamos sujeitos ao nos apropriarmos do mundo - pelo trabalho -, devemos nos apropriar do capitalismo para conseguirmos nos libertar dele e, neste sentido, o proletariado se apresenta como agente revolucionário. Dentro da exploração, frente às ameaças à subjetividade, os indivíduos também desenvolvem experiências compartilhadas, interesses comuns e podem tomar consciência de sua condição, se organizar coletivamente, desenvolvendo sua capacidade de lutar pela emancipação. O ser social sempre manterá seu caráter ativo frente às determinações, independentemente de quais sejam.

Não se deve perder de vista, portanto, que as mídias sociais e as plataformas digitais são produtos humanos, objetivados por meio do trabalho. Sua constituição resulta do desenvolvimento histórico das capacidades técnicas, científicas e cooperativas acumuladas pelo gênero humano. A importância da dimensão cooperativa, evidenciada na própria origem da *internet* – com seu forte vínculo à colaboração entre centros de pesquisa e instituições públicas, com ação orientada ao compartilhamento e circulação descentralizada do conhecimento e informação -, pode

e deve ser resgatada. O instrumento, por si só, não deve ser entendido como uma ameaça. A sua incorporação progressiva aos circuitos de valorização do capital propiciou a reorganização dessas potencialidades seguindo a lógica de mercantilização, plataformização e governança algorítmica. Ao reconhecer essa historicidade podemos evitar perspectivas que levem à um determinismo tecnológico e naturalize as formas atuais de apropriação das tecnologias digitais. Seu caráter socialmente produzido e historicamente transformável deve ser evidenciado.

Embora haja uma concentração do poder digital pelas corporações tecnológicas monopolistas, a existência de experiências que tensionam a lógica dominante sempre se faz possível. Em diferentes contextos, podemos encontrar iniciativas que desafiam a lógica fetichizante e inserem na realidade alternativas que fogem daqueles apenas orientados pela valorização do capital. Assim, uma soberania tecnológica e digital passa a ser vislumbrada e também disputada, assumindo centralidade nos debates sobre políticas digitais. Especialmente na América Latina, emergem ações populares que atuam na ressignificação da soberania com base em perspectivas comunitárias e da classe trabalhadora, na qual a autonomia reaparece enquanto eixo central para a articulação de modos de engajamento com tecnologias digitais vindas de movimentos feministas e indígenas (Grohmann; Burity; Vilarins, 2025). No Brasil, por exemplos, podemos ressaltar duas iniciativas que representam esse movimento. O coletivo “Señoritas Courier”<sup>16</sup> emprega mulheres e pessoas LGBTQI+, e se apresenta como iniciativa contra hegemônica aos aplicativos de entrega clássicos, utilizando bicicletas para percorrer toda São Paulo; uma alternativa à autogestão que demonstra como tecnologias controladas por trabalhadores podem ser construídas. Outro exemplo brasileiro é a rede social “Etnias”<sup>17</sup>, criada por povos originários, que tem por finalidade fortalecer a comunicação indígena e combater seu apagamento das redes sociais. Nota-se como as tecnologias pode nascer de outras lógicas, resgatadas pela classe trabalhadora em todas as suas diversidades.

Contudo, como aponta Grohmann e Barbosa (2025), o termo “soberania digital” passou a ser capturado pelas *Big Techs*; as principais empresas de tecnologia – tais como Microsoft, Amazon e Google –, em resposta aos crescentes movimentos de regulação, reposicionaram-se como guardiãs da soberania digital. Com a promessa

---

<sup>16</sup> Reportagem disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/cooperativa-de-entregadoras-lancara-plataforma-propria-em-sp,9c423f502020580c5e9d42daa2260af4wozb5d0a.html>

<sup>17</sup> Link de acesso a plataforma disponível em: <https://etnias.site/Etnia>

de maior controle a governos e organizações, implementaram programas que, em tese, forneceriam domínio sobre seus dados, infraestruturas e operações em nuvem. Essa soberania assume aspecto de “serviço”, se apresenta como uma estratégia e se distancia das questões de autodeterminação coletiva, se localizando exatamente nas estruturas de governança corporativa, tendo seu significado original esvaziado, encobrindo a responsabilidade social dessas empresas.

Nessa perspectiva, pensar o futuro das tecnologias digitais implica em reconhecer seu caráter contraditório. Da mesma forma com que as capacidades técnicas da *internet*, do digital e da plataformização ampliam as formas de vigilância e estranhamento, podem sustentar iniciativas voltadas à uma soberania digital popular (Grohmann; Barbosa, 2025), ao desenvolvimento de infraestruturas públicas, ao fortalecimento de softwares livres, à transparência – real - algorítmica e de dados e à democratização efetiva do acesso ao conhecimento. Essas possibilidades dependem menos da tecnologia em si do que das relações sociais que orientam sua produção, propriedade e uso. A regulação é parte essencial do processo, mas criar espaço para que alternativas existam também se faz necessário. Urge ampliar a compreensão do desenvolvimento tecnológico como uma questão política e social. Mesmo alocados sobre estruturas dominantes, é possível incentivar o resgate de formas cooperativas de produção e compartilhamento de conhecimento como em seus primórdios. Sob uma perspectiva ontológica, tais iniciativas representariam possibilidades para uma reorientação das objetivações em favor da reprodução ampliada das capacidades humanas, recuperando a dimensão cooperativa e as possibilidades de desenvolvimento da personalidade, reafirmando as tecnologias enquanto produtos da práxis social e, assim, passíveis de transformação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da inquietação em compreender como as transformações nas relações de trabalho, mediadas pela *internet*, recaem sobre os processos de subjetivação na contemporaneidade. Mobilizando a ontologia do ser social de György Lukács como referencial teórico onde a centralidade do complexo do trabalho – como práxis humana e humanizadora – funciona como uma das principais chaves interpretativas da realidade social, confirmou-se, ao longo da discussão, a hipótese de que as alterações históricas de nossa sociedade, que incidem sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, na vida cotidiana *on* e *off-line*, impactam a subjetividade humana.

A investigação evidenciou que o trabalho, enquanto complexo fundador do ser social, mantém-se como eixo central da existência humana mesmo que sua dimensão emancipatória seja capturada e redirecionada para a reprodução contínua da lógica do capital. Ao entendermos o trabalho como forma ontológica de mediação entre o homem e a natureza (tanto a externa como a interna ao homem), podemos compreendê-lo também enquanto fundamento do processo de subjetivação, quando assumimos, como propõe Lukács, que a consciência humana surge, ontologicamente com o trabalho, abrindo, assim, um caminho para a compreensão da constituição histórica e social da subjetividade. Demonstrou-se que o ser social é aquele que adquire consciência de si em suas mediações com o mundo objetivo, de forma que a subjetividade não é um dado meramente interior e imaterial, mas uma síntese ativa entre a consciência prática e o mundo objetivo. Neste sentido, as relações de trabalho, ao se reconfigurarem por meio das novas mediações - tecnológicas e digitais - também reorganizam tanto a vida produtiva quanto a reprodutiva. Tudo isso promove uma reorganização das necessidades humanas e, portanto, das teleologias na práxis social, especialmente as de segunda ordem, e sua ação se intensifica ao adentrar a esfera digital.

A *internet*, enquanto infraestrutura técnica central do novo sistema produtivo, se demonstra como o alicerce de todas as complexificações da vida social na era digital. Com a digitalização, começa-se a traduzir o mundo por códigos binários, mas é por meio desta infraestrutura que se estabelece a ampliação das potencialidades de

atuação. Sem ela, diversos mecanismos não poderiam funcionar – pelo menos não ainda.

Como vimos, a complexificação deste instrumento começa com a inversão de fluxos da Web 2.0, ao transformar seus usuários em produtores e consumidores simultaneamente. Essa inversão amplia seu potencial mercadológico e permite que a Web 3.0 se forje com objetivos mais definidos pelo capital. Ao possibilitar que os computadores desenvolvessem maior capacidade de processamento, interpretação e de respostas às atividades humanas no digital, estabelecem-se padrões para publicação, armazenamento e recuperação de informações na rede que permitem a consolidação de grandes corporações tecnológicas e fomentam a conversão da *internet* em um território de acumulação e extração de valor informacional.

Esse processo é impulsionado por fatores políticos e econômicos que dão base a construção da *internet* desde sua origem. O neoliberalismo, ao se afirmar como racionalidade social dominante, após promover mudanças estruturais na economia capitalista, principalmente ocidental, no final da década de 1970, promove ideais pautadas no individualismo, fragilizando as relações de trabalho e noções de coletividade. Aliada aos interesses hegemônicos e à financeirização do mercado e, dadas suas potencialidades, a rede se estabelece como um espaço privilegiado capaz de redefinir o trabalho, a política, a cultura, a subjetividade e a vida cotidiana, direta ou indiretamente.

Com a popularização dos *smartphones* e expansão do acesso à *internet* móvel, os movimentos de plataformização e dataficação da vida social se intensificam e, com a pandemia da Covid-19, sua difusão pela vida produtiva e reprodutiva acelera. Bancos, supermercados, restaurantes, farmácias, consultas médicas, reuniões de trabalho, salas de aula, encontros amorosos e até casas de aposta passam a ocupar também o espaço digital. Esse se torna um espaço privilegiado de circulação econômica e simbólica que, ao mesmo tempo em que possibilita facilidades, amplia as problemáticas oriundas do funcionamento desses novos mecanismos. Neste contexto, surgem novas categorias laborais e a novas figuras de trabalhador - plataformizados e mediados por algoritmos. A lógica neoliberal se espalha rapidamente com a integração das novas tecnologias e o sujeito fica à mercê do empreendedorismo de si. A psicoesfera instaurada com era digital permanece a serviço da ideologia dominante – a exemplo do crescente movimento de

demonização do CLT entre os jovens brasileiros<sup>18</sup> ou da massiva veiculação publicitária ao uso de *bets* como investimento<sup>19</sup> - que utiliza das redes sociais para implementar seus interesses no imaginário popular.

Observa-se como esse movimento só se faz possível ao integrar, móvel e ciberneticamente, o homem e a máquina, transformando o *smartphone* em uma extensão do corpo humano. As plataformas digitais e as redes sociais, sob aparência de neutralidade, ludicidade, liberdade e a ilusão da autonomia, estendem a jornada de trabalho para a totalidade da vida cotidiana. Ao converter a vida em dados, transformam afetos e o tempo livre em mercadorias a serviço da acumulação. Neste sentido, o caráter manipulatório do capital adquire camadas de complexificação ao se acoplar as tecnologias da informação e comunicação. Assumindo métodos mais sofisticados, através da dataficação, a publicidade se mistura e se confunde com a vida cotidiana tal qual uma versão atualizada da realidade de Truman Burbank no filme “O show de Truman”. A espetacularização e a vigilância se instauram como marcas deste novo cenário. A governança algorítmica se camufla e se estabelece enquanto um mecanismo de dominação *high-tech*.

Salienta-se como a linguagem, ao assumir força produtiva, passa a integrar os circuitos de acumulação e valorização do capital. Com a mediação técnica da vida cotidiana desempenhando uma dimensão semiótica ampliada, o processo de coisificação se desloca e se intensifica no plano da linguagem, dos signos e da comunicação. A linguagem, ao ser mercantilizada e valorizada como desempenho, é submetida a critérios de eficácia, mensurabilidade e impacto, sendo orientada para uma comunicação social que amplie sua capacidade de produzir efeitos imediatos - engajamento, adesão, visibilidade e circulação, operacionalizando um fluxo informacional contínuo que sustenta uma comunicação fragmentada e fragmentária, pois muito esvaziada de sentido, na era das mídias sociais.

Nota-se como não há como pensar a era digital sem compreender a importância da linguagem nesse processo. A linguagem é uma categoria essencial na ontologia do ser social, pois constitui a principal mediação simbólica entre o indivíduo singular e o

---

<sup>18</sup> “Se tudo der errado, viro CLT”: o que está por trás da aversão dos jovens com carteira assinada. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/05/24/medo-jovens-clt-o-que-esta-por-tras.ghtml>

<sup>19</sup> Governo define alertas para propagandas de bet. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/07/17/governo-define-alertas-para-propagandas-de-bet-aposta-nao-e-investimento.ghtml>

gênero humano. É por meio dela que as objetivações historicamente produzidas deixam de permanecer restritas à experiência imediata e tornam-se patrimônio coletivo. A consciência humana se desenvolve nessa apropriação de suas objetivações mediadas pela linguagem. É nesse processo que o indivíduo singular se insere na universalidade de seu gênero, apropriando-se da cultura, da história e das relações sociais que o precedem.

Observa-se como a massiva subordinação da linguagem às infraestruturas algorítmicas representa uma transformação ontológica relevante. A dataficação da comunicação e da experiência humana incide sobre as condições objetivas da formação da consciência e da subjetividade, desempenhando implicações diretas sobre a constituição da personalidade humana e sobre a própria reprodução do ser social.

Neste sentido, se estabelece uma nova forma de conexão com o mundo – precária, fragmentária, estranhada. Nossas necessidades e capacidades assumem novos aspectos, impulsionados pelo cenário de governança algorítmica, que extrapolam o contexto das redes sociais digitais. Nossa relação com a comida, por exemplo, se converte também em uma relação mercadológica. Acompanhando a mudança semântica que foi discutida algumas vezes ao longo dos capítulos apresentados, a esfera alimentar também não fica de fora. Os alimentos passam a ser nomeados por aquilo que eles nos fornecem. Carnes e ovos passam a ser chamados de proteína; macarrão, arroz, batata viram só carboidratos. Quando se deixa de chamar o alimento pelo seu nome, passando a nomeá-lo por sua qualidade nutricional, seu significado simbólico se esvazia. O estranhamento, portanto, perpassa até mesmo a nossa alimentação. Ao esvaziar o sentido daquilo que se come, a comida se torna passível de uma troca utilitária, podendo ser até substituída por uma mistura de água e pó – visto a popularização do *whey protein*<sup>20</sup>. Assim, nossa relação com os alimentos se modifica culturalmente. Sua dimensão afetiva, prazerosa e até íntima, passa a ser utilitária. Esse movimento se estende por todos os âmbitos da nossa vida cotidiana. Ao retirar a cultura, esvaziar de sentido e dilatar o estranhamento, se permite que nossa relação com o mundo e com o nosso próprio corpo seja ressignificada pelos interesses hegemônicos.

---

<sup>20</sup> Consumo de produtos proteicos cresce e muda hábitos alimentares no Brasil. Disponível em: [https://www.band.com.br/saude/noticias/consumo-de-produtos-proteicos-cresce-e-muda-habitos-alimentares-no-brasil-202601210856#google\\_vignette](https://www.band.com.br/saude/noticias/consumo-de-produtos-proteicos-cresce-e-muda-habitos-alimentares-no-brasil-202601210856#google_vignette)

Percebe-se como o fenômeno do estranhamento atravessa a corporeidade. O corpo passa a ser objeto fetichistamente cultivado. Suas necessidades e capacidades são orientadas a serviço do capital. Suas carências são artificialmente produzidas por algoritmos criados e controlados por grandes corporações. Corporeidade e o corporativo passam a se imbricar. Com a experiência digital e dataficada, não há a desmaterialização da existência humana, mas uma nova forma de apropriação dessa corporeidade pelo capital. Isso não se manifesta apenas na vigilância, mas na modulação de nossos comportamentos, gostos, preferências, desejos, da nossa percepção de mundo e de nós mesmos. O corpo que sente, que produz, que sofre, que deseja, que goza, se coisifica e é pressionado a reduzir-se quanto às suas potencialidades. No cerne da manipulação, enquanto uma cultura redutivista do consumo como finalidade em si mesma, a *desefetivação do ser genérico do homem* é mascarada.

Ao apreender e acumular dados suficientes sobre um sujeito, a máquina replica este em suas bases operacionais. Essa representação algorítmica do sujeito consiste numa abstração derivada da análise de suas objetivações e de sua subjetividade. Sob a lógica do dataísmo, fortalece-se a crença de que essa acumulação e o processamento massivo de dados permitem que a máquina conheça os indivíduos com mais precisão do que eles próprios se conhecem. Essa racionalidade reduz a complexidade da experiência humana a padrões quantificáveis e probabilísticos. Essa versão criada pela máquina não é o sujeito em si, é um simulacro que atua para prever e preceder o que o corpo real deve sentir, pensar, como agir e existir. Neste sentido, o sujeito das redes sociais ainda é sujeito *em si e para si*?

A negação da subjetividade construída neste capital informatizado e dataficado se dá ao negar - produzir e negar subjetividade - e antecipar a existência do ser enquanto um corpo operacional – ciborgue com extensões maquínicas – e uma consciência fragmentada e reificada. O eu – composto *nas e de* relações sociais – desenvolve camadas de complexidade ao mesmo tempo em que é simplificado pela máquina. Suas capacidades enquanto gênero são desmobilizadas em detrimento da personalidade como individualismo, como radicalização da individualidade. Seu pertencimento ao gênero é reduzido a um pertencimento fetichizado a pequenas comunidades virtuais. Neste contexto, o sujeito passa a se vincular com quem se assemelha ao ideal narcísico desenvolvido durante suas movimentações pelas redes. Ou seja, os algoritmos provocam no sujeito um ciclo de reafirmação identitária, de

constante validação, gerando uma noção de consenso e conformidade que o conduz a se vincular a grupos que reiterem sua identidade. Tudo o que escapa e contraria aos ideais – geralmente hegemônicos – produzidos e propagados, tendem a ser lidos como ameaça e, ademais, culminam exatamente no interesse dos líderes dessas plataformas: controle e engajamento.

Evidenciou-se, ao longo da pesquisa, como impossível vislumbrar uma emancipação que desconsidere o resgate da dimensão genérica humana e, portanto, de sua dimensão simbólica plena de sentido. Contudo, se faz necessário que essa dimensão coletiva e intersubjetiva do laço social tenha sentido real e não estranhado. Compreender as determinações do presente nos permite ampliar as possibilidades de futuro. Não se deve negar as tecnologias e evoluções produtivas propostas pela humanidade, ademais, sua formação cultural, mas é preciso criar alternativas para que estas possam ser reapropriadas e, assim, se construa *uma rede realmente composta por um nós que fortaleça, dialeticamente, nossa individualidade*.

A principal contribuição desta pesquisa reside na aplicação da leitura ontológica de Lukács às formas contemporâneas de trabalho e subjetivação. A abordagem ontológica ainda é pouco explorada pela psicologia, mas se demonstra um terreno fértil para a análise da subjetividade e do ser enquanto gênero, ao evidenciar o trabalho – em seu sentido ontológico – enquanto núcleo da existência humana e dos processos de subjetivação. Reconhece-se, contudo, que o recorte analítico teve-se prioritariamente à dimensão teórica dos fenômenos, o que impossibilitou o desenvolvimento de contribuições obtidas empiricamente.

Diante dessa lacuna, sugere-se para investigações posteriores a realização de estudos empíricos, orientados por uma perspectiva ontológica, que analisem as estratégias de resistência coletiva formuladas pelos trabalhadores plataformizados, avaliando em que medida a práxis política pode emergir mesmo sob uma governança algorítmica. Outra possibilidade, na mesma direção, refere-se à investigação da atuação das inteligências artificiais na mediação do cotidiano. Ou, então, como se pretende desenvolver em uma futura tese, uma análise sobre a linguagem – desde sua raiz ontológica até sua conversão em força produtiva – e o pertencimento humano na era digital.

## ÚLTIMAS PALAVRAS: Traçando novos caminhos

Os primeiros traços dessa pesquisa foram delineados pelos intensos afetos que me atravessavam e que, ao longo desses anos, foram transformados e traduzidos academicamente nessa pesquisa.

Início minha jornada no mestrado acreditando que continuaria os estudos produzidos na graduação, pautados em Deleuze e Guattari. Contudo, me deparo com o Matheus, um orientador que me desafia a mergulhar em um novo referencial teórico: Lukács – um tal filósofo húngaro marxista que eu só conhecia de nome. Num primeiro momento, adiei minha resposta. Eram tantas novas experiências ocorrendo simultaneamente que enfrentar o desconhecido também na pesquisa me amedrontava profundamente.

Nas idas e vindas entre Ourinhos e Assis, era consumida por um misto de animação, satisfação, ansiedade e cansaço. Inúmeras sessões de terapia foram necessárias para eu não desistir – do mesmo modo que já haviam me ajudado a chegar até ali. Eu acreditava que estava na minha zona de conforto: assistir aulas e escrever, duas coisas que eu adorava fazer. Mas fui provocada a colocar meu corpo em movimento, a me expor, a firmar novas relações.

Já nos primeiros momentos, ingresso no estágio docência, auxiliando na orientação das pesquisas dos estagiários do Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPA-PET. Semanalmente participando de supervisões e ficando disponível para sanar dúvidas que, até então, eu também tinha. Apreendi muito com a troca com os alunos, utilizei muito material da minha graduação para orientá-los, e aos poucos fui me sentindo mais confortável e confiante.

Concomitantemente, iniciamos um grupo de estudos em Lukács. Semanalmente nos reunimos para estudar e discutir as obras do autor. Esse movimento me aproximou de suas reflexões e me deixou mais segura para aceitar o desafio inicial. Especialmente o primeiro capítulo dessa pesquisa se desenvolveu nesse caminho: entre a aproximação e a apropriação da teoria.

Nesse meio tempo, recebi alta da terapia e prometi continuar me desafiando, por mais difíceis que pudessem parecer a princípio. Nisso, apresentei trabalhos em congressos, dei uma palestra com meus colegas de grupo de pesquisa, ministrei uma aula em um curso de extensão promovido pelo laboratório, publiquei um artigo e

descobri que sou capaz de realizar o que eu imaginar. Mesmo com medos e receios, permaneço tentando.

Também precisei me despedir do meu cachorro e da minha gata, descobri uma anemia e tive que reconhecer minhas limitações. Infelizmente, esses momentos me privaram de vivenciar algumas experiências, mas sei que o futuro reserva novas oportunidades.

O exame de qualificação representou um momento muito especial: O (re)encontro entre meus professores de graduação e de pós-graduação – minhas primeiras referências nos estudos sobre o trabalho e o digital. Com as memórias e as emoções transbordando os limites e a distância das telas, as trocas e contribuições desse momento ultrapassaram a pesquisa. Nossos encontros continuam reverberando em mim e em tudo o que produzo.

Com essa pesquisa, precisei abandonar o ideal e encarar o real. Aprendi, sofri, fiz amigos, me superei, me reinventei. Estabeleci conexões que extravasam a academia e, enfim, redescobri algo que jamais deve ser esquecido: pesquisar é um ato coletivo. E agora, enquanto pesquisadora, reconheço que a potência desse ato está em todas as relações envolvidas em sua construção. É na relação que as linhas que escrevo ganham sentido e que o possível se manifesta.

Hoje, finalizo mais uma etapa. Contudo, essa jornada não se finda aqui. Os caminhos aqui trilhados me levam rumo ao doutorado – e a novos desafios.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Perfis e trajetórias ocupacionais. *In*: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2022. E-book. p. 127-163. Disponível em: [https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro\\_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais\\_eBook.pdf](https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf). Acesso em: 10 maio 2025.

ABS, Daniel. *Contextos digitais: encontros, pesquisas e práticas*. Porto Alegre: UFRGS. Grupo de pesquisa contextos digitais e desenvolvimento humano, 2022.

ALMEIDA, Fernando. Conceito e dimensões da Web 4.0. *International Journal Of Computers & Technology*, Punjab, v.16, n.7, p.7040–7046. 2017. Disponível em: <https://rajpub.com/index.php/ijct/article/view/6446>.

ALVES, Camila Pereira; MAURENTE, Vanessa Soares. Notas sobre a produção de subjetividade e modelagens algorítmicas da vida. *SIG Revista de Psicanálise*, v.12, n.2. jul-dez, 2023. Disponível em: <https://ojs.sig.org.br/index.php/sig/article/view/75/83>

ALVES, Giovanni. *Lukács e o século XXI: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório*. Londrina: Práxis, 2010.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2013.

\_\_\_\_\_. Precarização do trabalho e estranhamento na era do capitalismo manipulatório: a atualidade de Lukács e o século XXI. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 52, n. 2, p. 1–16, 2015. DOI: 10.36311/0102-5864.2015.v52n2.8485.

ALVES, Giovanni. *O triunfo da manipulação: Lukács e o século XXI*. Marília: Projeto Editorial Práxis, 2022. 94 p.

ALVES, Giovanni; GONÇALVES, Luís Henrique do Nascimento; CASULO, Ana Celeste. Democratização e tecnocapitalismo: o Brasil na era neoliberal. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 24-49, jan./abr. 2020.

ANDRADE, Mariana. Trabalho e linguagem na ontologia de Lukács. *In*: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCANTÁRA, Norma (org.). *Anuário Lukács 2016*. São Paulo: Instituto Lukács, 2016. p. 179-230. Disponível em: <https://www.marxists.info/portugues/lukacs/anuario/anuario-2016.pdf#page=179>. Acesso em: 10 maio 2025.

ANTUNES, Ricardo. *Sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. Rumo à uberização do trabalho. In: STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. (org.). *Direitos humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Expressão, 2020. p. 117–122.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335–351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2025.

BAND. Consumo de produtos proteicos cresce e muda hábitos alimentares no Brasil. *BAND*. [n.p] 21 jan 2026. Disponível em: [https://www.band.com.br/saude/noticias/consumo-de-produtos-proteicos-cresce-e-muda-habitos-alimentares-no-brasil-202601210856#google\\_vignette](https://www.band.com.br/saude/noticias/consumo-de-produtos-proteicos-cresce-e-muda-habitos-alimentares-no-brasil-202601210856#google_vignette). Acesso em: 17 de julho de 2026.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENTZ, Ione Maria Ghislene. Retomando os fundamentos sobre o sentido. In: ROSÁRIO, Nísia Martins; OLIVEIRA, Lizete Dias; PARODE, Fabio Pezzi. (Org.). *Entresemióticas*. São Paulo: Editora Kazuá, 2013.

BERARDI “BIFO”, Franco. *Fenomenología del fin: sensibilidad e mutación cognitiva*. Madri: Caja Negra editora, 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de lamento*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Vinicius Augusto Pontes de. Neoliberalismo e doutrina de choque: as narrativas da ditadura militar chilena nas páginas do impresso O Estado de S. Paulo. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONOMICA. 10. 2019. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo, out. 2019. p.229-247. Disponível em: <https://congressohistoriaeconomica.fffch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fffch.usp.br/files/inline-files/%23-X-congresso-2019-anais-eletronicos-Vinicius-Augusto-Pontes-de-Carvalho.pdf>.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede* (A era da informação: Sociedade e cultura; V. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Matheus Fernandes de. Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas. 2010. *Tese* (Doutorado em

Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-09022011-111013.

\_\_\_\_\_. Uberização do trabalho, espaço e saúde do trabalhador. In: ALVES, Giovanni. *Trabalho e Valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI*. Marília, SP: Projeto Editorial Práxis, 2021.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Tras/Form/Ação*, Marília, v.36, n.2, p.63-84, maio/ago, 2013.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Lukács e a subjetividade. *Revista de Trabajo Social*, Tandil, v.8, n.12, jul. 2015.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. *The Mediated Construction of Reality: Society, Culture, Mediatization*. Cambridge, Polity, 2017.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. The decolonial turn in data and technology research: what is at stake and where is it heading? **Information, Communication & Society**, v. 24, n. 4, p. 786–802. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2021.1986102#abstract>.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAGNINO, Renato. *A tecnologia social e seus desafios*. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 19-34.

\_\_\_\_\_. *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECARLI, Gian Carlo et. al. *Tendências do marketing digital*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. São Paulo: Graal, 2009

DELEUZE, Gilles.; PARNET, C. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

DIAS, Lia Ribeiro et al. *Inteligência artificial, sociedade e classe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2025.

ETNIAS. Disponível em: <https://etnias.site/Etnia>. Acesso em: 15 de julho de 2026.

FANON, Franz. *Os condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERREIRA, Julio Marinho. Internet, psicopolítica e neoliberalismo no Brasil: entre os usos de mídias e aplicativos digitais e os novos trabalhos em contexto de crise. *Revista Eletrônica Interações sociais*, Rio Grande, v.5, n.1, jan-jul. p.101-124, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/13059/9350>.

FISHER, Max. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. Tradução de Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARCIA, Ivan Simões; MOREIRA, Eduardo Ribeiro. A categoria trabalho em Lukács segundo a dialética marxista. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 2, p. 854–879, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/yJChvrSNhJfK4mxmSPsCWLx/?lang=pt>. Acesso em: 28 abril 2025.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GONÇALVES, Luis Henrique do Nascimento. Máquinas Automágicas: trabalho, mente estendida e subjetividade sob o fetiche da mercadoria. 2023. 326p. *Tese de doutorado*. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/36263/1/Luis%20Henrique%20do%20Nascimento%20Gon%C3%A7alves.pdf>.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/12188>

GROHMANN, Rafael; SALVAGNI, Julice. *Trabalho por plataformas digitais: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas democráticas*. São Paulo: Edições Sesc SP, 2023.

GROHMANN, Rafael; BARBOSA, Alexandre Costa. Soberania como serviço: como as grandes empresas de tecnologia cooptam e redefinem a soberania digital. *Sage Journals*, v.48, n.2, 2025. <https://doi.org/10.1177/01634437251395003>

GROHMANN, Rafael; BURITY, Pedro; VILARINS, Lorena. Soberania popular e autonomia: diferentes sentidos e consequências para políticas digitais. *Comun. mídia consumo*, São Paulo, v.22, n.65, p.396-420, set-dez, 2025. <https://doi.org/10.18568/cmc.v22i65.3085>

FARR, Robert MacLaughlin. *Raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 11. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. *Conversando com Lukács*. Tradução de Giseh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LAUDARES, João Bosco. As relações de trabalho numa sociedade capitalista: a sociedade tecnizada e capitalista. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1–16, jan./jun. 2006.

LE BOM, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LE MOS, André. Dataficação da vida. *Civitas*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 193-202, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1–20, 1978. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

\_\_\_\_\_. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social 2*. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos para a ontologia do ser social: obras de Georg Lukács volume 13*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

\_\_\_\_\_. *Para a ontologia do ser social: tomo II*. Tradução de Sérgio Lessa; revisão de Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b. 1457 p. Edição bilíngue.

MACHADO, Sidnei. Direitos. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2022. E-book. p. 165-221. Disponível em: [https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro\\_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais\\_eBook.pdf](https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf). Acesso em: 10 maio 2025.

MARANHÃO, Cezar; ALVES, Glaucia Leis; RODRIGUES, Mavi (orgs). *Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social*. Volume 4. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Teses sobre Feubarch*. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2005.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. E-book. ISBN 9788521635420. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521635420/>. Acesso em: 05 maio 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, Ricardo; FILGUEIRAS, Fernando; ALMEIDA, Virgílio. *Política dos algoritmos: instituições e as transformações da vida social*. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

MÉSZÁROS, István. *Século XXI – Socialismo ou Barbárie*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2003

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILONES, Jorge. *Inteligencia artificial y estupidez colectiva: tecnocapitalismo em la era del no pensar*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2025.

MONTEIRO, Luis. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO. 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Mato Grosso do Sul: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, set. 2001, p. 27-37. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/62100555399949223325534481085941280573.pdf>

NEFFA, Julio César. *¿Qué son los riesgos psicosociales en el trabajo?: reflexiones a partir de una investigación sobre el sufrimiento en el trabajo emocional y de cuidado*. Buenos Aires: Centro de Estudios e Investigaciones Laborales, 2019.

NUNES, Júlia. 'Se tudo der errado, viro CLT': o que está por trás da aversão dos jovens ao trabalho com carteira assinada. *Portal G1*. [n.p], 24 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/05/24/medo-jovens-clt-o-que-esta-por-tras.ghhtml>. Acesso em: 20 de julho de 2026.

OLDRINI, Guido. Lukács e o caminho marxista ao conceito de pessoa. *Revista Práxis*, n. 3, mar. 1995.

PARANÁ, Edemilson. *A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis: Insular, 2016.

PEREZ, Deborah Karolina. Internet como modo de pensar o cotidiano: psicologia social em perspectiva. 2019. 213p. *Tese de doutorado*. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/781bf015-70a5-4fc1-b948-707bbf509481>.

PINHEIRO, Silvia Silva Martins; SOUZA, Márcia de Paula; GUIMARÃES, Karoline Claudino. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Revista Serviço Social em Debate*, v. 1, n. 2, p. 53–68, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3923/2551>. Acesso em: 11 maio 2025.

PORTAL G1. Mundo entrou em estado de “falência hídrica”, alertam pesquisadores da ONU. *Portal G1*, [n.p], 25 jan 2026. Disponível em: [https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/01/25/mundo-entrou-em-estado-de-falencia-hidrica-alertam-pesquisadores-da-onu.ghhtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/01/25/mundo-entrou-em-estado-de-falencia-hidrica-alertam-pesquisadores-da-onu.ghhtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1). Acesso em: 25 jan. 2026.

SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal: aplicações na hipermídia*. 3 ed. São Paulo: Iluminuras FAPESP, 2005.



para-propagandas-de-bet-aposta-nao-e-investimento.ghnm. Acesso em: 17 de julho de 2026.

VAN DIJCK, José. *Dataficação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia*. *Vigilância & Sociedade*, v.12 n.2, p.197-208, 2014.

VIANA BRAZ, Matheus; TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio, A. *Microtrabalho no Brasil: quem são os trabalhadores por trás da inteligência artificial?* Relatório de Pesquisa DiPLab & LATRAPs, 2023. Disponível em: <https://diplab.eu/?p=2833>.

VIEIRA, Eduardo. *Os bastidores da Internet no Brasil*. Barueri: Manole, 2003.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ZANDONADI, Saara Danielle Damasceno Martins. Resistência feminina no trabalho à distância: a linha tênue entre o “home” e o “office”. 2023. 199 f. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/eab3db82-716c-4d8f-bced-01b279b385dc/content>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ZIBORDI, Marcos. Cooperativa de entregadoras lançará plataforma própria em SP. *Terra*. [n.p], 6 mar 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/cooperativa-de-entregadoras-lancara-plataforma-propria-em-sp,9c423f502020580c5e9d42daa2260af4wozb5d0a.html>. Acesso em: 15 de julho de 2026.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.